unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

SAMUEL DE JESUS

"GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA": RAÍZES DA PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA E SEUS PARADOXOS.

ARARAQUARA – S.P.
2012

SAMUEL DE JESUS

"GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA": AS RAÍZES DA PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA E SEUS PARADOXOS

Tese de Doutoramento, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP / Araraquara, como requisito para obtenção do título Doutor em Sociologia. Exemplar apresentado para Defesa de Tese de Doutoramento.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos

ARARAQUARA – S.P.
2012

Jesus, Samuel de
Gigante pela própria natureza: raízes da projeção continental brasileira e seus paradoxos./
Samuel de Jesus - 2012
225 f.
Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2012.
Orientador: Prof. Dr. Adjunto Enrique Amayo Zevallos

I. hegemonia. 2. imperialismo. 3. política. 4. integração.
I. Título.

Dedico este trabalho à memória de Rodrigo da Silva Teodoro que nos deixou abruptamente. Este era também o seu sonho que estou realizando por mim e por ele.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu grande mestre Enrique Amayo Zevallos ao qual não tenho palavras para expressar minha admiração, gratidão e respeito. Mestre de vida para além do espaço acadêmico. Agradeço a minha esposa Aldinéia Rodrigues Mendes, ao programa de Pós Graduação em Sociologia, os funcionários, especialmente Henrique Fernandes Jr. (Seção de Pós-Graduação) por todo seu profissionalismo e ajuda, aos membros do NPPA, Prof. Fábio Borges, Prof. Paulo Gustavo e à grande amiga Profa. Isabel Rossi e o companheiro Prof. Rogério Campos, especialmente Josimar de Jesus, Ina Thomé, Prof. Fernando Matsunaga, Giovanni, Pedro, Felipe e Beatriz e aos amigos de Sorocaba; Prof. Antonio Guerreiro Dias, Prof. Jonas Araújo, Prof. Ana Paula Santana, Profa. Jucileyde Domingues e Prof. Paulo Pimenta e principalmente Reginaldo Moura por toda a contribuição e amizade.

RESUMO:

A presente pesquisa remonta a construção do mito brasileiro, o gigante pela própria natureza. Essa ideologia se origina a partir da fusão de dois mitos, o do bandeirante e o do indianismo. Buscamos paralelos entre o Brasil e a construção das ideologias estadunidenses tais como o destino manifesto e o mito da fronteira. No caso brasileiro, os ideais de bravura e pureza, assim como os laços criados entre os europeus e o brasileiro original, o índio. A visão dos brasileiros sobre si mesmos como membros de um país destinado à grandeza, se refletirá em sua organização social e política (interna e externa). O grande paradoxo da projeção continental brasileira reside no fato de que no plano externo o país busca a cooperação e integração com os outros países sul-americanos e no plano interno adota projetos, planos e estratégias que fomentam as desconfianças entre os países da Comunidade Sul Americana.

Palavra chave: grandeza, natureza, militarismo, hegemonia, imperialismo, integração, união.

RESUMEN:

Esta investigación tiene que hacer con la construcción del mito de Brasil, gigante determinado pela própria naturaleza. Esa ideología se origina por la fusión de dos mitos, el “bandeirante” (pionero), y el indio. Se investiga el paralelismo entre Brasil y la construcción de ideologías tales como el destino manifiesto de EE.UU. y el mito de la frontera. En el caso de Brasil, los ideales de valor y pureza, así como los vínculos creados entre el brasileño, el indio y el europeo. La visión de los brasileños de sí mismos como miembros de un país destinado a la grandeza se refleja en su organización social y política (interna y externa). La gran paradoja de la proyección continental del Brasil está en el hecho de que externamente se busca la cooperación con los otros sudamericanos al mismo tiempo que y la integración en los proyectos internos adopta planes y estrategias que fomentan desconfianzas entre los países de América del Sur.

Palabra clave: tamaño, naturaleza, militares, hegemonía, imperialismo, integración, unidad.

ABSTRACT:

This research goes back to building the Brazilian myth, the giant by nature. This ideology originates from the fusion of two myths, the pioneer and the Indian. We seek parallels between Brazil and the construction of ideologies such as the U.S. manifest destiny and the myth of the frontier. In Brazil, the ideals of bravery and purity as well as the ties created between the original Brazilian and European, the Indian. The vision of Brazilians on themselves as a nation destined for greatness is reflected in its social and political organization (internal and external). The great paradox of the Brazilian continental projection lies in the fact that externally it seeks cooperation and integration in the internal adopts projects, plans and strategies that foster mistrust between the countries of South America.

Keyword: size, nature, military, hegemony, imperialism, integration, unity.

SUMÁRIO

Introdução.....16

Capítulo 1: Percurso teórico da hegemonia brasileira.....19

1.1 **Soberania..... 20**
1.2 **Imperialismo.....22**
1.3 **Hegemonia.....24**
1.4 **Potência.....29**
1.5 **Interdependência.....32**

Capítulo 2: OS ESTADOS UNIDOS NA GEOPOLÍTICA PAN-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA.....37

2.1.0 Destino Manifesto e a Construção da Ordem Internacional.....38
2.1.1 As Quatro tradições da Política Externa Norte Americana.....41
2.1.2 Os Estados Unidos e a construção da Ordem Internacional no Pós-45.....42

2.2.0 Os Estados Unidos e a América Latina.....45
2.2.1 Roosevelt: Big Stick e Diplomacia do Dólar**.....52**
2.2.2 Os Estados Unidos e Brasil: a Política da Boa Vizinhança.....**.....55**
2.2.3 A Doutrina Truman.....62
2.2.4 A Operação Brother Sam e o “amigo americano”**.....63**
2.2.5 A Política dos Direitos Humanos da administração Carter e a Ditadura Militar no Brasil: a amizade abalada**.....70**

Capítulo 3: As raízes da Projeção Continental Brasileira e seus paradoxos.....73

3.1.0 A Construção do Mito Brasileiro.....74
3.1.1 Monções Cuiabanas**.....76**
3.1.2 O Indianismo**.....77**
3.1.3 Rondon: a fusão entre o militar e o índio na manutenção das fronteiras brasileiras**.....82**

3.2.0 A História da projeção continental brasileira.....88
3.2.1 As questões Platinas.....88
3.2.2 A Guerra do Paraguai (1964-1954).....91

3.2.3 O Pacto ABC: na República Velha (1902) e no Segundo Governo Vargas (1951-1954).....92
3.2.4 A Guerra do Chaco Boreal (1932-1935).....94
3.2.5 A Política Externa Brasileira nos Anos de Chumbo (1969-1974).....97
3.2.6 Brasil e Argentina no Contexto do Tratado de Cooperação Amazônica (1977-78).....99

Capítulo IV - A projeção continental brasileira: planos, projetos e metas 2022.....106
4.1.0 O II PNB e o Plano América do Sul 2022: continuídades.....107
4.1.1 O II PNB e o Plano América do Sul 2022: economia.....114
4.1.2 O II PNB e o Plano América do Sul 2022: fortalecimento da empresa nacional.....117
4.1.3 O II PNB e o Plano América do Sul 2022: tecnologia e militarismo.....118

4.2.0 A projeção continental brasileira: do Projeto Calha Norte (1986) a Estratégia Nacional de Defesa (2008).....123
4.2.1 O SIVAM marítimo e as Estratégias do Pré-sal.....130
4.2.2 SIPAN/SIVAN – Peru.....132

Capítulo V – A Projeção Continental Brasileira: imperialismo Brasileiro x união sul-americana.....139

5.1.0 A UNASUL e as contradições brasileiras.....140
5.1.1 A Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira.....143
5.1.2 Contestações à liderança brasileira na América do Sul.....155
5.1.3 Brasil e Bolívia na questão do gás.....163
5.1.4 Brasil e Paraguai na Questão de Itaipú.....165

Conclusões 168

Referências Bibliografias.....174

ANEXO A – DECRETO No 892, DE 12 DE AGOSTO DE 1993.....195

ANEXO B – Acordo Militar Brasil e Estados Unidos.....196

ANEXO C – Reunião de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL (Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação).....198

ANEXO D BNDES – Subsidiária de Londres.....200

ANEXO E – Telegramas Confidenciais SIVAM, Brasil- EUA.....201

ANEXO F – Telegramas Confidenciais – Operação Brother Sam.....203

ANEXO G – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....205

ANEXO H – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....211

ANEXO I – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....213

ANEXO J – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....215

ANEXO K – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....217

ANEXO L – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....219

ANEXO M – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....220

ANEXO N – Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....221

ANEXO O - Telegramas Confidenciais - Operação Brother Sam.....223

ANEXO P - no Art. 3º do decreto de criação do CENSIPAM (Decreto n° 4.200/2002).....224

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sistema de Vigilânciay Protección Amazônico y Nacional: SIVAN SIPAN	pp.134
Quadro 2	Proyecto SIVAN-SIPAN	pp.135
Quadro 3	Intercâmbio de senales radáricas	pp. 136
Quadro 4	**–** Diagrama de interconexion	pp. 137

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa do Chaco: territórios conquistados pelo Paraguai e Brasil	pp.97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tabelas comparativas das dotações orçamentárias para área de defesa biênio 2005-2006	pp.147
Tabela 2	Tabelas comparativas das dotações orçamentárias para área de defesa biênio 2007-2008	pp.148
Tabela 3	Tabelas comparativas das dotações orçamentárias para área de defesa biênio 2009-2010	pp.148

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Revista *Le Monde Diplomatique Brasil,* fev. 2009. Dossiê chamado IMPERIALISMO BRASILEIRO. pp.158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Pacto Argentina, Brasil e Chile.
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico.
CALHA NORTE: Desenvolvimento e Segurança da Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas.
CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações
CEO - Concepção Estratégica Oficial
CEA - Concepção Estratégica Alternativa
CCSIVAM - Comissão de Coordenação e controle do Sistema de Vigilância da Amazônia.
CIA - Central Intelligence Agency
COBRA - Operação Colômbia e Brasil
CODO - Centro de Comando de Operações de Defesa Interna.
COLBRA - Colômbia e Brasil
COMAR - Comando Aéreo
CS – Conselho de Segurança
CVA - Centro de Vigilância Aérea
DAC - Departamento de Aviação Civil
DEIC - O Departamento de Investigações sobre Crime Organizado.
DOI - Departamento de Ordem Interna –
DOPS – Departamento de Ordem Interna e Social
DSN - Doutrina de Segurança Nacional.
EBX - Eike Batista
EM – Exposição de Motivos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária .
ESG - Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

ETA: Pátria basca e liberdade

EXIMBANK - Export and Import Bank

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FBI: Federal Bureau of Investigation

FEB - Força Expedicionária Brasileira.

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

FUNAI - Fundação Nacional do índio

G- 20 – Grupo dos 20 países mais ricos.

IBAMA - Instituto do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estastística.

INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais

IRA: Irish Republican Army ou Exército Republicano Irlandês

JK – Juscelino Kubitschek

MERCONORTE - Mercado Comum do Norte

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MRTA – Movimento Revolucionário Túpac Amaru

NAFTA - North American Free Trade Agreement.

OBAN - Operação Bandeirantes

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial de Comércio.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OTAN - Tratado do Atlântico Norte

OPS: Office of Public Safety

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PARBRA - Paraguai e Brasil

PARLASUL – Parlamento do Mercado Comum do Sul.

PCN - Projeto Calha Norte

PDN - Plano de Defesa Nacional

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PETROBRÁS - Petróleo brasileiro S. A.

PIB - Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SGM – Segunda Guerra Mundial

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia.

SIVAN-SIPAN - Sistema de Vigilância y Protección Amazónico y Nacional

SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.

TCA - Tratado de Cooperação da Amazônia

TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.

UCR - Unión Cívica Radical

UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

VENBRA - Venezuela e Brasil

Introdução

O titulo *Gigante pela própria natureza* foi extraído do Hino Nacional Brasileiro. Observamos, não por acaso, uma representação simbólica que faz alusão ao tamanho do Brasil. A estrofe continua fazendo referência à posição especial de grandeza futura. *És belo, és forte, impávido colosso, e o teu futuro espelha essa grandeza.*

A tese *Gigante pela própria natureza, As Raízes da Projeção Continental Brasileira e seus paradoxos* tem como objetivo entender histórica e sociologicamente as origens da projeção continental brasileira. Essas origens se referem à expansão brasileira além – Tordesilhas, sobretudo à construção das ideologias nacionais e a história das intervenções brasileiras na América do Sul. Atualmente essa projeção continental do Brasil se torna ainda mais paradoxal, possui contradições e ambigüidades que são desafios à liderança brasileira na Comunidade Sul Americana.

Diferentemente da ideologia do Destino Manifesto estadunidense e seu caráter protestante de providência divina e missão civilizatória, a ideologia do nascimento da nacionalidade brasileira está calcada na união entre a natureza, simbolizada pelo indígena, Peri e a Europa, Ceci, que originou o Brasil. A expressão *gigante pela própria natureza* remonta ao período colonial. Começa com os bandeirantes que em busca de índios, pedras preciosas e escravos fugidos avançaram para além da faixa de Tordesilhas, fato decisivo para a ampliação do território brasileiro.

A hipótese central da presente tese é a de que atualmente, o Brasil tem buscado o caminho da integração para se firmar como um país sub-hegemônico na América do Sul, o que se evidencia em decisões de ordem interna, como o reaparelhamento dos gastos com defesa, mas elas estariam gerando desconfianças e lançando suspeitas com relação ao discurso oficial brasileiro de união sul-americana. O termo "imperialismo brasileiro" seria resultado de desconfianças que são históricas se considerarmos as intervenções brasileiras nas Questões Platinas, Guerra do Paraguai, Guerra

do Chaco e construção de Itaipu no contexto das disputas políticas com a Argentina.

Esse termo “imperialismo brasileiro” está cada vez mais presente direta ou indiretamente, em discursos oficiais de governos, nos meios políticos, jornalísticos e parte significativa da opinião pública sul-americana. Certamente não ajudou muito na construção de confianças dos países sul-americanos com relação ao Brasil, a posição contraditória do Governo Lula (2003-2010). Neste governo foram assinados no ano de 2008 dois documentos relativos aos gastos do Brasil com materiais de defesa. Cada um desses possui uma orientação distinta. A Estratégia Nacional de Defesa prevê a revitalização da Indústria de Material Defesa Brasileira e o Protocolo de Cooperação e Paz com o Peru, pelo contrário, tem o compromisso de reduzir os gastos com material de defesa até 2015, portanto uma contradição.

A hipótese para explicar essa visível contradição *é a de que ela se origina da autonomia militar, ou seja, da capacidade de interferência política dos militares na cena do poder no Brasil.* A autonomia militar frente ao Estado brasileiro e sua capacidade de fazer com que os governos aprovem (no plano interno) seus projetos (baseados nas concepções: segurança e defesa), influenciam os rumos da Política Externa Brasileira. Por exemplo, recentemente no Conselho de Segurança das nações sul-americanas – (COSENASUL), o Brasil se comprometeu a tomar decisões compartilhadas no campo da defesa com os países sul-americanos, mas está em processo o reaparelhamento das forças armadas brasileiras, assim como a revitalização da indústria de defesa brasileira o que são decisões unilaterais do Brasil, contrários ao COSENASUL.

Esses fatos confirmariam as contradições do Brasil no âmbito de sua política externa. O estabelecimento de uma incoerência dessa natureza, em tese, afetaria o processo de integração, pois geraria desconfianças e questionamentos sobre a real posição política do Brasil na América do Sul, imperialista, sub-hegemonista ou unionista?

Nesta tese, em seu primeiro capítulo procuramos analisar as teorias sobre hegemonia, sub-hegemonia, imperialismo e interdependência. Essas

análises permitirão verificar a validade desta pesquisa que possui como tema a construção da hegemonia brasileira na América do Sul, em parte resultado da influência militar sobre a Política Externa Brasileira.

No segundo capítulo procuramos entender a posição dos Estados Unidos e Brasil na geopolítica Pan-Americana. Inicialmente percorremos a criação da ideologia do Destino Manifesto Estadunidense que ainda hoje é base das diretrizes de sua política externa. Em seguida faremos uma síntese das relações políticas entre Estados Unidos e a América Latina. Da Doutrina Monroe à Iniciativa Bush. Por final delineamos as relações políticas entre Estados Unidos e Brasil. Desde a política da Boa Vizinhança até a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia e mais recentemente a cooperação militar Brasil – Estados Unidos.

No terceiro capítulo abordamos a criação das ideologias nacionais calcada no Mito do Bandeirante e do Índigena e a história das intervenções políticas do Brasil na América do Sul, desde os conflitos platinos até as atuais controvérsias que envolvem a União das Nações Sul-Americanas - (UNASUL) e a Estratégia Nacional de Defesa (como parte do Plano América do Sul).

Capítulo 1

Percurso teórico da hegemonia brasileira

Capítulo 1: PERCURSO TEÓRICO DA HEGEMONIA BRASILEIRA.

1.1.0 - Soberania

Bobbio (1998) define soberania, no sentido lato, também como um conceito político-jurídico que indica o poder de mando. Para ele, a *soberania* pretende ser a racionalização jurídica do poder, ou a transformação da força em poder legítimo, o poder de fato em poder de direito. (BOBBIO, 1998, pp. 1179, 1180).

A soberania em sua acepção moderna aparece, no final do século XVI, indicando o poder estatal como o único e exclusivo sujeito da política. A soberania possibilitaria ao Estado Moderno se impor frente à organização medieval de poder. Reúne em uma única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população, ou seja, um Estado como a máxima unidade e coesão política. (BOBBIO, 1998, pp. 1179)

> Em sentido restrito, na sua significação moderna, o termo soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar, em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política. Trata-se do conceito político-jurídico que possibilita ao Estado moderno, mediante sua lógica absolutista interna, impor-se à organização medieval do poder, baseada, por um lado, nas categorias e nos Estados, e, por outro, nas duas grandes coordenadas universalistas representadas pelo papado e pelo império: isto ocorre em decorrência de uma notável necessidade de unificação e concentração de poder, cuja finalidade seria reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população, e, com isso, realizar no Estado a máxima unidade e coesão. (BOBBIO, 1998, pp. 1179)

Nos grandes Estados Territoriais, a unidade e o poder estão concentrados exclusivamente nas mãos do Soberano. Este deveria garantir a paz entre seus súditos e manter a unidade como garantia de defesa contra o inimigo externo, assim as forças armadas estavam dependentes do Soberano. Elas serão instrumentos para sua intervenção em todas as questões referentes a esse espaço territorial, inclusive os conflitos internos.

Bobbio (1998) analisa também o Estado Federativo dos Estados Unidos como fruto de um compromisso político entre os defensores de uma confederação de Estados e os que sustentavam o Estado unitário.

> Na realidade, ele se caracteriza, ao mesmo tempo, como uma confederação e como uma união ou, mais corretamente, como uma combinação de ambas, fundamentada numa combinação engenhosa que divide, num complexo equilíbrio, poderes pertencentes à Soberania entre os Estados-membros e o Estado federativo. (BOBBIO, 1998, pp. 1186)

As argumentações políticas presentes no constitucionalismo pretendem dividir o poder para limitá-lo. O Estado Federativo tem como ponto de partida a supremacia da lei, ou seja, a constituição delimita as respectivas esferas de competência dos Estados e do Estado, assim a fidelidade é de fato, a força de coesão de um corpo político, mas o verdadeiro adversário da soberania é a teoria pluralista.

A natureza da soberania está calcada no princípio de unidade e as concepções pluralistas, contrariamente, objetivam a percepção do processo real de formação da vontade política, ou seja, seu objetivo é maximizar a liberdade (característica básica de uma sociedade democrática). A inexistência da unidade do Estado é a característica de uma sociedade democrática. O indivíduo vive em associações e grupos diferentes, assim possui a capacidade de impor suas próprias opções, o que muitas vezes não coincide com a opção estatal. (BOBBIO, 1998, pp. 1186)

> Na realidade, o contexto social apresenta uma notável pluralidade de grupos em competição ou em conflito para condicionar o poder político; é justamente esta pluralidade que impede a existência de uma única autoridade, onicompetente e onicompreensiva: o processo de decisão política é o resultado de uma longa e vasta série de mediações. Nesta divisão do poder, nesta poliarquia, não existe um verdadeiro soberano. (BOBBIO, 1998, pp. 1186)

Assim, a relação entre Estado e Nação é complicada e até trágica. A tragédia do nacionalismo se deve a crescente consciência nacional que forçou os Estados a reconhecerem como cidadãos apenas os nacionais. A estes se concedeu direitos civis e políticos em função de sua origem e nascimento.

(ARENDT, 1989, pp. 261)

> O conflito latente entre o Estado e a Nação veio à luz por ocasião do próprio nascimento do Estado – Nação moderna, quando a Revolução Francesa, ao declarar os direitos do homem, expôs a exigência de soberania nacional. (ARENDT, 1989, pp.261)

Os Direitos Humanos declarados inalienáveis de todos os seres humanos passou a ser protegido e aplicado somente sob a forma de direitos nacionais.

1.2.0 Imperialismo

Lenin (1979**,** pp.36) afirma que o imperialismo surgiu como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo que corresponde a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas, tais como os cartéis, os sindicatos patronais, os trusts industriais em fusão com o capital de uma escassa dezena de bancos.

Para ele o monopólio representa uma transição do capitalismo para um regime superior. O imperialismo, representa a fase monopolista do capitalismo cujos reflexos resultam no controle monopolista dos territórios do globo, ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista.

> O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LENIN, 1979, pp.32).

Para Lênin (1979) são cinco características que o imperialismo possui.

> 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os

> quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 1979, pp.32).

Para Arendt (1989) o imperialismo pressupõe a concepção de desigualdade econômica, política, social e a afirmação da idéia de superioridade. O conceito imperialismo é bem amplo, pois ao longo do tempo ganhou outras conformações políticas e interpretativas.

> Hoje ninguém mais procura justificar a expansão com afirmações que vêem como ‘a carga do Homem branco‘ ou como decorrência da ‘consciência tribal ampliada‘ que pretendia unir os povos de origem étnica semelhante, em vez disso, fala-se de ‘compromissos’ com as nações ‘aliadas’ ou a ‘responsabilidade do poder’ ou de solidariedade com os movimentos revolucionários de ’Libertação Nacional.’ A própria palavra ’extensão’ ou 'união' o que diz quase a mesma coisa. (ARENDT, 1989, pp. 149).

Para ela o que define o termo Imperialismo é a *expansão* que é o objetivo permanente e supremo da política, um conceito mais econômico que político, pois se liga a expansão econômica que avança além fronteiras, mas que por outro lado, só pode ser conseguida por meio da política.

> A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a idéia central do Imperialismo. Não implica a pilhagem temporária, nem a assimilação duradoura, características da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa História do pensamento e ação políticos, embora na realidade não fosse um conceito político, mas econômico, já que a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX. (ARENDT, 1989, pp. 155 e 156)

Arendt liga imperialismo ao capitalismo.

> O Imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira a

> expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa." (ARENDT, 1989, pp.156).

Para Hobsbawn (2007) hoje, falar em Império é o mesmo que tentar adaptar velhas palavras a desenvolvimentos históricos atuais. Desenvolvimentos que não se adaptam a realidades antigas. A tentativa de supremacia estadunidense não possui precedentes históricos, sobretudo é um projeto destinado ao fracasso, mas que possui quatro desenvolvimentos.

Hobsbawn (2007) afirma que esses quatro desenvolvimentos estão por trás das tentativas atuais de reviver o Império Mundial em pleno século XXI. O primeiro desses desenvolvimentos trata da extraordinária aceleração da globalização, iniciada nos anos 60, acompanhada das tensões econômicas, tecnológicas, culturais e políticas. A globalização, na forma do livre mercado, tem proporcionado desigualdades sociais e econômicas de alcance internacional.

O segundo desenvolvimento é o colapso do equilíbrio internacional de poder, existente desde a Segunda Guerra Mundial. O fim da União Soviética (1991) proporcionou também o fim desse equilíbrio entre as superpotências e levou os Estados Unidos a condição hegemônica. O terceiro desenvolvimento se refere a crise do Estado - Nação; mesmo os Estados mais estáveis e fortes como Espanha, Reino Unido e França enfrentara internamente grupos armados e não tem capacidade para derrotá-los. O quarto desenvolvimento refere-se às catástrofes em massa como a expulsão de populações e o seu genocídio, pandemias; crise aviária, gripe suína e o drama dos refugiados, estimados em 40 milhões. Esses quatro desenvolvimentos são oportunidades para o exercício da ação interventiva dos Estados Unidos. (HOBSBAWN, 2007).

1.3.0 – Hegemonia

O termo *hegemonia* origina-se da palavra grega *egemonía* que significa "direção suprema". Indicava o poder absoluto conferido aos chefes dos

exércitos, chamados egemónes. Eles eram os condutores de um sistema de Estados, pois tinham o predomínio militar, econômico e cultural. Condicionavam as decisões desses Estados por prestígio ou através da coerção.

> O conceito de hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério, poder-se-ia definir a hegemonia como uma forma de poder de fato que, no continuum influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para uma ora para outro pólo. (BOBBIO, 1998, pp.579).

O conceito de “hegemonia mundial” considerado por Arrighi se refere à capacidade que um Estado possui de exercer a liderança e o governo sobre um sistema de nações soberanas. Historicamente, é o governo que representa um conjunto de nações soberanas que se uniu em torno de algum tipo de ação transformadora, essa ação alterou o modo de funcionamento do sistema político e econômico vigente. Arrighi (1996) lembra que para Antônio Gramsci, pai do conceito de hegemonia, ela significa também uma liderança moral, intelectual e não à dominação pura e simples, pois procura a aceitação conceitual dos dominados

Hegemônica seria aquela nação que ordenaria o caos no sistema político internacional. Segundo Arrighi (1996), caos sistêmico é a falta total de ordem, não é o mesmo que anarquia que é a geração da ordem a partir conflito ou a falta de organização dentro de certos limites, a exemplo do sistema medieval de poder.

> Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada de conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um conjunto de regras e normas de comportamento é imposto e brota de um conjunto mais antigo de regras, sem anulá-lo ou por combinação dessas duas circunstâncias. (ARRIGHI, 1996, pp.30)

Qualquer Estado ou grupo de Estados capaz de gerar a ordem

sistêmica poderá tornar-se mundialmente hegemônico. Historicamente os Estados que possuem êxito, fazem-no reconstituindo o sistema mundial em novas e amplas bases, instituindo a cooperação interestatal. Os Estados hegemônicos, no moderno sistema mundial, fizeram reestruturações que permitiram a sua manutenção e expansão. Esse moderno sistema mundial emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa Medieval. (ARRIGHI, 1996, pp. 31)

A origem, estrutura e evolução do moderno sistema estatal têm como aspecto central a oposição constante das lógicas territorial e capitalista de poder com suas recorrentes resoluções e contradições. Elas são decorrências da reorganização do espaço político-econômico mundial pelo Estado capitalista central.

Para Arrighi (1996), a manifestação de hegemonia britânica ocorreu quando esta conseguiu a capacidade para alegar com credibilidade que a expansão do poder do Reino Unido não servia apenas aos seus interesses nacionais, mas também a um interesse universal, sobretudo à expansão generalizada da riqueza das outras nações. Essa afirmação representou a substituição da ordem estabelecida no Tratado de Vestfália[1] que impôs a decadência do sistema de governo medieval baseado nas relações de suserano-vassalia. (ARRIGHI, 1996, pp.56)

Para Arrighi (1996), o Capitalismo Histórico teve três hegemonias, a primeira foi a efêmera liderança holandesa no sistema de Vestfália, que apontou para o conjunto de Estados em uma direção específica, ou seja, a expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poderio naval e pela formação

---

[1] Em 24 de outubro de 1648 foi assinada a Paz da Vestfália, selando o fim da Guerra dos 30 Anos. Desde 1618 as potências europeias guerreavam entre si, num conflito que fez milhões de vítimas. Em Münster – onde foram registradas as primeiras assinaturas para a Paz da Vestfália, em maio de 1648 – e em Osnabrück, escrevia-se a história europeia. Pela primeira vez, nessas duas cidades, os Estados europeus se reuniram para tratar dos destinos do continente como um todo, com o fim de assumir conjuntamente a responsabilidade pela Europa. Nesse sentido, pode-se dizer que em Münster e Osnabrück foi, naquele momento, realizada uma espécie de "Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa". A nova ordem era garantida pelas grandes potências, a Suíça e a Holanda se tornaram independentes, a Suécia passou a controlar os principados de Bremen e Verden, e o príncipe eleitor de Brandemburgo ganhou terras onde em breve nasceria a Prússia. A França também alcançou seus objetivos na guerra, ganhando territórios e se libertando do cerco exercido pelo poder dos Habsburgos. Fonte: DH-WORLD - http://www.dw-world.de/dw/article/0,4228070,00.html

das companhias de comércio e navegação, também do capital acionário ligado ao Estado.

No período compreendido entre as Guerras Anglo - Holandesas (1652) até o fim das Guerras Napoleônicas (1815) a luta pela supremacia mundial entre Inglaterra e França dominou o sistema interestatal. No curso dessas lutas houve violações ao Tratado de Vestfália, pois a França Napoleônica desrespeitou os direitos de propriedade e livre comércio dos não combatentes. Desapropriou e bloqueou a maior parte da Europa continental.

A segunda hegemonia foi a do Reino Unido que se tornou hegemônico por liderar uma vasta aliança de forças contra o seu rival francês. Sobretudo, a França Napoleônica pretendeu restaurar o que considerava seus direitos nacionais. O Reino Unido empreendeu uma grande re-organização desse sistema para acomodar as novas dimensões do poder, o que seria chamado de imperialismo de livre comércio. Esse sistema se expandiu e superou o de Vestfália, pois passou a considerar os interesses, ambições e emoções de um sistema de Estados Nacionais e não mais dos monarcas.

Essa “democratização” foi desenvolvida no plano internacional através de uma centralização do poder sem precedentes nas mãos do Reino Unido.

> Nenhum Estado imperialista jamais havia incorporado em seus domínios territórios tão numerosos, tão populosos e tão vastos quanto fez o Reino Unido no século XIX e nenhum governante territorialista jamais havia extraído à força, em tão curto prazo, tantos tributos – em mão-de-obra, recursos naturais e meios de pagamento – quanto fizeram o Estado britânico e seus clientes no subcontinente indiano durante o século XIX. Parte desses tributos foi usada para alicerçar e expandir o aparelho coercitivo a partir do qual mais e mais súditos não ocidentais foram acrescentados ao império territorial britânico (ARRIGHI, 1996, pp. 54)

O imperialismo de livre comércio sujeitou as nações à autoridade de uma entidade metafísica, o mercado mundial. Este possuía suas próprias leis. No século XX, a intensificação da competição interestatal e a difusão da gestão econômica nacional era o instrumento dessa competição, assim como o processo de socialização da gestão de guerra. (GIDDENS, 1987, pp. 223-4 apud ARRIGHI, 1996). Este passou a ser um dos principais esforços dos

governantes, ou seja, gerir o Estado de guerra.

O fim da hegemonia Britânica veio com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) entre as grandes potências que aumentou o poder dos não proprietários envolvidos direta ou indiretamente no esforço de guerra, mas alijados do poder decisório. A Revolução Russa de 1917, ao defender o direito de todos os povos à autodeterminação, sobretudo a defesa aos direitos de subsistência sobre os direitos de propriedade e de governo, fomentou o avanço da revolução social paralelamente à desintegração do mercado mundial.

Segundo Hobsbawn (2007, pp. 49, 50) a hegemonia dos Estados Unidos não se deveu apenas às bombas, sobretudo ao papel central que sua economia desempenhou e desempenha no mundo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que possibilitou a esse país o consenso geral dos países ricos frente ao comunismo. No plano cultural, “moral” teve como base a crescente sociedade de consumo e o papel exercido por Hollywood que, por meio de seus filmes, projeta os Estados Unidos e projeta a cultura estadunidense como superior. A ideologia dos Estados Unidos como “guardião da liberdade” contra a “tirania” propagada por Hollywood é outro elemento importante para a construção da hegemonia estadunidense.

Terence Hopkins (1990, pp. 411 apud ARRIGHI, 1996, pp. 76, 77, 78) sugeriu que as hegemonias holandesa, britânica e estadunidense poderão ser interpretadas como momentos sucessivos na formação do sistema capitalista mundial: a hegemonia holandesa possibilitou a criação de uma economia capitalista mundial como sistema social histórico. A hegemonia britânica tornou mais nítida os seus alicerces e a deslocou para a dominação global; diferentemente a hegemonia americana ampliou seu alcance, estrutura e penetração e, ao mesmo tempo, liberou os processos que vem através do tempo provocando sua derrocada.

É preciso salientar que Arrighi não considera hegemonia e imperialismo como conceitos distintos. O imperialismo é parte de um processo histórico que conferiu a liderança intraestatal a alguns países como a Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Estes em momentos históricos sucessivos foram capazes de exercer a hegemonia mundial. Assim imperialismo seria uma das

faces da hegemonia mundial.

1.4.0 - Potência

Del Vecchio (2010) afirma que um Estado se torna uma potência quando é autônomo em relação à dinâmica política interna (no seu âmbito territorial). As contradições internas, da sociedade nacional não podem transparecer na construção e manutenção da potência. O Estado com essa característica é chamado de Estado nacional concreto e estaria em permanente confronto com outros Estados concretos.

> O ator por excelência será sempre um Estado nacional concreto, e suas ações se desenvolverão exclusivamente por meio do confronto de movimentos de idêntica natureza empreendidos por outros Estados nacionais. (DEL VECCHIO, 2010, pp. 22)

É preciso ressaltar também que são ideologias como o nacionalismo que suprimem as resistências ao aparato estatal.

> No plano da política interior, o apelo ao interesse nacional sempre é um recurso ideológico que visa à redução das resistências às políticas públicas que, às vezes, impõem perdas a determinados setores da sociedade. (DEL VECCHIO, 2010, pp.32)

O suposto básico para a projeção desse interesse nacional seria a redução da complexidade social da nação que se tornaria um bloco uno e homogêneo de interesses e identidades. Este seria o pressuposto para a aplicação de ações estatais baseados no princípio das “razões de Estado.” Tanto a hegemonia inglesa quanto as Grandes Navegações, são expressões políticas exteriores que sofreram influência das disputas de poder ocorridas no âmbito das sociedades nacionais. O limite da formulação da doutrina da “razão de Estado” é o Direito Internacional e também a interdependência que impõe a comunidade de Estados um padrão de relações de tendências regulares e constantes. (DEL VECCHIO, 2010, pp.33, 35)

Duroselle (2000, pp. 404, 405) chama os países hegemônicos de potências. Ele afirma que nas Relações Internacionais existem *potências* que podem ser mundiais, internacionais, transnacionais ou plurinacionais. *Potência* é a capacidade que possui determinado Estado de fazer valer sua vontade sobre outros Estados, a capacidade de mudar as vontades externas. Para isso a potência utiliza os meios como (a) persuasão, (b), negociação, (c), represálias, (d), ameaça não implicando o uso eventual da força, (e) ameaça implicando o uso eventual da força, (f), uso da força.

Segundo Duroselle (2000), caberá a pequena potência a utilização apenas de A e B, ou seja, *persuasão e negociação;* porém utilizará C e D apenas se contar com o apoio de potências maiores que ela ou em conflitos locais com forças adversas compatíveis à sua ou ainda quando sentir que tem chances de modificar a vontade do adversário (como nas guerras de independência). Diferentemente, a grande potência é aquela que poderá utilizar todos esses inicialmente mencionados.

Com base nas teses de Duroselle (2000) sobre a potência, poderiamos pensar no Brasil como aspirante à pequena potência. A persuasão e negociação seria o caminho mais adequado às suas pretensões de ocupar um papel protogonista no hemisfério sul. Nesse sentido devemos considerar os esforços brasileiros em propor o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) de 1977, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (1991) e mais recentemente a União das Nações Sul Americanas (UNASUL) (2008). Com exceção do primeiro, os dois últimos tem o caráter de integração que envolve o fim das fronteiras, integração dos mercados com a adoção de políticas financeiras, fiscais e tributárias conjuntas, ampla cooperação militar e o estabelecimento de um parlamento do bloco, entre outras.

Para Nye Jr. (2009) não existem pequenas potências, apenas potências. Elas fazem uso extensivo do “poder duro” (“hard power”) e os países hegemônicos e líderes fazem uso também do poder brando (“soft power”) que pressupõe capacidade de atrair e persuadir, mais que de obrigar. Essa postura é resultado dos ideais políticos, da cultura de um país. O poder duro chamado “hard power” surge da capacidade coercitiva de um país. Esse

poderio se deve a capacidade militar e econômica.

Esse é o caso das potências e as superpotências que estão sempre propensas às ações unilaterais e às situações unipolares quando a potência age sozinha, não precisando de um consenso ou apoio de seus aliados. Neste caso poderíamos observar o Brasil pretendendo ocupar uma posição de hegemonia ou liderança, ou seja a utilização do “soft power” a atração por meio da persuasão, mas o país não reúne as condições políticas, econômicas, sociais e militares para impor sua vontade, atuar como potência.

Distintamente, para Rocha (2006, pp. 313, 314), potência passa a ser chamada supremacia que está subordinada a hegemonia. Ele considera uma tríade formada pelos conceitos de supremacia, hegemonia e liderança. Para ele supremacia, implica na imposição de uma ordem política baseada na dominação e na força por meio da coerção “legitima”. A Hegemonia é a capacidade de direção política, a criação e gestão de uma ordem política e de regimes internacionais com base em certa legitimidade que requer um mínimo de cooperação e repousa sobre a supremacia. A Liderança é a capacidade de iniciativa de um ou vários atores para gerar propostas de ordem e projetos de regime internacional fundamentados pela legalidade e legitimidade.

Neste caso pensariamos na possibilidade de uma liderança brasileira se levarmos em consideração a reivindicação brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) de quebra do subsídio estadunidense à sua agricultura ou a postura pró-Tratado de Kyioto que pressiona os EUA assinarem esse importante tratado de redução da emissão de poluentes no planeta.

Para Rocha (2006), um Estado sub-hegemônico, semi-periférico e potência regional ou potência média reúne as seguintes características: a) capacidade de exercer hegemonia em âmbito regional, decidir contando com a capacidade geral de organização e ordem regional. b) Capacidade de gerar processos de integração regionais medianamente importantes, além da capacidade para impulsionar a conformação de meso-sistemas de integração regional. c) Ter compromissos com sua sub - hegemonia, entendendo que sua base natural de ação são os Estados periféricos vizinhos, localizados em sua própria sub-região. d) Os países sub hegemônicos são mais propensos a

cooperação e correção de assimetrias. E) Os Estados sub-hegemônicos podem ser lideres regionais. F) os Estados sub-hegemônicos contam com a capacidade de iniciativa geopolítica e geoeconômica regional. (ROCHA, 2006, pp.315).

A partir das afirmações de Rocha (2006) poderíamos pensar o Brasil, como capaz de gerar processos importantes de cooperação regional como o Tratado de Cooperação Amazônica e processos de integração regional como o MERCOSUL e a UNASUL, contando também com capacidade geopolítica e geo-econômica regional pois, observando o caso da Área de Livre Comércio da América (ALCA), a não adesão brasileira a essa área fez com que países vizinhos próximos não aderissem a ele, muito embora países como, por exemplo, o Chile, Peru e Colômbia tenham assinado Tratados bilaterais com os EUA.

1.5.0 - Interdependência

Nye Jr (2009) lembra Rousseau em suas afirmativas de que a interdependência proporcionaria atritos e conflitos, assim a "solução" seria o isolamento. Salienta que essa concepção de Rousseau é impensável em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Rousseau em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* afirma:

> Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, por que depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles. (ROUSSEAU, 1983, pp.235).

Para Nye Jr. (2009), o termo interdependência se refere as situações nas quais os protagonistas ou acontecimentos em diferentes partes de um

sistema afetam-se mutuamente. Destacaremos seu conceito de Interdependência Complexa que diferentemente do Realismo considera que os Estados não são os únicos protagonistas importantes, a força não é a única alternativa e a segurança não é o objetivo principal.

> Como seria o mundo se três pressupostos básicos do realismo fossem invertidos? Esses pressupostos são que os Estados são os únicos protagonistas importantes, a força militar é o instrumento dominante e a segurança é a meta dominante. Ao contrário, podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) Os Estados não são os únicos protagonistas importantes – protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras dos Estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento importante – a manipulação e o uso de instituições internacionais são os instrumentos dominantes; 3) a segurança não é a meta dominante – a guerra é a meta dominante. Podemos postular esse mundo antirrealista de *interdependência complexa*. (…) a interdependência complexa é um experimento racional que nos permite imaginar um tipo de política mundial diferente. Tanto o realismo quanto a interdependência complexa são modelos simples ou tipo ideais. O mundo real se situa em algum ponto entre os dois (NYE JR. 2009, pp.265).

Nye Jr. se reporta a relação comercial entre China e Estados Unidos para exemplificar a interação no mundo real entre a interdependência complexa e o realismo. Muito embora a relação comercial entre China e Estados Unidos seja assimetricamente favorável a China, os EUA não são vulneráveis a um potencial embargo chinês, pois poderiam comprar em outros lugares e não necessariamente da China. Por outro lado o potencial de ambas com relação aos seus mercados consumidores, tanto o mercado norte-americano para os Chineses ou o mercado Chinês para os norte-americanos, limita uma potencial ação dos Estados Unidos contra a China e vice e versa.

Os pesquisadores brasileiros, Mariano e Mariano (2002, pp.52) afirmam que os Estados estão sendo obrigados a aceitar a soberania exercida coletivamente quando a solução para algumas questões estiver fora de seu alcance decisório como, por exemplo, problemas ambientais com origem fora de seu Estado Nacional.

> Por trás do conceito de regime internacional está implícita a idéia dos Estados como incapazes de resolver ou administrar certas questões de forma isolada, porque a solução estaria

> fora de seu alcance decisório – como no caso dos problemas ambientais, com origem fora do território nacional – ou porque o Estado não pode arcar sozinho com os custos da solução. Cada vez mais, os países estão sendo obrigados a aceitar que, em certos campos, a soberania deve ser exercida coletivamente. (MARIANO & MARIANO, 2002, pp.52)

A teoria da interdependência oferece uma solução conjunta dos problemas. Isso estimula os países à cooperação, mas limitaria parcialmente a autonomia dos Estados, restringiria parcialmente a capacidade governamental de decidir questões unicamente de seu interesse, pois é preciso agir multilateralmente. Segundo Mariano e Mariano há um dilema, reafirmar a soberania estatal por meio de decisões unilaterais ou formar instituições multilaterais e a elas aderir?

Nye Jr. (2009) fala da *simetria* que se refere àquelas situações de dependência relativamente equilibrada versus desequilibrada. Ser menos dependente pode ser fonte de poder, assim manipular as assimetrias da interdependência pode ser uma fonte de poder na política internacional. (pp.256-257).

Mariano & Mariano (2002) fazem suas afirmações baseados no MERCOSUL; assim é preciso esclarecer que, por exemplo, com relação à Amazônia deveremos considerar outros aspectos. Isso porque, o MERCOSUL surgiu a partir do momento em que a frente de conflito sul, baseada na rivalidade política entre Brasil e Argentina, perdeu o sentido. Para o Brasil, a frente de conflito passa a ser o norte, a região amazônica. A partir desse momento, os assuntos discutidos estarão relacionados com a Questão Ambiental; o narcotráfico foi eleito como uma nova ameaça ao ocidente e passou a reorientar as ações estratégicas dos militares brasileiros.

Mariano e Mariano (2002) afirmam que segundo a teoria da interdependência:

> Há distinção, entre instituição multilateral e processo de integração regional, pois embora o último seja uma instituição internacional multilateral, sua finalidade é bem diferente. Uma instituição multilateral é criada para viabilizar uma determinada finalidade – promoção da paz, controle nas

> relações econômicas etc. – garantindo previsibilidade nas relações entre nações para um determinado aspecto. Um processo de integração regional, no entanto, ultrapassa esse objetivo, ao pressupor alterações nos Estados participantes, e não somente a cessão de soberania, mas a possibilidade de criação de um poder supranacional. (MARIANO & MARIANO, 2002).

Após analisarmos os conceitos de soberania, imperialismo, hegemonia e interdependência, destacamos a *hegemonia mundial* como a liderança e a governança sobre o conjunto de nações soberanas, sobretudo a capacidade de criar uma ordem sistêmica. (Arrighi, 1996). Partindo desse pressuposto, pensamos sobre a real capacidade do Brasil em conduzir um sistema sul americano de nações. Essa liderança conferiria ao Brasil protagonismo político em seu entorno. A análise que fizemos indica que o caminho poderia ser o da interdependência, pois o Brasil não possui condições econômicas e militares para exercer a supremacia atribuída às potências.

Pensando a tentativa de construção da hegemonia brasileira na América do Sul e o questionamento sobre sua postura política, podemos afirmar que até agora o Brasil não liderou um sistema interestatal a ponto de criar uma nova ordem e também não convenceu um conjunto amplo de Estados a adotarem o seu modelo de desenvolvimento

A adoção do *Soft Power* seria a alternativa mais viável ao Brasil, mas essa alternativa oferece algumas problemáticas, tais como a soberania compartilhada. Esse tipo de soberania encontra resistências, basicamente dos círculos nacionalistas brasileiros, dentre eles estão os militares brasileiros que internamente tem conseguido que os governos aprovem e implantem seus projetos, suas políticas e estratégias de defesa.

Dentre eles destacamos a Política de Defesa Nacional (2002) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008) que prevê uma nova política de aquisição de material bélico e a revitalização da indústria de defesa brasileira. Isso contraria o disposto no acordo de criação do Conselho de Segurança da União das Nações Sul americanas (UNASUL) que prevê o compartilhamento das decisões na área da defesa.

As contradições e ambigüidades trazem incertezas e desconfianças

com relação à Política Externa Brasileira. Esse fato representa um óbice à liderança brasileira na América do Sul. Sobretudo, o termo “imperialismo brasileiro” é cada vez mais recorrente no contexto político sul-americano. Esse termo está carregado de antipatias com relação à postura brasileira.

CAPÍTULO 2

OS ESTADOS UNIDOS NA GEOPOLÍTICA PAN-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA.

CAPÍTULO 2 - OS ESTADOS UNIDOS NA GEOPOLÍTICA PAN-AMERICANA: A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA.

2.1.0 – O Destino Manifesto e a construção da ordem internacional.

O Destino Manifesto basea-se na ideologia de que o povo dos Estados Unidos foi eleito por Deus para governar o mundo, assim expandir-se é parte da “missão” norte-americana. Dessa forma, o expansionismo ganha um caráter de naturalidade, uma ação missionária. A Política Externa Norte-Americana foi formulada ao longo da História dos Estados Unidos e corresponde à concepção de que os estadunidenses possuem uma missão divina civilizatória e a partir dessa convicção formularam seus objetivos nacionais; esses objetivos são alcançados através de imposições econômicas e militares.

Esse tipo de concepção tem origem entre a primeira leva de ingleses que aportaram na América do norte e foi sofrendo adaptações com o tempo frente à história que segue. Webb (2004, p.32 apud FONSECA, 2007, pp.153), afirma terem herdado *os puritanos* um tipo específico de *teologia protestante*. No momento em que a Reforma Protestante estava em seu ápice, foi revelado ao mundo um novo continente distante. Para os puritanos isso seria uma obra de Deus. Na nova terra se daria a purificação da igreja

> Ao levantar velas e cruzar o oceano, eles interpretaram a viagem como uma fuga do caos e da corrupção do velho mundo e uma tentativa de estabelecer a verdadeira ordem (a *novus ordo seclorum*, nova ordem dos tempos) em um Novo Mundo. (FONSECA, 2007, pp.157)

A jornada dos peregrinos puritanos, assim como a travessia do Atlântico rumo aos Estados Unidos assumia a forma de uma nova fuga do Egito para a fundação do Reino de Deus na Terra Prometida, Canaã, no caso, os Estados Unidos (Nova Inglaterra). Acreditavam os puritanos da Nova Inglaterra que a ordem por eles criada era:

> A forma de existência humana ordenada por Deus e outorgada aos israelitas e aos primeiros cristãos (HENRY, 1979, p. 23 apud FONSECA, 2007, pp.157).

São três os mitos fundadores dos Estados Unidos, o primeiro é o da providencia divina, a certeza de estar agindo por determinação e orientação direta de Deus; o segundo é o da missão da natureza selvagem, ou seja, estabelecer pela força (se preciso for) a ordem em meio ao caos, isso exigiria esforços, sacrifícios humanos e, sobretudo a vontade de Deus. (FONSECA, 2007, p.158, p.159).

> Entendiam o sentido cristão do conceito, na medida em que viam a si mesmos como os últimos em uma longa linhagem de dissidentes que desafiavam a selvageria do mundo para impor-lhe a ordem de Deus. (NASH, 1967, p. 34 apud FONSECA, 2007, pp.160.)

O terceiro seria o do *Jardim de Deus* também conhecido como a *Cidade da Colina*, ou seja, o dever de transformar a selva em civilização, em um jardim de ordem, transformar o mundo de trevas em ilha de luz espiritual. Sobretudo para que isso fosse um exemplo, um tributo à obra de Deus, um modelo de caridade cristã observada por todo o mundo, aquela cidade no alto da colina. (FONSECA, 2007, p. 160)

> A imagem da “cidade na colina” (*the city upon a hill*) é tema recorrente na teologia pública norte-americana e peça central do conceito de excepcionalismo – freqüentemente presente em discursos políticos, em especial quando os EUA são comparados (ou contrastados) com outros países. (FONSECA, 2007, pp. 162).

Marcia Lippi Oliveira (2000) faz uma abordagem sobre a ideologia da terra prometida a que chegaram um “povo escolhido” com uma História de sucessos do homem branco, saxão e protestante fazem parte do mito da fronteira.

> A tese da excepcionalidade pode ser assim resumida: a América ao criar um novo tipo de república democrática, estaria livre das doenças do velho continente. A quantidade e a qualidade das terras "livres" preservariam o caráter democrático da estrutura agrária e as instituições republicanas. A história do país seria, assim, a progressiva realização da vontade de deus e das virtudes originais: o individualismo, a democracia, o autogoverno. (OLIVEIRA, 2000, pp. 131).

A mentalidade *ianque* (burguês dos Estados Unidos emergente e moderno) irá predominar, após a Guerra de Secessão, sobre o *pioneiro* (pobre, mas independente) e o *farmer* (fazendeiro escravocrata no sul). A unidade se dará sob a batuta da mentalidade ianque de incorporação, construção e retificação na perspectiva do futuro próximo e sobre sua filosofia de vida: *o que é bom para nós deve ser bom para toda a gente*. Se os ianques gostam de arranha-céus e se dão tão bem com *o American Way of Life* por que todos os povos não adotariam esse estilo de vida? Se adotam a democracia liberal, por que não adotariam as instituições políticas e econômicas estadunidenses? Essas posturas seriam facilitadas pela eliminação das diferenças, assim "abaixo os diferentes." Que todos sejam como somos. (MOOG, 1969, PP.168)

Amayo Zevallos (1990) observa que após os Estados Unidos romperem com uma ordem colonial que o dominava, iniciou um período de ruptura com as metrópoles européias, assim se confederaram e passaram a ter como alicerce a conquista de novos territórios já que contava até então com um espaço territorial muito pequeno. *Os fundadores* do novo país eram expansionistas convictos.

Thomas Jefferson, o artífice da construção dos Estados Unidos, afirmava que democracia e expansão não eram contraditórias. Amayo Zevallos (1990), cita passagens de afirmações escritas por Jefferson:

> Temos algumas pretensões, estender-nos para a costa marítima na direção até o Rio Norte ou Bravo, e ainda melhor, ir para o leste até o Rio Perdido, entre Móbile e Pensacola, antiga fronteira com a Louisiana. Essas reivindicações serão assunto de negociação com a Espanha e, assim que ela entrar em guerra, nos a pressionarmos fortemente com uma

> mão, mostrando na outra um preço, certamente obteremos as Flóridas, tudo no tempo devido. Enquanto isso, sem espera a autorização, devemos começar a exercer o Direito Natural pelo qual sempre insistimos com Espanha, ou seja, o da nação que possui a parte alta das correntes, tendo o direito de passagem inocente por elas até o oceano. (JEFFERSON, 1905 apud AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp.07.)

A citação é um fragmento da carta de Jefferson datada de 12 de agosto de 1803 quando era presidente dos Estados Unidos. Fazia poucos meses que o novo país havia comprado a Louisiana da França de Napoleão Bonaparte. Essa carta deixa evidente o objetivo de expansão territorial sob o argumento do "direito natural" que possuíam. Para Jefferson democracia e expansão não eram excludentes. A expansão poderia ser justificada em nome da grandeza dos Estados Unidos.

2.1.1 Quatro tradições da política estadunidense.

Pecequilo (2003) destaca quatro tradições que revelam a importância da consolidação política econômica e doméstica dos Estados Unidos. A primeira revela uma tradição clássica da política externa desse país baseada na democracia e liberdade. Uma nova dimensão do relacionamento entre a sociedade e o cidadão dentro de uma nova visão sobre a República. Sua premissa seria *educar pelo exemplo*.

> Se pegarmos os discursos atuais da presidência americana, a questão da disseminação da democracia e da liberdade ainda estará presente, então qual é a tarefa americana no mundo? Ela é ligada à colocação do seu experimento para o mundo. Obviamente nessa época qual era a preocupação? Não era tanto exportar, mas fortalecer-se internamente, então vemos o que a literatura americana chama de “ensinar pelo exemplo”, ou *teach by example*, ou *city upon the hill*. A república americana surgiu no topo do mundo, e a partir do seu exemplo e consolidação ela se espalha por todo o mundo, esse é o experimento americano. Desde Wilson e Truman no século XX, e com Clinton e Bush no século XXI isto é presente, só que agora ela tem uma posição ativista de agir para construir. (PECEQUILO, 2003.).

A segunda tradição, a realização do projeto norte-americano é a da opção do distanciamento que garantiria sua soberania e autonomia, mas isto

não significaria estar fora do mundo.

> A questão do isolacionismo no caso da política externa americana não é um total descolamento do mundo, isso seria muito enganoso. Às vezes fala-se: “Os Estados Unidos são isolacionistas”, isso não quer dizer que eles estejam fora do mundo, mas que a atuação se dá como um país normal, ou seja, atua e sai, não existe o que Washington chama de engajamento permanente. (PECEQUILO, 2003.)

Segundo essa autora a terceira tradição está no Destino Manifesto e a expansão das fronteiras, a “missão” de disseminar a “democracia” e “liberdade” pelo continente. A marcha para o oeste, assim como a crença de que a expansão dos Estados Unidos é fundamental para o crescimento e a prosperidade de todos os países. Para ela a quarta tradição é a da criação de um sistema americano de nações que renasce a partir das independências americanas em 1823. Esse sistema marca o encerramento do processo de libertação das antigas colônias portuguesas e espanholas na América Latina. (PECEQUILO, 2003)

Esses princípios estão presentes nas intervenções militares e econômicas norte-americanas no mundo. Estão presentes na formulação das ações das Secretarias de Estado e de Defesa dos Estados Unidos, assim como da Central Americana de Inteligência - (CIA) durante a Guerra Fria (1947-1989) e no período posterior vinculadas ao “combate” ao terrorismo e ao narcotráfico.

2.1.2 - Os Estados Unidos e a construção da Ordem Internacional no pós-1945.

Arrighi (1996) afirma que a dominação será concebida através da coerção e a hegemonia. Estas são compreendidas como poderes adicionais, adquiridos por um grupo dominante em virtude de sua capacidade de impor um plano “universal”. A pretensão desse plano é o de representar um interesse geral, o que muitas vezes não é verdade, mas se dará a hegemonia quando esse argumento for pelo menos parcialmente verdadeiro.

Pecequilo (2003) afirma que a hegemonia norte-americana, pós-Primeira Guerra Mundial, está calcada na construção de uma nova ordem

internacional. São três os seus pilares: *Democracia – autodeterminação – segurança coletiva.* Essa era a base de princípios impostos pelos Estados Unidos inicialmente com a Liga das Nações e posteriormente com a Organização das Nações Unidas[2], – (ONU); a crença era de que o sistema internacional pode ser controlado e administrado sob a ótica da paz.

> Entre 1945 e 1947 os Estados Unidos constroem um consenso da política externa a partir de uma visão de mundo do que vão fazer e de quem são seus amigos e inimigos no sistema internacional. Isso é parte da construção da ordem propalada por Wilson (depois da Primeira Guerra) mas para estabilizarem o sistema precisam, de fato, participar ativamente do sistema.(PECEQUILO, 2003).

O governo Truman a partir de 1945 construiu a ordem ativamente sustentada na *força*, no *poder das instituições* e nos "*princípios"*. A doutrina Truman foi construída baseada na tese de que o mundo se dividia em dois inimigos, o capitalismo e o socialismo (gênese da Guerra Fria). Assim sua política externa se resumiu ao combate do inimigo baseada nos princípios de construção da democracia e liberdade. Estamos falando sobre dois modelos sociais que eram incompatíveis para Truman. O inimigo era aquilo que o cidadão dos Estados Unidos não era. Isto durou até 1989.

O direito de veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU, compartilhado com os outros vencedores da Segunda Guerra Mundial, partiu da idéia de superioridade das decisões desse país frente aos organismos internacionais. Na prática esse veto é um instrumento utilizado ainda hoje pelos Estado Unidos para enfraquecer e desrespeitar as normas internacionais. Quando não pode utilizar seu veto adota outra estratégia que é a de se retirar das Convenções Internacionais, principalmente quando as decisões não os favorecem, vide o caso do Protocolo de Kyoto. Essas são as principais características da estratégia norte-americana. (GUIMARÃES. 2006,

[2]A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, direitos humanos e a realização da paz mundial. A ONU foi fundada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter guerras entre países e para fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões. Existem atualmente 192 Estados-Membros, incluindo quase todos os estados soberanos do mundo. http://onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/ consultado em 10-05-2011.

pp. 22).

Para os Estados Unidos, os países aliados (democráticos ou autoritários) são essenciais no que se refere aos investimentos, acesso a materiais estratégicos, livre acesso de seus navios a portos estrangeiros, manutenção de tropas no exterior, proteção de homens de negócios e "expatriados" dos EUA.

> Agir para a implantação e permanência dos regimes políticos, se convenientemente democráticos e representativos, em terceiros países que melhor assegurem a influência e a defesa dos interesses políticos e econômicos americanos (GUIMARÃES. 2006. pp.23).

No texto escrito por Samuel Pinheiro Guimarães (2006) quando era Secretário Geral do Itamaraty e que estamos citando, afirma que os Estados Unidos acreditam que sua política exterior é essencialmente pacifica e que seu empreendimento militar pretende gerar o bem estar da comunidade internacional. Os norte-americanos consideram que é seu dever como Estado central preservar os valores ocidentais de liberdade política, religiosa e democracia do capitalismo e também garantir o livre acesso dos sistemas de divulgação do *American Way of Life* a todas as sociedades, promover a divulgação de seus ideais através de sistemas de treinamento prováveis para futuros integrantes das futuras elites de terceiros países, garantir o controle dos secretariados de organismos internacionais multilaterais com a capacidade de formulação ideológica "internacionalista", apresentar o modelo socialista de organização política, econômica e social como intrinsecamente mau, destruidor dos valores ocidentais apresentando os Estados Unidos como os paladinos da independência dos povos coloniais, da liberdade individual, da democracia, da iniciativa privada e dos valores espirituais do homem, da igualdade e da não discriminação étnica, social, religiosa e econômica. (GUIMARÃES, 2006, pp. 33,34,35, 36)

2.2.0 - Os Estados Unidos e a América Latina.

Lars Schoults (2000, pp.21) afirma que foi John Quincy Adams (1767–1848), um dos fundadores dos Estados Unidos, quem elaborou uma concepção que ainda vigora na Política Externa Estadunidense. Adams afirmava que criar uma democracia nos países da América Latina era um absurdo semelhante a *propor planos semelhantes para estabelecer a democracia entre os pássaros, as feras e os peixes* e que também o povo da América do Sul é *ignorante e o mais fanático e supersticioso de toda a cristandade romana católica*.

Foi em viagem à Espanha que o jovem Adams começou a desenvolver essa concepção preconceituosa sobre o mundo hispânico.

> O jovem John Quincy Adams acompanhou seu pai na malfadada viagem pelo norte da Espanha. O diário de John Quincy aos 12 anos de idade enfatizava a população tosca daquele país ("eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos"); sua pobreza opressiva, suas habitações imundas ("eles nunca lavam nem varrem o chão"); e especialmente seu catolicismo repressivo. "Pobres criaturas, são devoradas pelos padres. Perto de três quartos do que ganham vai para o clero e com o quarto restante devem viver como puderem. Assim é este reino inteiro enganado e iludido pela sua religião. Dou graças a Deus Todo-Poderoso por eu ter nascido num país onde qualquer um pode viver bem se quiser". (SCHOULTS, 2000, pp. 21)

Como Secretário de Estado, John Quincy Adams, também foi influenciado por relatórios de agentes dos EUA na América Latina como Joel Roberts Poinsett, enviado pelo Presidente Madison (1809-1817) a Buenos Aires e Chile entre 1812 a 1814. Seis anos mais tarde, a pedido do Secretário de Estado Adams, Poinsett escreveu suas observações sobre o Cone Sul, onde afirmava dentre outras coisas que *o espírito de litígio penetra todas as classes* e continuava dizendo que o grupo dos advogados compõe-se de *um corpo numeroso*; e que sua prática difere em muito a pratica dos advogados estadunidenses. Na América Latina, existe, segundo ele, *a arte de multiplicar atos e procrastinar decisões até que o favor do juiz seja assegurado por*

influência e suborno e que os líderes políticos *criollos* de Buenos Aires eram especialmente desprovidos de princípios. Afirmava também que não possuíam *nada além de baixa esperteza, truques e artifício*; segundo ele, esse fato explicaria as freqüentes revoluções na América Latina. Alexander Scott foi outro observador enviado pelo Governo dos EUA à Venezuela em 1812 com seis barcos carregados de farinha para ajudar os atingidos por um terremoto que vitimou trinta mil pessoas. (SCHOULTS, 2000, pp. 22).

> Na época, os venezuelanos estavam em rebelião aberta contra a Espanha, mas Scott logo concluiu que nem os revolucionários nem a calamidade natural eram responsáveis pelas condições que ele observou. O problema, ele relatou, era que os habitantes da Venezuela eram "tímidos, indolentes, supersticiosos incapazes de empreendimento ou esforço. A considerar os hábitos correntes morais e intelectuais de todas as classes, temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional". (SCHOULTS, 2000, pp. 22, 23).

O Cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Robert Lowry, no início do século XIX, reclamava que na Venezuela *povo é mal preparado para os direitos da liberdade civil*, isso foi, segundo ele *o fermento do despotismo espanhol* que certamente *contaminou seus dirigentes atuais, do mesmo modo que fez com seus antigos senhores*. A monarquia portuguesa no Brasil também não escapou de seus comentários depreciativos, Lowry escreveu a seus superiores relatório no qual afirmava que a Monarquia Brasileira *degenerou para uma completa efeminação e voluptuosidade* e ainda segundo ele *o clima também excita a todo tipo de depravação e delinqüência*. (SCHOULTS, 2000, pp. 22, 23). John Quincy Adams como Secretário de Estado foi quem inspirou o que seria conhecido como Doutrina Monroe. Isso porque foi enunciada pelo presidente Americano James Monroe (presidente de 1817 a 1825) em sua mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823.

A Doutrina Monroe com o lema a *América para os americanos* se contrapôs ao colonialismo europeu, à Santa Aliança e à Grã-Bretanha. Monroe invocou nesta doutrina o pensamento de Thomas Jefferson, segundo o qual *a América tem um Hemisfério para si mesma;* a doutrina cumpriu seus objetivos de frustrar os planos britânicos de recolonização da América e

reafirmar o predomínio da influência dos Estados Unidos sobre o continente.

Posteriormente, a política dos Estados Unidos para a América Latina esteve baseada em variações dessa doutrina objetivando estender sua influência sobre a América Latina. Aqui mencionaremos as principais.

Desde a independência até a década de 1820, os Estados Unidos amealharam territórios principalmente da Espanha e França para a sua expansão no continente. A anexação do território da Louisiana em 1803 quase fez dobrar as dimensões territoriais dos Estados Unidos. Nesse momento Thomas Jefferson na Presidência comprou de Napoleão Bonaparte por U$ 27.267.622, aproximadamente 2.144.520 km². (AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp.14)[3].

A conquista do território do Texas marca a segunda fase da expansão no continente. Afirma Schoults (2000) que o primeiro movimento formal para anexação de territórios do México ocorreu em 1825 quando o Secretário de Estado Clay instruiu o enviado estadunidense Poinsett a procurar uma fronteira de rio mais ao oeste de Sabine. (SCHOULTS, 2000, pp. 37).

Schoults (2000) afirma que a demografia e não a diplomacia foi determinante para o fim da soberania do México sobre o Texas. O fracasso da "mexicanização" obrigatória e a distância entre a Cidade do México e o Texas fizeram com que o México perdesse o controle da população anglo-saxã no Texas. Esses mantiveram sua cultura anglo-saxônica, sua língua, religião e, sobretudo o sistema escravista em laço com o sul dos EUA, monocultor e escravista.

> As conexões antigas entre o Texas e o México central dificilmente se equilibravam; de fato, muitas eram prejudiciais à manutenção da soberania mexicana. Os representantes do

[3] Devemos ressaltar a compra também do território do Alaska da Rússia. Segundo Amayo Zevallos (1990 pp. 24, 25, 26, 35, 36, 37, 38 e 39), a presença da Rússia no continente americano foi um incomodo para os EUA. William Henry Seward a partir de 1860 começou a elaborar um plano para que os Estados Unidos se expandissem até o Alaska. Os custos da Guerra da Criméia (1853-56) fizeram com que os russos se dispusessem a vendê-lo aos EUA. Em 1867 assinou-se o Tratado pelo qual o Alaska passou às mãos dos EUA. O Alaska custou US$ 7.2000.000. A expansão fora da América do Norte iniciou-se na década de 1890, mas o marco foi 1898. Com a exceção do Havaí, os principais territórios, nessa expansão externa, foram arrebatados da Espanha. Havaí anexado em 1898, nesse mesmo ano, Cuba, Porto Rico, Filipinas, anexadas da Espanha depois da vitória contra esse país. Nas Filipinas os Estados Unidos fizeram uma verdadeira Guerra de conquista. Em 1898 e após a revolta popular contra a Espanha, a luta pela independência prosseguiu com o apoio dos Estados Unidos. Após sua vitória contra os independentistas filipinos, ocorreu a alienação das Filipinas aos Estados Unidos. Manteve seu status colonial nas Filipinas até 1946, mas mantiveram suas bases militares.

> Texas na legislatura baseada em Saltillo aumentaram irremediavelmente e mesmo esta pobre representação provinciana era viciada pelo centralismo crescente do Estado mexicano. (SCHOULTS, 2000, pp. 39)

Em 02 de março de 1836, os Estados Unidos, após uma guerra sangrenta arrebataram, do México o território do Texas. Liderados por Sam Houston declararam a independência do Texas separando-lhe do México. Fizeram o presidente mexicano, Santa Ana, assinar um Tratado secreto no qual reconhecia essa independência. O Texas ficou nessa condição de "independente" até 1845 quando finalmente foi anexado pelos Estados Unidos. Essa política estava baseada nos princípios do Destino Manifesto.

> Uma era a expansão territorial. Uma força política independente poderosa já no início da América Jacksoniana, no final de 1830, a expansão havia se tornado uma ideologia dominante; na década de 1840, ela teria seu próprio nome: *Destino Manifesto*. (SCHOULTS, 2000, pp. 43)

O México entrou em decadência após a guerra travada com os Estados Unidos. Essa guerra e a outra pela california resultou na perda de metade do seu território e em sua completa devastação. Segundo o encarregado estadunidense Robert Walsh presente na Cidade do México em 1848, essa decadência era resultado da constituição racial da nação e das inabilidades da liderança da elite hispânica, sobretudo ignorância, nas classes inferiores e corrupção nas classes superiores. (SCHOULTS, 2000, pp. 61)

A guerra pelo Texas, seguiu-se outra para anexar a Califórnia (1846). A assinatura do Tratado Guardalupe-Hidalgo em 02 de fevereiro de 1848 concedeu o território da Califórnia aos Estados Unidos. A partir dos territórios do Texas, Califórnia e Messilla surgiram os estados de Nevada, Arizona, Utah, Novo México, Kansas. (AMAYO ZEVALLOS, 1990, PP.17).

A terceira fase da expansão estadunidense vai até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É o período de expansão, no continente rumo as Antilhas e América Central e fora do continente no Oceano Pacífico. Começou com a conquista de Cuba que se deu através da guerra contra Espanha. Essa guerra é conhecida nos Estados Unidos como a Guerra Hispano Americana.

> A 20 de abril (de 1898) o Congresso resolveu que "é dever dos Estados Unidos exigir, e o Governo dos Estados Unidos por isso exige, que o Governo da Espanha imediatamente renuncie à sua autoridade e governo na ilha de Cuba e retire as suas forças terrestres e navais de Cuba e de águas cubanas". (Resolução de 20 de abril de 1898, KENAN, 1984, pp.11,12 apud AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp.27.).

Jefferson, Monroe e John Quincy Adams consideravam Cuba como parte dos Estados Unidos. Schoults (2000) afirma que os líderes estadunidenses temiam o predomínio da influência européia sobre Cuba e Porto Rico, pois consideravam esses dois países partes integrantes dos EUA.

> No desenrolar do século XIX, os líderes dos EUA permaneciam vigilantes para que um adversário europeu não se aproveitasse da instabilidade na região e se apoderasse de Cuba. Como Jefferson e Monroe, John Quincy Adams considerava Cuba e Porto Rico “apêndices naturais do continente norte-americano”. Em 1823, ele escreveu ao novo ministro dos EUA em Madrid que a “anexação de Cuba a nossa república federal será indispensável à continuidade e à integridade da própria União.” Foi isto que Jefferson já amadurecido disse a Monroe ao mesmo tempo: “seu acréscimo à nossa confederação é exatamente o que falta para expressar nosso poder como nação ao ponto de seu máximo interesse.” Poucos meses depois, ele escreveu novamente ao presidente Monroe: “Confesso sinceramente que sempre considerei Cuba como a adição mais interessante que poderia ser feita a nosso sistema de estados. (SCHOULTS, 2000, pp. 43)

Para os Estados Unidos, Cuba possui uma posição geograficamente estratégica de primeira importância, pois está localizada próxima ao Golfo do México, ao mar das Antilhas e do Panamá. Essa conquista, segundo Jefferson, era fundamental para a defesa da Louisiana e Flórida.

> Adams e sua geração estavam dispostos a continuar a política de Jefferson e Madison de evitar mudanças desnecessárias, e nem ele nem seus sucessores imediatos agiriam para adquirir Cuba enquanto a ilha permanecesse uma possessão da Espanha, um poder europeu impotente. Mas conforme Adams e Clay gradualmente desapareciam do cenário político, uma nova geração de líderes, encorajados pelo sucesso da guerra contra o México, decidiram que era o momento certo para adquirir Cuba. A questão surgiu durante

> o debate de 1848 sobre a ocupação militar do Yucatán, um debate que se concentrou no expansionismo britânico. "Vimos a Grã-Bretanha ano após ano estender suas estações navais, até... ela quase circundar o Golfo do México," afirmou Jefferson Davis do Mississipi[4]. "Yucatán e Cuba são os pontos que comandam o Golfo do México, que eu considero uma bacia de água pertencente aos Estados Unidos. Sempre que surgir a questão de se os Estados Unidos devem apoderar-se destes portões de entrada do sul e do leste, ou permitir que eles passem a ser posse de qualquer Poder marítimo, quanto a mim, estarei pronto a declarar que meu passo será para diante, e que o cabo de Yucatán e a ilha de Cuba devem ser nossos." Embora fosse um expansionista relutante, John Calhoun[5] concordou: "é indispensável à segurança dos Estados Unidos que esta ilha não esteja em outras mãos. Se estivesse, nosso comércio de cabotagem entre o Golfo e o Atlântico seria, em caso de guerra, cortados em dois, e efeitos convulsivos se seguiriam." Nem Davis nem Calhoun mencionaram que Cuba era uma sociedade escravocrata. (SCHOULTS, 2000, pp. 68).

As conquistas obtidas por meio da Guerra Hispano-Americana (1898) fizeram com que os Estados Unidos se tornassem uma potência emergente. Schoults (2000) comenta a velocidade em que ocorreu a tomada militar das Filipinas e de Cuba das mãos da Espanha.

> Foi, como observaria John Hay[6], "uma esplêndida pequena guerra." A esquadra do Pacífico do Almirante Dewey[7] rumou desapercebida para o porto de Manila na noite de 30 de abril e, quando o dia raiou, ele disse a Gridley, o capitão de sua nau almirante, para atirar quando estivesse pronto. Depois de várias horas de bombardeio, a batalha foi interrompida por três horas para o café da manhã, sendo em seguida retomado por mais uma hora. Na hora do almoço, Dewey havia

---

[4] Em dezembro de 1860, a Carolina do Sul tornou-se o primeiro estado a sair da União. Logo ela foi acompanhada por outros cincos estados - Alabama, Flórida, Geórgia, Louisiana e Mississippi. Os principais líderes políticos e senhores de escravos, em sucessivas reuniões ainda em dezembro de 1860, aprovaram a constituição dos confederados, formalizando a criação dos Estados Confederados da América. Tais estados elegeram Jefferson Davis, do Mississippi, como presidente do país. Disponível no Portal São Francisco: http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/guerra-da-secessao/guerra-da-secessao1.php extraído em 08/05/2012.

[5] Ex – Senador e vice presidente dos Estados Unidos (1825 – 1832) disponível em: http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=c000044 Extraído em 09/05/2012.

[6] John Milton Hay (1838 - 1905) foi um americano diplomata, autor, jornalista e secretário particular e assistente de Abraham Lincoln. Disponível em: http://www.nndb.com/people/121/000059941/ Extraído em 09/05/2012

[7] George Dewey (1837 - 1917) foi um almirante da Marinha dos Estados Unidos da América. Ele é mais conhecido por sua vitória na Batalha de Cavite durante a Guerra Hispano-Americana. Ele também era a única pessoa na história dos Estados Unidos ter atingido o posto de almirante da Marinha, o posto mais alto na Marinha dos Estados Unidos. Disponível em: http://www.history.navy.mil/bios/dewey_george.htm Extraído em 09/05/2012.

> destruído o controle da Espanha sobre as Filipinas. Foi preciso mais dois meses para as tropas dos EUA se agruparem no sudeste de Cuba, mas assim que elas chegaram, a vitória veio rapidamente. Em 1 e 2 de julho, cerca de 15.000 soldados dos EUA, inclusive Roosevelt em seu uniforme feito sob medida no *Brooks Brothers,* derrotaram cerca de 2.000 soldados espanhóis em San Juan Hill e na aldeia de El Caney a poucas milhas ao leste de Santiago (de Cuba); em 3 de julho a franzina flotilha do Almirante Pascual Cevera[8] foi destruída ao tentar escapar de Santiago. Esses três dias de combate encerraram a resistência espanhola, e Santiago capitulou em 17 de julho. As baixas dos EUA foram leves (cerca de 300 mortos e menos de 1.500 feridos), os cidadãos em casa ficaram jubilosos e Theodore Roosevelt estava na rota para a Casa Branca. (SCHOULTS, 2000, pp.164, 165)

A expansão segundo a ideologia do Destino Manifesto dos Estados Unidos era baseada na idéia de que o progresso e glória desse país era determinado pela providência divina. (AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp. 107). Withelaw Reid, comissariado do governo norte-americano que defendia as conquistas territoriais dos Estados Unidos em conferências pelo país, afirmava;

> ... Possuimos quase mais da metade da costa (do Oceano Pacífico) neste lado...Estender agora a autoridade dos Estados Unidos ao grande arquipelago Filipino é como cercar o Mar da China para assegurar-se uma posição dominante quase igual no outro lado do Pacífico... corretamente usada, permitirá a norte américa converter o Oceano Pacífico quase em um lago dos Estados Unidos... O comércio com as Filipinas será uma gota num balde, comparado com o da China para o qual elas nos fornecem uma base incomparável... Somos hoje a nação mais rica do globo. O montante de nosso comércio é maior que o de qualquer potência da terra... Nova York, e não Londres, tem que ser o centro monetário do mundo... (NEARING & FREEMAN, 1969 pp. 353 apud AMAYO, 1990, pp. 108)

[8] Pascual Cervera y Topete nasceu em Medina Sidonia, Cádiz, Espanha , em 1839. Sua carreira naval começou em 1852, quando frequentou a Academia Naval de San Fernando. Cervera serviu na Guerra Hispano-Americana de 1898. Disponível em: http://www.loc.gov/rr/hispanic/1898/cervera.html Extraído

2.2.1 Roosevelt: *Big Stick e a Diplomacia do Dólar*

O ex-presidente Theodore Roosevelt é um símbolo da Política norte Americana voltada à America Latina, pois suas convicções resultaram em duas políticas de intervenção: a *Doutrina do Big Stick* (ou política do grande porrete) e a *Diplomacia do Dólar* (inaugurado por ele e levado em frente pelo seu sucessor William Taft).

A Diplomacia do Dólar consistia em ajuda financeira dos Estados Unidos à economia dos países sul-americanos com o objetivo de ampliar seu comércio, segundo o presidente Taft esta política significava a diplomacia estimulando o dólar.

> O termo "Diplomacia do Dólar" não transmite o sentido claro de quem está fazendo o quê para quem. São os dólares ajudando a diplomacia, ou a diplomacia estimulando o lucro em dólares? O Secretário Assistente (de Estados dos EUA) Huntington Wilson acreditava que os dólares estavam ajudando a diplomacia, "usar o capital do país no campo estrangeiro de uma maneira calculada para realçar as políticas nacionais fixadas. Isto significa a substituição de balas por dólares." Mas Taft, em sua mensagem de despedida, assegurou que sua política tinha sido "dirigida para o aumento do comércio americano sobre o princípio axiomático de que o Governo dos Estados Unidos deve estender todo apoio a todo empreendimento americano legítimo e benéfico no estrangeiro." Para Taft, a Diplomacia do Dólar significava diplomacia estimulando o dólar. (SCHOULTS, 2000, pp. 238).

Perante o Congresso dos Estados Unidos afirmou que a Colômbia era incapaz de manter a ordem sobre o Panamá e que policiam a região com o objetivo de resguardar os interesses dos Estados Unidos e do mundo civilizado.

> O Presidente introduziu sua segunda explicação em sua mensagem anual ao Congresso em dezembro de 1903, quando assegurou que "a experiência de mais de meio século demonstrou que a Colômbia é definitivamente incapaz de manter a ordem no Istmo." Roosevelt disse ao Congresso que "nós, com efeito, policiamos o Istmo no interesse de seus

---

em 09/05/2012.

> habitantes e de nossas próprias necessidades nacionais, e para o bem de todo o mundo civilizado." O Presidente argumentou que "se alguma vez um governo pôde dizer ter recebido um mandato da civilização para levar a cabo um objetivo cuja realização era exigida no interesse da humanidade, os Estados Unidos estão nesta posição no que diz respeito ao canal inter oceânico." (SCHOULTS, 2000, pp. 195)

Amayo Zevallos (1990) afirma que a apropriação e domínio do Canal do Panamá (1903) era essencial para controlar o comércio mundial, além de constituir um dos territórios estratégicos mais importantes do mundo. Theodore Roosevelt justificou tudo isso segundo o seu Corolário que é uma reinterpretação da Doutrina Monroe...

> Qualquer país com um povo bem comportado pode contar com nossa amizade sincera. Se uma nação mostrar que sabe atuar com razoável decência e eficiência em assuntos sociais e políticos, se ela souber manter a ordem e pagar suas obrigações, não precisa temer a intervenção dos Estados Unidos. O mal estar crônico ou a impotência que causem um relaxamento das ligaduras da sociedade poderão, na América como em qualquer parte, suscitar finalmente a intervenção de alguma nação civilizada, e no hemisfério ocidental a aderência à Doutrina Monroe poderá forçar os Estados Unidos, ainda que relutando, em casos flagrantes dos mencionados mal estar ou impotência, a exercer o poder de polícia internacional. (SKIDMORE & SMITH, 1984, pp.419 apud AMAYO, 1990, pp.115).

O Corolário Roosevelt tornou-se uma Política do Estado norte-americano, a principal diretriz da Política Externa Estadunidense. Roosevelt seria um "Cowboy" que lutava com armas na mão contra o inimigo racial e "culturalmente inferior". Theodore afirma que se a descoberta da América foi o inicio de um período de expansão racial, sobretudo a conquista do Oeste comprovou a superioridade saxã na América e a americana no mundo. (OLIVEIRA, 2000, pp.146).

Schoults afirma que Theodore Roosevelt acreditava que as civilizações mostravam a sua superioridade através da guerra que, sobretudo aperfeiçoaria a raça humana.

> Inquieto, irrefletido e possuído de um insaciável desejo de proteger a masculinidade da nação, Roosevelt lutava com unhas e dentes contra qualquer proposta que pudesse amolecer as pessoas, chegando ao ponto de conceber a tarifa aduaneira como uma questão de caráter masculino: “Neste país a indulgência perniciosa na doutrina do livre comércio parece produzir inevitavelmente degeneração adiposa da fibra moral.” Para Roosevelt, a guerra era a maneira pela qual as civilizações superiores demonstravam sua superioridade, “empurrando” seus inferiores e deste modo aperfeiçoando a raça humana. Este darwinismo social pode ser explicação suficiente para a belicosidade de Roosevelt, mas é difícil ler sua correspondência e não concluir que alguma motivação adicional vinha da percepção de que a guerra oferecia *uma oportunidade para ascensão pessoal*. (SCHOULTS, 2000, pp. 158, grifo do autor)

Além disso, por exemplo, Maria Lígia Coelho Prado (2000, pp. 324) mostra que a concepção de superioridade dos Estados Unidos com relação aos seus vizinhos do sul deve ser observada do ponto de vista religioso, pois os protestantes (eles) se consideram superiores aos católicos. Essa concepção foi incorporada à Política Externa Norte Americana para América Latina desde os tempos da Doutrina Monroe.

A já mencionada Doutrina do *Grande Porrete* que foi adotada pelo presidente estadunidense Theodore Roosevelt. Ela atribui aos Estados Unidos o papel de polícia internacional no hemisfério ocidental. (OLIVEIRA, 2000). Roosevelt se apropriou de um provérbio africano que assim dizia: *fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete*. As intenções desta política era proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos na América Latina e propiciar maior envolvimento em questões internacionais. Roosevelt é responsável também por ter iniciado a Doutrina chamada de Diplomacia do Dólar.

Bastos (2005) afirma a *Diplomacia do Dólar* tinha como objetivo criar e consolidar uma zona econômica e militar segura, controlada por investidores, marines e pró-cônsules estadunidenses; também aumentar as exportações e obter alimentos e insumos baratos. Essa doutrina previa difundir o uso do dólar. Utilizava o não pagamento de dívidas como pretexto para intervir militarmente, uma intervenção “saneadora” diante da instabilidade política e econômica dos países latinos. Este tipo de estratégia que usa o dólar como

meio ou fim da política externa foi iniciada pela administração republicana de Theodore Roosevelt (1901-1909) e consolidada pelo presidente também Republicano William Taft (1909-1913) que batizou esse estilo de intervenção de *"Diplomacia do Dólar"* e, ao que sabemos, prosseguiu nas administrações posteriores. (BASTOS, 2005, pp.. 28, 29).

> De fato, a inauguração da diplomacia do dólar permitiu a Roosevelt alegar que estava superando o imperialismo típico dos países europeus. Na prática, estava criando um novo método de projeção de poder em que a intervenção militar não vinha proteger investimentos prévios; ao contrário, novos empréstimos é que estariam prevenindo a intervenção militar. O *refunding* da dívida dominicana com bancos europeus, financiado com lançamentos de títulos em Wall Street, aumentava a influência financeira e política estadunidense em uma região estratégica e retirava o pretexto para incursão militar européia: as canhoneiras européias seriam substituídas por dólares. (BASTOS, 2005, pp. 38).

Ou ainda

> Foi William Howard Taft (1909-1913), que cunhou a expressão Diplomacia do Dólar. Segundo ele, a Diplomacia do Dólar substituiria canhoneiras e balas por dólares, e *marines* por bancos. A experiência de Taft na gestão de colônias e protetorados não era recente: foi o primeiro pró-cônsul civil das Filipinas (1901) e, como Secretário da Guerra de Roosevelt desde 1904, chefiou o envio de navios para acelerar a retificação do tratado dominicano em 1905, e a instalação de um governo de ocupação em Cuba entre 1906 e 1909. A alegação de que substituiria balas por dólares não se mostrou verdadeira: a primeira barganha de "empréstimo por controle fiscal" na Nicarágua, em 1910, foi imposta a um governo que *marines* tinham ajudado a colocar no poder, e chancelou a aliança com as novas autoridades. (BASTOS, 2005, pp. 39).

2.2.2 OS Estados Unidos e Brasil: A Política da Boa vizinhança.

O *americanismo* tomou corpo nos Estados Unidos principalmente na primeira metade do século XX e estão associado a seus heróis americanos e às idéias de liberdade, direitos individuais e independência. Por meio desses ideais seriam superadas as diferenças de classe, credo e raça. Porém, o elemento ideológico mais importante, o progressivismo, está associado ao

racionalismo, ou seja, a visão de um mundo de abundância e capacidade criativa do homem desse país. (TOTA, 2000 pp.19)

Tota (2000, pp.19) escreve que a americanização do Brasil foi uma estratégia que objetivava quebrar possíveis resistências à aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Esse plano seria executado através da *Política de Boa Vizinhança* que não foi limitada ao Brasil, mas a toda América Latina. Na pratica, foi montado uma "fabrica de ideologias" pelo governo norte-americano tal como o *americanismo*. Este foi elaborado com determinadas matérias primas ideológicas em que o sufixo "ismo" se tornou um poderoso armamento intencional. A ideologia da democracia é um dos seus fundamentos mais importantes.

Hoover, eleito em 1928, foi o primeiro presidente estadunidense a visitar o Brasil, mas na condição de presidente eleito. Lançou uma nova diretriz política para as relações entre Estados Unidos e América Latina. A esse respeito afirmou a necessidade de uma nova postura dos EUA para desfazer suspeitas e temores e adquirir o respeito e confiaças das nações latino-americanas. Em Honduras, Hoover falou sobre ser um bom vizinho, ou seja, parar de enviar forças armadas dos EUA para os países da América Latina, assim repudiou a intervenção para proteger investidores dos EUA. (SCHOULTS, 2000, pp. 325)

> Imediatamente após sua eleição em 1928, Herbert Hoover organizou uma viagem de boa vontade de dois meses pela América Latina. Ele escreveria mais tarde em suas memórias que "como Secretário de Comércio desenvolvi uma crescente insatisfação com nossas políticas em relação à América Latina. Eu estava convencido de que, a menos que mostrássemos uma atitude inteiramente diversa, nunca desfaríamos as suspeitas e temores em relação ao "Colosso do Norte" nem ganharíamos o respeito daquelas nações." E assim, em sua primeira parada em Honduras, o Presidente eleito falou sobre ser um bom vizinho o que, na época, significava parar de enviar forças armadas dos EUA para os países da América Latina. Concluindo quase três décadas de lenta mudança política, o Presidente Hoover limpou a casa, começando um mês após sua posse quando, numa clara referência à longa disputa com o México, o novo Presidente especificamente repudiou a intervenção para proteger investidores dos EUA. (SCHOULTS, 2000, pp. 325).

O *americanismo* adotava uma imagem que valorizava o homem branco, protestante, condutor do progresso e contrário a vida selvagem. Essa América Latina deveria ser domesticada através de lições de progresso e de capitalismo para se “desenvolverem”, deixando assim sua posição de “inferioridade”. (TOTA, 2000, pp.30).

Nas eleições presidenciais de 1940, Roosevelt tentava a reeleição. Para ele, seria importante o apoio de republicanos defensores da proximidade maior dos Estados Unidos com a América Latina, republicanos como Nelson Rockefeller, o grande burguês estadunidense, dono da Standard Oil Company. Rockefeller tinha feito uma viagem à Venezuela para inspecionar as áreas de exploração de petróleo de sua empresa. Essa viagem só fez aumentar o seu interesse pela América Latina.

Observou que seus funcionários viviam em péssimas condições de trabalho. Quando voltou a seu país, determinou que por meio da fundação Rockefeller fosse adotada uma nova postura no tratamento aos seus funcionários; assim tentava fazer com que sua companhia ganhasse uma imagem mais humana. A fundação enviou para América Latina médicos, professores e missionários. Temia que uma onda de antiamericanismo pudesse afetar seus negócios na América Latina. (TOTA, 2000, pp.44)

Após a invasão da Dinamarca pelos alemães em abril de 1940, os mentores da política externa dos EUA passaram realmente a se preocuparem com sua influência no continente. A situação de pobreza em que viviam os países latino-americanos poderia fomentar a criação e fortalecimento de grupos revolucionários comunistas ou fascistas. Então foi criada a Comissão interamericana de Desenvolvimento que adotaria uma série de posturas visando o desenvolvimento econômico, social e militar da América Latina. (TOTA, 2000, pp.46)

Rockefeller fazia parte da JUNTA que era um grupo não oficial. Esse grupo, sob a liderança de Rockefeller, elaborou um memorando chamado *Hemisfério Econômico Police,* adotado pelo Governo Roosevelt como uma diretriz da política externa estadunidense para a América Latina. Segundo esse memorando, o governo estadunidense deveria se aliar aos grupos nacionalistas e não se opor a eles. Deveria também tornar a economia latino-

americana mais competitiva. Isso ocorreria em estreita cooperação econômica e cultural entre os governos das Américas. Como medida de emergência propunha a compra da produção agrícola e mineral da região. (TOTA, 2000, pp.47 e 48)

A Política da Boa vizinhança está relacionada a administração Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Iníciou-se na Conferência Panamericana de Montevideo, em dezembro de 1933. No campo político-estratégico, possibilitou aos Estados Unidos a defesa de sua área de influência frente à competição internacional do nascente sistema de poder alemão. O Brasil então estava sobre a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Esse regime autoritário guardava semelhanças com os regimes políticos italiano e alemão, pois eram regimes autoritários de Direita. Esse fato fez os membros dos órgãos de Estado norte-americano a acreditarem que o governo brasileiro nutria simpatias pelo regime político alemão. (FGV-CPDOC, 2010, dísponivel em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca, extraído em 11-12-2010).

No campo econômico, a política de boa vizinhança serviu aos interesses dos Estados Unidos que tentavam se recuperar dos efeitos da crise de 1929. O discurso de solidariedade e cooperação com a América Latina possibilitou a formação de mercados externos para os produtos e investimentos norte-americanos, além de garantir o suprimento de matérias-primas para suas indústrias. (FGV-CPDOC, 2010, dísponivel em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca, extraído em 11-12-2010). Representou também o abandono da prática intervencionista, assim como a adoção da negociação diplomática, colaboração econômica e militar. Seu objetivo era diminuir a influência européia na região e assegurar a liderança americana no que considerava ser o seu quintal.

> A implantação dessa nova estratégia de relacionamento com a América Latina representou a vitória da corrente política do governo norte-americano que adotava o livre cambismo como solução para a recuperação dos Estados Unidos no plano internacional.
>
> (FGV-CPDOC, 2010. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37 Extraído em 04-03-2012)

Maria Lígia Prado (2000) afirma que a Política da Boa Vizinhança teve a função de fazer com que o Brasil se tornasse aliado de Washington contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O resultado dessa política foi o envolvimento do Brasil na guerra ao lado dos aliados em 1943 e posteriormente o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos a partir de 1947, (nesse momento sob a égide da Doutrina Truman). Foi durante a Segunda Guerra Mundial que a cultura estadunidense aportou em terras brasileiras difundindo um conjunto de idéias, concepções e padrões comportamentais, o modo de vida americano, o *American Way of Life*. Antes, em 1938, foi criado no Brasil um órgão especial conhecido como Birô Interamericano para estimular os Encontros Culturais das Américas. Esse órgão objetivava combater uma influência alemã nos círculos culturais e sociais brasileiros.

Em 16 de agosto de 1940 o presidente F. Roosevelt instituiu o *Office of the Coordinator of Comercial and Cultural Relations Between the American Republics,* o Birô Interamericano cujo mentor e diretor, Nelson Rockefeller, possuía um notório volume de investimentos na América Latina. Fundamentalmente o Birô fazia propaganda política no rádio cinema e publicações impressas. Sua influência aumentou através da *United Press* e *Associated Press* que eram as principais fontes de notícias da imprensa brasileira; o símbolo desse período foi o *Repórter Esso*, patrocinado pela *Standard Oil* empresa de Rockefeller.

Maria Ligia Prado (2000) ressalta que o Birô passou a utilizar o cinema como instrumento de aproximação dos Estados Unidos e os latinos americanos. No caso Brasileiro, são dois os fenômenos: Carmen Miranda e Zé Carioca. Carmen “baiana estilizada” torna-se estrela de Hollywood; aparecia nos filmes dançando e cantando. Segundo os americanos ela representaria a cultura brasileira, brejeira, alegre, porém inconseqüente, impulsiva e emocional.

> Carmen foi peça de uma engrenagem complicada que pretendia agradar as platéias brasileiras e latino-americanas, dentro de uma estratégia de sedução fabricada pelos produtores de Hollywood e seus amigos burocratas do

> governo norte-americano. Seus objetivos não se cumpriram integralmente no Brasil, pois o publico nacional não se identificou completamente com aquela figura exótica e um tanto caricata. (PRADO, 2000, PP.338, 339).

Walt Disney, em nome da “amizade” entre Brasil - Estados Unidos, criou o papagaio Zé Carioca, malandro e inconseqüente, cheio de truques e artimanhas, simpático, mas que não se pode confiar, sem contar que o papagaio é um bicho que reproduz aquilo que escuta.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Getulio Vargas procurava, no plano internacional, manter certa neutralidade do *imperialismo mercantil ianque* e também do *imperialismo romanticista germânico.* Os assessores de Roosevelt estavam atentos ao conflito de nossa política externa com relação aos EUA e Alemanha. Vargas em 11 de junho de 1940 proferiu discurso em que deixa subentendido seu apoio à Alemanha, (três dias antes da invasão de Paris pelos alemães). Em seu diário, comenta;

> O discurso que pronunciei teve muita repercussão, produzindo alguma surpresa pelo tom, julgado muito forte e, por outros, tido, insensatamente, como germanófilo. (VARGAS, 1995, pp. 319)

Tota (2000, pp. 27) salienta que a ambigüidade do discurso de Vargas pode ser encontrada nos seguintes trechos;

> ...marchamos para um futuro diverso (...) passou a época de nacionalismos imprevidentes, das demagogias estéreis (...) os povos vigorosos aptos à vida necessitam seguir o rumo de suas aspirações. (TOTA, 2000, pp. 27)

Posteriormente, Vargas, diante das repercussões negativas de seu discurso, em um gesto hábil, manifestou simpatia pela política de solidariedade pan-americana proposta por Roosevelt. No dia 12 escreveu em seu diário:

> Fervem os comentários em torno do discurso do dia 11: os alemães embandeiraram, os ingleses atacaram, os

> americanos se manifestaram consternados. Internamente, acusaram-me de germanófilo (...) começaram os entendimentos entre o chefe da Missão Militar Americana com os nossos militares e o Ministro do Exterior sobre o nosso aparelhamento bélico. (VARGAS, 1995, pp. 319, 320)

Tota (2000, pp. 28) afirma que não há como negar que a Segunda Guerra Mundial representa uma virada nas relações culturais entre Brasil e Estados Unidos, porém essa política, de fato, foi iniciada na administração Hoover, como afirmado anteriormente, que eleito em 1928 fez uma viagem a América Latina, exatamente em Amapala, Honduras, ali teria cunhado a expressão *good Neighbor, bom vizinho* para designar a mudança da política externa de seu governo para a América Latina.

Getúlio Vargas sabia que os Estados Unidos não queriam a participação direta do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Vargas acreditava que a participação do Brasil colocaria o país em uma posição de destaque no mundo Pós-Guerra. Os oficiais brasileiros inicialmente freqüentaram a escola de comando do Estado Maior Estadunidense em Leavenworth (Kansas), mas até 1944, mais de mil oficiais brasileiros passaram pelos cursos militares nas escolas americanas. (National Geografhic Brasil: edição especial FEB, pp.13).

Em 1943, depois de o Brasil ter declarado guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão), formou-se a Força Expedicionária Brasileira – (FEB). Os princípios e os equipamentos dos soldados brasileiros estavam ultrapassados. Foi preciso começar do zero. As diferenças entre os brasileiros e estadunidenses, em termos de equipamento, instrução, manutenção e alimentação eram enormes. Os soldados brasileiros consumiam alimentos de baixo valor calórico e nutricional como jabá e feijão. Os alimentos consumidos pelos soldados estadunidenses eram considerados de luxo. Consumiam frutas em calda, carne de porco, chocolates e também dispunham de bons uniformes, boas armas e viaturas. (National Geografhic Brasil: edição especial FEB, 2005, pp.13).

A proximidade de convívio entre soldados e oficias era uma novidade para os brasileiros, pois no Brasil existia um grande distanciamento entre os soldados e seus superiores. Na Itália os expedicionários se deram conta do atraso do Brasil e da forma autoritária como eram tratados. A participação do

Exército brasileiro na guerra impulsionou o envolvimento dos militares em assuntos da política brasileira. Quando a guerra terminou, a FEB era a elite do Exército Brasileiro. Eram os mais bem treinados e possuíam as melhores instruções e equipamentos. Nutriam uma grande admiração pelos moldes norte-americanos. (National Geografhic Brasil: edição especial FEB, 2005, pp.14)

Na guerra, os soldados da FEB criaram vínculos profundos com os soldados estadunidenses. Eles partilharam os mesmos alojamentos, conviveram dia a dia no campo de batalha e sofreram a mesmas coisas, dividiram os mesmos campos (quando eram prisioneiros dos alemães), curaram seus ferimentos e enterraram seus mortos, muitas vezes em cerimônias conjuntas. (National Geografhic Brasil: edição especial FEB, 1995, pp. 23).

Skidmore (1982) afirma que a Escola Superior de Guerra – (ESG) é o ponto irradiador da influência dos Estados Unidos sobre a oficialidade brasileira. Foi fundada em 1949 por Cordeiro de Farias, na época, líder militar Anti-Getulista. Sua fundação também foi uma decorrência de Acordos militares entre Brasil e Estados Unidos do inicio dos anos 50. Inicialmente teve como modelo o *National War College* de Washington. Nas décadas seguintes a ESG virou reduto de oposição ao populismo brasileiro com uma ideologia fortemente anticomunista e de alinhamento político aos estadunidenses. Contribuiu decisivamente para o Golpe Militar de 1964.

2.2.3 - Doutrina Truman

Após a Segunda Guerra Mundial é iniciado um novo momento da Política Externa Estadunidense. Em 1947 começa a Guerra Fria que representa a divisão do mundo em duas esferas de influência. A esfera política capitalista, liderada pelos Estados Unidos e a esfera política socialista, liderada pela União Soviética. Na América do Sul os Estados Unidos tentará exercer o controle político através da *Doutrina Truman*.

Essa doutrina se refere a um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos, em escala mundial. Harry S. Truman pronunciou, em 12 de

março de 1947, diante do Congresso Nacional dos Estados Unidos, um duro discurso no qual se comprometia defender o mundo capitalista contra a ameaça comunista. Esse discurso marca o inicio da *Doutrina Truman* que faz parte do contexto da Guerra Fria marcada pelo forte antagonismo com o bloco comunista.

A *Doutrina Truman* é conhecida também como Doutrina da Contenção. Essa estratégia tinha como objetivo reter o avanço do comunismo no Ocidente. Para isso, os Estados Unidos utilizavam estratégias militares, econômicas, políticas e diplomáticas. A Doutrina de Contenção foi criada pelo diplomata estadunidense John Frost Kennan (ex- embaixador dos EUA na União Soviética). A palavra *Contenção* se originou através de um relatório apresentado por Kennan ao secretário de Defesa James Forrestal em 1947. Essa doutrina foi associada à política externa do presidente Harry Truman (1945-1953) e se estendeu por grande parte da Guerra Fria (1947-1989). Por influência dessa doutrina foi criado o Tratado do Atlântico Norte – (OTAN[9]) (um pacto de defesa mútua entre os países capitalistas). (PECEQUILO, 2003).

2.2.4 A Operação Brother Sam e o "amigo americano"

Thomas Skidmore (1982) afirma não existir dúvidas de que Lincoln Gordon (ex-embaixador dos EUA no Brasil em 1964) foi um entusiasta do

---

[9] A OTAN é uma organização militar comum de defesa, contando, atualmente, com 28 países-membros. Ela foi criada por um tratado assinado no dia 4 de abril de 1949 em Washington. A seus 12 fundadores (Estados Unidos, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Reino Unido, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal), se somaram, com os anos, sete países: Grécia, Turquia, Alemanha, Espanha, Polônia, Hungria e República Tcheca. Em março de 2004, uma segunda leva de sete países chegou à aliança: Lituânia, Estônia, Letônia, Eslováquia, Eslovênia, Bulgária e Romênia. Dois outros países, Albânia e Croácia, entram no clube na cúpula do 60º aniversário da Otan, em 2009. O artigo 5 do tratado da Otan constitui a espinha dorsal da organização. Ele estipula que qualquer ataque contra um dos países membros será considerado um ataque contra todos. Pela primeira vez desde a criação da Otan, os aliados invocaram este artigo em 2001 para marcar seu apoio aos Estados Unidos no dia seguinte aos atentados terroristas de 11 de setembro. A sede da Otan foi primeiro em Londres, depois em Paris, e enfim em Bruxelas desde 1966. Seu comando militar (SHAPE) está situado em Mons (Bélgica). O órgão principal de decisão política da OTAN é o Conselho do Atlântico Norte, no setor político. A França, que é um membro fundador da OTAN, retirou-se da estrutura militar de comando em 1966, em seguida a uma decisão do general Charles de Gaulle, mas anunciou sua volta em 2008 e a concretizou em 2009. Fonte: Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/saiba-o-que-e-otan.html Extraído em setembro de 2011.

governo ditatorial brasileiro, pois em 23 de abril de 1964 falou em Porto Alegre que a queda de Goulart simbolizou uma nova arrancada do Brasil para a realização dos ideais da Aliança para o Progresso. Em 05 de maio do mesmo ano na Escola Superior de Guerra exaltou a "Revolução" Brasileira e disse que ela poderia ser comparada como um momento decisivo da História Mundial, assim como foi o Plano Marshall (1947), o Bloqueio de Berlim (1948-1949), a derrota do comunismo na Coréia e a resolução da Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Em 1966, quando encerrou sua missão no Brasil, Licoln Gordon, afirmara sua crença no compromisso, do governo Castelo Branco[10] em restaurar os procedimentos "democráticos" no Brasil, compatíveis com os princípios da política Estados Unidos - América Latina. É importante afirmar que as palavras de Lincoln Gordon eram endossadas por Washington. (SKIDMORE, (1982) 2000, PP. 397).

Marta Huggins (1998) revela não só envolvimento entre a Central americana de inteligência (CIA) no treinamento da repressão brasileira (no período pós – Ato Institucional nº 5), mas a montagem de uma estrutura de repressão baseada no DOI-CODI[11]. A Casa Branca sabia e a CIA através do *Office of Public Safety Brasil* (OPS-Brasil), montou, operacionalizou a estrutura de repressão e treinou seus agentes.

Richard Helms, diretor da CIA, afirma que pelo menos indiretamente a OPS contribuiu para uma centralização da Polícia Brasileira (HUGGINS, 1998, pp. 188). Os Comandantes Militares de cada um dos Exércitos Brasileiros, tinham responsabilidade por tudo que envolvia a segurança. Sobretudo legitimou a ideologia baseada na divisão do país em "verdadeiros cidadãos" de um lado e "subversivos" de outro, a parte "desviante". A criação do DOI – CODI, uma rede nacional interligada de forças de segurança da polícia e das

---

[10] Castelo Branco, promovido a Tenente Coronel, em 15 de abril de 1943, Na FEB ocupava a Terceira Seção que era responsável por traçar os planos operacionais no cenário de guerra. (Dulles, 1979)

[11] DOI era o Departamento de Ordem Interna, consistia em uma força de prontidão para combater diretamente as organizações "subversivas", desmontar sua estrutura pessoal e material. Em cada uma das zonas de defesa interna (DOI-COD) possuía um CODI (Centro de Comando de Operações de defesa interna), identificava as prioridades, analisava informações obtidas pela inteligência, planejava missões e esquadrões do DOI. (HUGGINS, 1998, pp. 190).

forças armadas, todas sobre o controle militar direto.

> Em 1969, o primeiro desses novos órgãos foi instituído em São Paulo como a Operação Bandeirantes (OBAN), comando das operações de defesa interna em âmbito estadual. Um ano depois, esse modelo estendeu-se para todo o Brasil como DOI-CODI, sendo sua missão obter informações e neutralizar os terroristas. (HUGGINS, 1998, pp. 189)

Richard Helms entendia o DOI-CODI em comissões compostas por membros das forças armadas e da polícia. A posição mais alta na hierarquia era ocupado por cada comandante dos distritos militares.

> A estrutura do DOI-CODI destinava-se a ajudar as forças de segurança do Brasil a superar as disputas de jurisdição e falta de coordenação entre os inumeros órgãos militares e civis de inteligência e segurança, como explicou o próprio Helms. (HUGGINS, 1998, pp. 189).

A utilidade da normatização da violência estatal no Brasil obedeceu a interesses dos Estados Unidos, pois ofereceram treinamento, tecnologia, apoio moral e político à tortura no Brasil promovida pela polícia e pelo governo brasileiro. Washington sabia sobre essa prática (HUGGINS, 1998, pp. 189-190).

> Os DOIs dos maiores Estados eram divididos em três esquadrões: um prendia e caçava os sujeitos (“busca e captura”), outro captava informações e recolhia os prisioneiros (“informação e interrogação”) e o outro analisava as informações obtidas a partir das infiltrações obtidas a partir da infiltração em associações e interrogatórios de informantes (“informação”) (HUGGINS, 1998, pp. 191).

Os consultores de segurança da OPS – Brasil consideravam seu trabalho como uma espécie de “missão religiosa”, consideravam seu método legitimo para acabar com a desordem brasileira, pois seu principal objetivo era proporcionar segurança aos Estados Unidos e garantir as “liberdades democráticas”. O DOPS era essêncial nessa estrutura, pois os militares

estavam despreparados inicialmente para coletar informações de inteligência civil, para interrogar prisioneiros para conduzir operações de segurança interna. (FON, 1986 apud HUGGINS, 1996, pp.190).

Helms, diretor da CIA, utilizou o termo “guerra santa” para falar da violência do Governo Brasileiro contra os “terroristas” afirmou ainda que “a violência não era nada de novo no Brasil”

> Em algumas regiões, particularmente no nordeste (do Brasil), a violência é tida como um meio tradicional - e muitas vezes bastante respeitável – de punição. Em muitas áreas rurais, os espancamentos e, em casos extremos, os tiros da polícia e até mesmo dos proprietários de terras locais constituem há muito tempo um dos métodos favoritos para manter as classes inferiores em seu lugar... em quanto esse tipo de tratamento não resulta em mortes, a população rural mantêm-se indiferente. (HELMS, 1971 apud HUGGINS, 1998, pp.204).

Martins Filho (1998) destaca a participação da CIA na Sexta-Feira Sangrenta. Afima:

> Para Huggins, contudo, o OPS operou em 1968 não apenas como observador, mas como ativo assessor, sugerindo inclusive mudanças de tática para colocar as forças repressivas à altura das passeatas-relâmpago do movimento estudantil. Uma dessas novas medidas foi a colocação de franco-atiradores no alto dos edifícios, o que talvez explique as numerosas mortes da "sexta-feira sangrenta" (MARTINS FILHO, 1998, pp. 04, 05).

A sexta-feira sangrenta se refere ao dia 21 do julho de 1968 em que ocorreu um grande protesto contra a Ditadura Militar (1964-1985) nas ruas do Rio de Janeiro. Foram levantadas barricadas, na Avenida Rio Branco e apedrejamento do Consulado dos Estados Unidos.

Sá Corrêa (1977) revela os canais de telex que ligavam a Casa Branca e a embaixada estadunidense no Brasil que confirmam a *Operação Brother Sam* (ver anexo H e I.), cujo objetivo era evitar o estrangulamento dos golpistas de 64, em seu ponto mais frágil que era a falta de combustível, isso considerando a hipótese de uma luta longa. O Embaixador Licoln Gordon foi

responsável por acioná-lo. (CORRÊA, 1977, pp. 97).

A Operação Brother Sam não daria o apoio bélico, mas estratégico, pois o maior temor dos EUA seria a falta de combustível, assim 40 mil barris de gasolina comum, 15 mil barris de gasolina de aviação, 33 mil barris de óleo diesel e 20 mil barris de querosene estavam prontos para serem enviados ao Brasil via Montevidéu.

> Outro petroleiro, o Chapacket, traria 35 mil barris de querosene, 40 mil de gasolina comum e 33 mil de aviação, o terceiro barco Hampton Road preparado para o porto de pequeno calado, carregaria 150 mil barris. E o quarto Nash Bulk, 56 mil barris de gasolina comum, 39 mil de gasolina de aviação e 92 mil de querosene. (CORREA, 1977, pp. 17).

Esse volume todo de combustível somado aos quatro petroleiros que levavam 136 mil barris, corresponderia a um dia de consumo do Brasil no ano de 1976 ou 1977. Por exemplo o Santa Inez estava pronto para zarpar de Aruba rumo ao Brasil no dia 02 de abril e chegaria na vizinhança de Santos entre 10 e 11 de abril. No mesmo dia se encontraria por aqui o porta-aviões Forrestal cuja missão era garantir o desembarque do combustível. (SÁ CORRÊA, 1977, pp.17)

> O embarque de munição é apresentado, num comunicado do Estado Maior conjunto da Força Aérea como missão de apoio ao plano operacional de que a força tarefa naval fora encarregada. Destina-se à Operação Brother Sam 110 toneladas de armas e munições e há mensagem que falam em encaixotar 250 carabinas de calibre 12. (SÁ CORRÊA, 1997, pp.17).

O grau de envolvimento da OPS no treinamento da repressão brasileira chegou a tal ponto que fora construída uma sala de simulação. Nessa sala era ensinado à polícia o “combate” aos “subversivos“; depois do AI-5, segundo Huggins, existem dados que confirmam a triplicação do número de policiais brasileiros enviados aos EUA para treinamento e também em 1969 a OPS teve participação na criação da Operação Bandeirantes - OBAN (na fase do Regime Militar chamada de *policialização do Regime Militar* brasileiro).

> Finalmente, a autora mostra com abundância de evidências que a tortura serviu não apenas ao regime brasileiro, mas aos objetivos de segurança nacional dos EUA, naquela quadra da Guerra Fria. Para Huggins, também é impossível isentar os Estados Unidos da degeneração das atividades policiais nos tristemente conhecidos "esquadrões da morte" atuantes no Brasil nos anos 60 e 70. (MARTINS FILHO, 1998, pp. 04, 05).

A partir dessa informação, observamos uma colaboração secreta de agentes dos EUA na montagem de um aparato de perseguição, tortura e aniquilamento de insurgentes ao Regime Militar no Brasil (1964-1985). Isso envolveu, inclusive, ensino e treinamento de práticas de tortura. Esse fato revela um estreito grau de cumplicidade entre a CIA e as Forças Armadas brasileiras.

Está escrito em um telegrama de 04 de março de 1964 da Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro destinada ao Secretário para Assuntos Latino Americanos (ver anexo N.) que os militares brasileiros seriam um fator estabilizador e moderador na cena política brasileira e um fator essencial para conter os “excessos” da esquerda do Governo Goulart. Destaca ainda que os militares brasileiros não possuem origem aristocrática, possuem orientação nacionalista, mas não facista e pró-constitucionalista democrática. Sobretudo possuem capacidade de suprimir as desordens internas dentro dos limites constitucionais. Salienta ainda que durante o período pós-guerra se beneficiaram da orientação pró-americana de Oficiais da Forças Armadas Brasileiras, resultando em uma aliança ativa durante a Segunda Guerra, porém estes oficiais estavam se aposentando, o que tornava necessária a aproximação com a nova oficialidade para manter relações estreitas e eficazes. (GORDON, 1964 apud SÁ CORRÊA, 1977, pp.87)

Sobre a atuação do Esquadrão da Morte paulista é preciso citar *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte* do autor Hélio Pereira Bicudo quem na época foi Procurador de Justiça do Estado de São Paulo e responsável por investigar a atuação do Esquadrão da Morte Paulista no ano de 1970. Essa importante obra relata as ações do Esquadrão da Morte em São Paulo. Bicudo afirma:

> Um livro sobre o "Esquadrão da Morte" e sua atuação em São Paulo, muito embora os fatos já se tenham afastado no tempo, é de conteúdo, sem dúvida, polêmico. Vai daí que após muito meditar, resolvi transmitir a minha experiência na luta contra os policias que, num dado instante se arvoraram em árbitros da justiça, e praticaram toda uma gama de delitos e se envolveram em todas as formas de corrupção. E foi justamente por este último motivo que a luta travada contra o "Esquadrão da Morte" foi bastante árdua e permite uma conclusão pessimista quanto aos resultados. É que em São Paulo, os principais implicados na execução dos crimes do "Esquadrão" passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação. Inversamente, os que se dispuseram a apontar os crimes por eles cometidos, inspirados inicialmente e depois acalentados por um governador e por um secretário de Estado, inebriados pelo poder, passaram a ser classificados como inimigos do regime e como tal tratados. (BICUDO, 1977, pp.21).

O historiador estadunidense James Green publicou recentemente um livro chamado *Apesar de Vocês*: *oposição à Ditadura nos Estados Unidos (1964-1985).* Nesse livro descreve questionamentos, no final dos anos 60, sobre o apoio dos Estados Unidos à Ditadura Militar Brasileira. Foram os exilados brasileiros que começaram a angariar apoio dentro dos Estados Unidos contra a ditadura. Um dos fatos mais importantes foi a prisão e deportação do grupo teatral *Leaving Theater* em Ouro Preto no ano de 1979. Esse incidente teve grande repercussão nos Estados Unidos e chamou a atenção da opinião pública norte-americana para o regime ditatorial brasileiro.

Também a expulsão do Brasil do pastor Brady Tyson sob a acusação de ter promovido uma greve em Osasco/SP em 1966. Nos anos 70, Tyson convidou Marcio Moreira Alves, Deputado Federal cassado pelo Ato Institucional nº05, a percorrer os Estados Unidos denunciando o regime de excessão vivido pelo Brasil. Moreira Alves tentou convencer os membros do Partido Democrata a não seguirem a política de apoio ao governo militar brasileiro. A estilista Zuzu Angel também denunciou, nos Estados Unidos, as violações dos Direitos Humanos no Brasil. Seu filho, Stewart Angel, foi perseguido, torturado e morto por órgãos do governo militar.

Esses fatos foram marcantes para o despertar de consciência de setores liberais estadunidenses de que o apoio do governo dos Estados

Unidos ao Regime Militar Brasileiro não podia continuar. Em 1969 houve uma mudança no Congresso desse país com relação ao apoio de seu governo à Ditadura Brasileira. Os congressistas passaram a exigir a garantia dos Direitos Humanos no Brasil. (GREEN, 2009)

Dois congressistas foram importantes para essa tomada de posição. Edward Kennedy que fez um discurso em 1970 denunciando a postura do governo ditatorial brasileiro e criticando a política pró-ditadura dos EUA. O segundo foi Frank Church, influente senador que investigou as atividades ilegais da CIA e do FBI. A política do Governo Carter de Direitos Humanos nasceu por causa do Brasil, sobretudo resultado dessa pressão promovida por setores progressistas estadunidenses. (GREEN, 2009)

Na campanha presidencial norte-americana de 1976, o candidato democrata, Carter, acusou o Partido Republicano de apoiar as ditaduras vigentes no Brasil e no Chile. Sua campanha apoiava o fim da ditadura e o restabelecimento da democracia, sobretudo o respeito aos direitos humanos. Em visita ao Brasil em 1978, o presidente Carter discursou:

> Hoje estamos todos nos unindo num esforço global em prol da causa da liberdade humana e do Estado de Direito. Esta é uma luta que só será vitoriosa quando estivermos dispostos a reconhecer as nossas próprias limitações e a falarmos uns com os outros com franqueza e compreensão. (Folha de S. Paulo, 30-03-1978).

2.2.5 - A política de Direitos Humanos da administração Carter e a Ditadura Militar no Brasil: amizade abalada

A defesa dos Direitos Humanos frente à Ditadura Militar Brasileira teve impacto nos rumos do governo militar. Essa mudança da Política Externa Estadunidense foi um dos fatores que contribuíram para a queda do Regime Militar, mas não deixa de representar uma influência da Política Externa Estadunidense sobre os rumos da Política Interna Brasileira mesmo sob o argumento da defesa dos Direitos Humanos. O presidente norte-americano Jimmy Carter fez uma visita de três dias ao Brasil. Nessa visita, ouviu relatos de violações dos direitos humanos no país. O Comitê Brasileiro pela Anistia

criticou o apoio público que Carter terminou dando ao regime militar e entregou durante o encontro realizado em Brasília um dossiê com o histórico dos últimos 14 anos de ditadura, em que denunciava a existência de 10 mil brasileiros no exílio. Deste total, 122 haviam sido banidos por leis de exceção. (Universidade de Passo fundo, 2010).

O documento citava também os relatórios da Anistia Internacional em que constam os nomes de milhares de brasileiros torturados pelos órgãos policiais, dos quais centenas foram mortos e de 600 pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados. Já os jornais norte-americanos *Washington Post* e *The New York Times* destacaram a forma fria com que Geisel recebeu Carter, devido às divergências entre ambos a questão direitos humanos e a oposição norte-americana à proliferação nuclear. (Universidade de Passo fundo, 2010).

A relação entre os dois países ficou tensa quando, um ano antes dessa visita, a Primeira Dama estadunidense Rosalyn Carter contou ao presidente Geisel que esteve em Recife e ouviu de dois missionários, saídos da prisão, que haviam sido torturados. Geisel reagiu negativamente às palavras da Primeira–Dama estadunidense. Após esse incidente, cinco acordos militares entre os dois países foram cancelados. Principalmente após o Departamento de Estado norte-americano ter levado ao Congresso, um relatório sobre as torturas a presos políticos no Brasil. (Universidade de Passo fundo, 2011).

Geisel, em carta a Carter datada de 1974, mostra toda a sua divergência com Carter em relação a questão dos Direitos Humanos e deixa claro que o gesto do governo estadunidense é uma interferência na política interna do Brasil.

> No que concerne à questão dos Direitos Humanos, considera o Brasil que seu respeito constitui um dos principais deveres políticos e morais do Estado. Existem é claro, prioridades a serem atendidas para assegurar aos cidadãos o gozo pleno desses direitos, inclusive no que se refere a condições essenciais de desenvolvimento econômico e social do país. Não creio que sejam muito diferentes os nossos pontos de vista. O Brasil considera, porém, que a responsabilidade por determinar essas prioridades e por assegurar respeito àqueles direitos é do próprio Estado e não pode ser atribuído a outros Estados. Não faltamos com a

> nossa recuperação voluntária para o exame do assunto em foros internacionais, o que o Brasil recusa, e continuará recusando, é a intervenção de outros países em assuntos que consideram internos, pois temos o dever para com o nosso povo de não lhes criar novas formas de dependência. (GEISEL, 1974)

O apoio dos Estados Unidos à Ditadura Militar foi amplo, envolvendo, como já foi visto, ensino de técnicas de tortura à Polícia de São Paulo participando também da criação do esquadrão da morte através de seus órgãos de Estado como a CIA. Uma contradição, por exemplo, com os ideais de democracia e liberdade impostos principalmente pelos Estados Unidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU ao ser fundada em 1945.

CAPÍTULO 3

AS RAÍZES DA PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA E SEUS PARADOXOS.

CAPÍTULO 3 - AS RAÍZES DA PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA E SEUS PARADOXOS.

3.1.0 - A Construção do mito brasileiro.

A expressão gigante pela própria natureza remonta ao período colonial. Começa com os bandeirantes que em busca de índios, pedras preciosas e escravos fugidos avançaram para além da faixa de Tordesilhas, fato decisivo para a ampliação do território brasileiro. Esperavam os europeus encontrar aqui a "serra resplandecente", as montanhas de metal ou cristal reluzente, as minas preciosas da Índia, montanhas de ouro, esmeraldas assim como aquelas encontradas na região entre a Líbia e o Nilo. O Ceilão estava perto do paraíso terreal, lugar onde estavam bem visíveis aos pés de Adão, também a muralha de São Brandão, toda ela de pedras preciosas, topázio, esmeraldas, ametistas, rubi entre tantas outras. (HOLANDA, 2000)

Os indígenas freqüentemente ofereciam aos europeus, notícias imprecisas sobre a existência de serras de quartzo ou mica. Foi somente por volta de 1729 que surgiu notícias seguras de jazidas de diamantes no Brasil. As esmeraldas possuem toda uma representação simbólica, pois fazem parte da Literatura Medieval conservada durante o Quinhentismo. As alegorias e visões paradisíacas costumavam atribuir a elas virtudes sobrenaturais, seria uma das gemas encontradas nas descrições sobre o paraíso, pedra encontrada nas águas dos quatro rios do éden. Essas histórias alimentavam a ambição dos colonizadores e aventureiros, o caminho para elas seria a vastidão do sertão inexplorado e inculto, este caminho levaria ao Peru. (HOLANDA, 2000) [12].

A predileção pelas esmeraldas sobre as outras pedras deve ser destacada, ela viria logo após a pérola e estava acima do diamante. A esmeralda resistente não cede a nenhuma outra matéria, nem ao ferro e nem

[12] A importância do Vice-Reinado peruano como grande produtor mundial de ouro e prata é evidente ao ponto de Holanda dedicar um capítulo de seu livro *Visão do Paraíso* chamado *O Outro Peru* (ver Holanda, 2000).

ao fogo, de pouca beleza, mas que descansa os olhos. Do diário de navegação de Pero Lopes consta a jornada de Martim Afonso. Partiu de Cananéia terra adentro em busca de pedras preciosas. (HOLANDA, 2000, pp.87)

O mito do bandeirante está perfilado ao mito do indianismo. O índio é o primeiro brasileiro, puro, parte integrante da natureza. Este mito original brasileiro foi construído pelos escritores do romantismo nacional, principalmente José de Alencar que escreveu uma tríade indianista composta pelas obras *Iracema, O Guarani* e *Ubirajara*. Nessas obras retrata a união entre o indígena e o europeu que fecundaram a "raça" brasileira.

Ao contrário da origem do destino manifesto estadunidense e seu caráter protestante de providência divina e missão civilizatória, no Brasil o mito original será a união entre a natureza, simbolizada pelo indígena, Peri e a civilização (Europa), Ceci. O heroísmo bandeirante que rompe com o velho mundo medieval, molda a natureza pelo seu espírito guerreiro e introduz o princípio de busca pela riqueza através da aventura. O bandeirante assim confirma o brasileiro como "raça de heróis" e "gigante pela própria natureza". Essas representações simbólicas estão presentes também no ethos militar estabelecendo uma linhagem de pensamento e ação.

Inicialmente Vianna Moog (1966) salienta que o bandeirante foi idealizado como o agente da modernidade que em suas andanças buscava o progresso, o enriquecimento. Sua antítese, o jesuíta, representava a velha ordem medieval, o desejo ao retorno a unidade espiritual da Idade Média sob a égide da restauração da ordem que condenava a usura que desvirtuaria o homem pio e devoto.

> O bandeirante na sua ânsia pela riqueza, poder consciente ou inconscientemente, já era o grande instrumento do capitalismo moderno (...) as incursões predatórias de caça ao índio, a tudo aquilo em suma, que iria por fim possibilitar o capitalismo. (MOOG, 1966, pp.179)

Foi após os anos 30 do século XX que São Paulo passou a se consolidar como região desenvolvida, o estado mais rico do Brasil. Portanto isso não se deveu ao bandeirantismo, mas era necessária uma ideologia que

mostraria o destino de grandeza e capacidade a que estava fadado o povo paulista.

Kátia Abud (2008) argumenta que com a Revolução de 30, a oligarquia paulista, alijada do poder federal se insurgiu em 1932 e precisava de um símbolo. O bandeirante representava a unidade do Brasil, foi ele quem alargou a fronteira brasileira para além da linha do Tratado de Tordesilhas, fazendo do Brasil um gigante territorial: tudo se iniciara em São Paulo do Piratininga, Mogi das Cruzes, Porto Feliz e Sorocaba; dali para Matogrosso, Goiás, Minas Gerais e Amazônia.

Segundo Capistrano de Abreu:

> A parte geográfica das expedições correspondia mais ou menos o seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê, alcançam o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em Rumo de Jundiaí e Mogi, deixam a esquerda do salto Urubupungá, chegam pelo Paranaíba à Goiás. (ABREU, 2000; pp.129)

3.1.1 - Monções cuiabanas.

Dentro do processo de deslocamento da fronteira brasileira devem ser consideradas as monções cuiabanas, tema discutível no movimento bandeirante, mas segundo Synesio Sampaio Góes (1991), diferentemente das bandeiras, as monções - fenômeno característico do século XVII – seguiam roteiros fixos, passando por pontos conhecidos, as monções tinham um único objetivo; chegar às minas de ouro dos rios Cuiabá e Guaporé.

Góes (1991) explica que existem pontos comuns entre as bandeiras e as monções; são antes de tudo movimentos de “expansão territorial”, mas, cada um com uma função - as bandeiras levaram ao conhecimento da terra enquanto as monções garantiram seu povoamento. Na verdade,

> *...a história das monções é um pouco o prolongamento da historia das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil central*. Por meio das “monções. (HOLANDA, 1976 pp. 47 apud GÓES, 1991, pp. 85).

Foi consolidada a posse das terras entre o planalto de Piratininga e os campos e florestas do extremo oeste que correspondem hoje aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A história das “monções”, que duraram quase cem anos, começou com o descobrimento de ouro em afluentes do rio Cuiabá, cerca de 800 km a oeste do meridiano de Tordesilhas, pela Bandeira de Pascoal Moreira Cabral, em 1718, no rio Caxipó Mirim. Quatro anos depois, Miguel Sutil descobriu, no local, que mais tarde seria fundada a cidade de Cuiabá, riquíssimos aluviões de ouro.

3.1.2 O Indianismo.

Moog (1966) afirma que o *Uraguai* é o livro formador da brasilidade, escrito por Basílio da Gama, o poema épico de 1769, é uma critica aos jesuítas, narra a luta dos portugueses e índios contra os jesuítas dos Sete Povos das Missões. O conflito surge a partir do momento em que os índios se recusam a sair de suas terras para obedecerem ao acordo estabelecido no Tratado de Madri. Esse acordo rezava que Portugal e Espanha fariam uma troca de terras no sul do país: Sete Povos das Missões iriam para os espanhóis, e Sacramento para os portugueses. O poema coloca índios e portugueses, lado a lado na defesa do território que seria mais tarde o Brasil. Para Moog (1966) o livro é expressivo, pois coloca os jesuítas como um obstáculo à delimitação do território brasileiro; eles representariam a velha ordem medieval.

No Canto V, o poeta expressa suas opiniões a respeito dos jesuítas, colocando-os como os malfeitores no intuito de agradar ao Marquês de Pombal, o poderoso ministro de D. José I. Nesse mesmo canto ainda aparece à homenagem ao general Gomes Freire de Andrada que respeita e protege os índios sobreviventes.

CANTO QUINTO

Sossegado o tumulto e conhecidas
As vis astúcias de Tedeu e Balda,
Cai a infame República por terra.
Aos pés do General as toscas armas
Já tem deposto o rude Americano,
Que reconhece as ordens e se humilha,
E a imagem do seu rei prostrado adora.
Serás lido, Uraguai. Cubra os meus olhos
Embora um dia a escura noite eterna.
Tu vive e goza a luz serena e pura.
Vai aos bosques de Arcádia: e não receies
Chegar desconhecido àquela areia.
Ali de fresco entre as sombrias murtas
Urna triste a Mireo não todo encerra.
Leva de estranho céu, sobre ela espalha
Com a peregrina mão bárbaras flores.
E busca o sucessor, que te encaminhe
Ao teu lugar, que há muito que te espera. (GAMA, 1976)

A literatura brasileira do romantismo está repleta de alegorias, símbolos e representações sobre o surgimento da nacionalidade brasileira, dentre eles destacamos *Iracema* de José de Alencar. A índia Iracema representaria a natureza virgem e a inocência, enquanto o colonizador Martim (referência explicita ao deus romano da guerra Marte) representa a cultura européia. Da junção dos dois surgirá a nação brasileira, representada alegoricamente, pelo filho do casal, Moacir ("filho da dor"). A palavra Iracema é um anagrama de *América*. Maria Aparecida dos Santos (2009) explica que as características de Iracema como mulher forte que defende o seu povo e que tem vocação à maternidade faz nascer do seu embrião a nacionalidade.

> É uma figura-matriz em vários sentidos, que se desenha desde a vertente exemplar da personagem feminina romântica, presa aos fascínios de um guerreiro e ao estatuto de sua etnia, ao modelo de mulher forte, frente às atitudes de defesa de seu povo e da maternidade. Esses aspectos desembocam na figura geradora do embrião de uma nacionalidade, que se forma a partir de experiências e de características impressas em seu perfil. (SANTOS, 2009, pp. 186)

Essas afirmações de Santos (2009) podem ser observadas na seguinte passagem do romance *Iracema* de José de Alencar:

> – Teu sangue já vive no seio de Iracema. Ela será mãe de teu filho.
> – Filho, dizes tu? Exclamou o cristão em júbilo.
> [...]
> Martim uniu o peito ao peito de Poti:
> – O coração do esposo e do amigo falou por tua boca. O guerreiro branco é feliz, chefe dos potiguaras, senhores das praias do mar; a felicidade nasceu para ele na terra das palmeiras, onde recende a baunilha; e foi gerada no sangue de tua raça, que tem no rosto a cor do sol. O guerreiro branco não quer mais outra pátria, senão a pátria de seu fi lho e de seu coração. (ALENCAR, 2003, pp.62-63)

A fundação da nacionalidade é construída na visão alencariana de *Iracema* a partir do momento em que escreve sobre o nascimento do filho de *Iracema*. Esse filho de mãe india e pai europeu representa o nascimento de uma nova raça dos trópicos, *no rosto a cor do sol*, europeu se converte à nova terra que se torna a pátria de seu filho.

O segundo livro da tríade alencariana seria o livro *O Ubirajara*. Esse romance revela o ponto de vista de José de Alencar sobre o caráter da nação indígena, um relato dos costumes e da própria índole do selvagem - o bom selvagem - oposto àquilo que informam os textos de missionários jesuítas e viajantes aventureiros. Transplanta feições do mito de origem do mundo ao Brasil.

> O percurso do heroi lendário não exime o papel de homem primordial, o Adão, possui o domínio sobre a terra, o mar e os animais, como se construido de matéria divina, mas ambientado nas circunstâncias nacionais, conforme padrões do mito que se transplantam nas feições locais. (SANTOS, 2009, pp. 181, 182).

A transplantação do mito de criação cristão, Ubirajara como um Adão e sendo esse o ponto de origem da nacionalidade brasileira, Santos (2009) destaca a seguinte passagem do livro *O Ubirajara* de José de Alencar.

> Ubirajara largou o arco de Itaquê para tomar o arco de camacã. A flecha Araguaia também partiu e foi atravessar nos ares a outra que tornava a terra.
>
> As duas setas desceram trespassadas uma pela outra como os braços do guerreiro quando se cruzam ao peito para exprimir a amizade.
>
> Ubirajara apanhou-as no ar.
>
> – Este é o emblema da união. Ubirajara fará a nação tocantim tão poderosa como à nação Araguaia. Ambas serão irmãs na glória e formarão uma só, que há de ser a grande nação de Ubirajara, senhora dos rios, montes e florestas. (ALENCAR, 2003, pp.68.)

O homem edênico fundador de uma nacionalidade adapta o universo lendário e mitico tal como a pureza do primeiro homem.

> Para assegurar esse caráter de adaptação ao universo lendário e mítico, em que o homem edênico assume afunção de gerador de uma nacionalidade, Alencar imprime rituais, crenças, hábitos indigenas em Ubirajara, que cumulam o testemunho da “idade do ouro” do passado nacional. Assim, o aspecto virginal das mulheres do herói, que se unem no final da narrativa, sacraliza um dos fios elementares em sua constituição. A pureza do primeiro homem imprime, alegoricamente, o fator de pureza da etnia formadora, que segundo as tradições só poderia ser alterada com as virgens, também intocadas. (SANTOS, 2009, pp. 181, 182)

O terceiro livro dessa tríade seria *O Guarani*, em um primeiro momento, o romance aborda a descrição da civilização representada pelos domínios de D. Antônio de Mariz, fidalgo português que nos fins do século XVI, fiel ao projeto colonizador da coroa portuguesa - submetida naquele período ao domínio espanhol, instala uma fazenda às margens do rio Paquequer.

O segundo momento, marcado pelo ataque dos Aimorés, lança por

terra a esperança de uma sociedade portuguesa no solo brasileiro: a ordem da civilização portuguesa deve ser destruída, para que renasça a nação brasileira. Por fim, o terceiro momento, o renascimento, a união de Ceci e Peri. Sozinha no mundo, Ceci se recusa a ir para o Rio de Janeiro, após a destruição dos domínios de seu pai, preferindo ficar com Peri. O final é aberto, sugerindo a fusão de europeus e índios cristianizados e submissos como a fundação da nacionalidade brasileira.

> Como se pôde notar, Peri nasce indígena, livre e portador de um conhecimento específico, próprio de sua etnia, passa pelo processo de convencimento, ditado pelo estatuto do invasor, que lhe impõe o batismo como condição última de igualdade e deságua na esfera transcendente por meio do arquétipo do salvador da espécie, o Noé cristão, ou Tamandaré, de origem tupi. É a tramitação por esse universo cultural que a figura do selvagem se constitui como revelação de um corpo mítico, reunindo ao mesmo tempo as qualidades físicas de um herói invencível, a inteligência e os bons sentimentos, como convém a um verdadeiro rei das florestas americanas. (SANTOS, 2009, pp. 200).

Santos (2009) destaca a seguinte passagem da obra de José de Alencar:

> ...foi longe, bem longe dos tempos de agora. As águas caíram, e começaram a cobrir toda a terra. Os homens subiram ao alto dos montes; um só ficou na várzea com sua esposa.
>
> Era Tamandaré; forte entre os fortes; sabia mais que todos. O Senhor falava - lhe de noite; e de dia ele ensinava aos fi lhos da tribo o que aprendia do céu.
>
> [...]
>
> A corrente cavou a terra; cavando a terra, arrancou a palmeira; arrancando a palmeira, subiu com ela; subiu acima do vale, acima da árvore, acima da montanha. (ALENCAR, 2003, p.294.)

Esta passagem nos mostra o herói indígena que conhece a natureza e forte o suficiente ao ponto de arrancar uma palmeira e subir nela para escapar

da força das águas que começaram a cobrir a terra.

José de Alencar tentando mitificar o indígena como ancestral de nossa cultura, a relação com o europeu ocorre de forma harmoniosa, sem rejeição à cultura européia, muito pelo contrário, Peri é colocado como servo “voluntário”, “obediente” à Cecília e a Dom Antonio. O percurso de leitura das três obras consolida as vertentes do romantismo, utilizada às causas patrióticas. O caráter descritivo da natureza, a intensa adjetivação que conferem um colorido às paisagens e aos personagens e todo o tom fantasioso de Alencar tentando invocar um espírito brasileiro e independente à jovem nação. (SANTOS, 2009, pp. 202)

A representação do indígena ganhará forma e conteúdo vivo na figura do Marechal Cândido Rondon. Ele representará a síntese entre o militar, o europeu e o índio que consolidará as fronteiras brasileiras.

3.1.3 - Rondon: a fusão entre o índio e o militar na manutenção das fronteiras brasileiras.

A fusão entre o bandeirante como militar e o índio é representada pela figura do Marechal Rondon. Indigena por parte de seus bisavos maternos, Bororó e de origem paterna, Terena e Guará. No Rio de Janeiro ingressou na Escola Militar. Alistou-se no III Regimento de Artilharia de Cavalo em 1881. Ainda estudante participou ativamente dos movimentos Republicano e Abolicionista. Quando nomeado Chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso foi designado para a Comissão de Construção da linha telegráfica ligando Mato Grosso a Goiás.

Por meio das linhas telegráficas estabelecidas entre 1892 e 1898, Rondon e sua comissão consolidaram as fronteiras alcançadas séculos antes pelos bandeirantes. Seu feito possui grandes características simbólicas, pois comunga o indigena e o europeu na demarcação da fronteira brasileira através das linhas telegraficas. Essas linhas representam a consolidação das fronteiras conseguidas pelo bandeirantismo, protocolado pelo uti possidetis[13]

[13] O Uti Possidetis no direito internacional parte da regra de que território e outros bens permanecem nas mãos do estado beligerante na verdade em posse no final de uma guerra, a menos que de outra forma

(posse por uso), sobretudo a comunicação entre o mundo europeu civilizado, moderno e as regiões mais longinquas do Brasil. (fonte: FUNAI, 2011. disponível em: www.funai.gov.br disponível em http://www.funai.gov.br/indios/personagens/rondon.htm extraído em 14/11/2011)

Rondon travou contato com várias tribos, dentre eles; os Bororós, Nhambiquara, Urupá, Jaru, Karipuna, Ariqueme, Boca Negra, Macuporé, Guaraya, macurape, entre outras. Entre 1900 e 1906, levou linhas telegráficas entre Corumbá e Cuiabá indo até o Araguaia, Mato Grosso e Goiás. Em 1907 a denominada Comissão Rondon expandiu essas linhas de Cuiabá a Santo Antonio do Rio Madeira na região amazônica, marco da ocupação da região do atual Estado de Rondonia, nomeado em sua homenagem. (fonte: FUNAI, 2011, disponível em: www.funai.gov.br disponível em http://www.funai.gov.br/indios/personagens/rondon.htm extraído em 14/11/2011).

Rondon, semelhantemente aos bandeirantes, desbravou o sertão para levar as linhas telegráficas modernas, integrando aquelas paragens ao mundo "civilizado" baseado nos princípios da paz e do diálogo. Nesta parte de seu credo positivista Rondon une natureza, homem, mulher, ciência e religião.

> *Eu Creio:*
>
> *Que o homem e o mundo são governados por leis naturais. Que a Ciência integrou o homem ao Universo, alargando a unidade constituída pela mulher, criando, assim, modesta e sublime-: simpatia para com todos os seres de quem, como poverello, se sente irmão.*
>
> *Que a Ciência, estabelecendo a inateidade (sentimento nato) do amor, como a do egoísmo, deu ao homem a posse de si mesmo. E os-: meios de se transformar e de se aperfeiçoar.*
>
> *Que a Ciência, a Arte e a Indústria hão de transformar a Terra em Paraíso, para todos os homens, sem distinção de raças, crenças,- : nações – banido os espectros da guerra, da miséria, da moléstia.* (VIVEIROS, 1969

---

previsto por um tratado. (Do latim, literalmente: como você possui) fonte: http://legal-dictionary.thefreedictionary.com/Uti+possidetis

apud CAMARGO & LIMA, 1995, pp. 46, 47.)

Neste trecho o paraíso tal como descrito na bíblia narra o fim da guerra e miséria. Em seguida menciona as leis da sociologia de Comte cuja missão dos intelectuais é preparar as massas desfavorecidas para que se elevem e criem condição para sua integração social, mas sob a égide da ordem e progresso.

Que ao lado das forças egoístas – a serem reduzidas a meios de conservar o indivíduo e a espécie – existem no coração do homem-: tesouros de amor que a vida em sociedade sublimará cada vez mais. Nas leis da Sociologia, fundada por Augusto Comte, e por que a missão dos intelectuais é, sobretudo, o preparo das massas humanas-: desfavorecidas, para que se elevem, para que se possam incorporar à Sociedade. Que, sendo incompatíveis, às vezes os interesses da Ordem com os do Progresso, cumpre tudo a ser resolvido à luz do Amor. (VIVEIROS, 1969. Apud CAMARGO & LIMA, 1995, pp. 46, 47.)

Na última parte faz menção à *unidade alcançada pelo amor*, a unidade seria a “verdadeira felicidade”.

Que a ordem material deve ser mantida, sobretudo, por causa das mulheres, a melhor parte de todas as pátrias e das crianças, as-: pátrias do futuro.

Que no estado de ansiedade atual, a solução é deixando o pensamento livre como a respiração, promover a Liga Religiosa, -: convergindo todos para o Amor, o Bem Comum, posto de lado as divergências que ficarão em cada um como questões de foro íntimo, -: sem perturbar a esplêndida unidade – que é a verdadeira felicidade". (VIVEIROS, 1969. Apud CAMARGO & LIMA, 1995, pp. 46, 47)

Rondon faz menção aos termos “incorporar a sociedade”, “missão”, “ordem”, “progresso”, ou seja, seu discurso representa a incorporação das “massas humanas”, no caso o índio, o caboclo, o pobre sertanejo brasileiro à

civilização sobre os princípos positivos de ordem e progresso sobre os parametros do amor e conduzido pela ciência. A persona de Rondon é uma síntese importante para a construção do nacionalismo brasileiro, pois reúne em torno de sí, o mito do bandeirante, o militar, o indigena, a República e o positivismo. É o Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro.

A Canção das Comunicações do Exército Brasileiro faz menção ao Marechal Rondon:

Pelas estradas sem fim, ou pelo campo caminha a Glória.
Os nossos fios, as nossas antenas transmitem essas vitórias.
Quando soa a metralha ou o ronco dos canhões
Nos céus da Pátria ecoa, teu nome Comunicações.

Dentro das noites escuras, o teu trabalho silente será.
E nessa mudez, somente a bravura, ao teu lado caminhará
Sempre estarás na vanguarda e cumprirás do Comando as missões,
Com o nome de Rondon, pulsando em nossos corações.

E quando a vitória vier,
Alguém falará no porvir,
Na paz, assim como na guerra,
Teu lema é sempre servir.

Disponível em http://www.exercito.gov.br/web/midia-eletronica/cancao-das-comunicacoes Extraído em outubro de 2011.

Marques (2007, pp. 111) escreve sobre outro ícone da mitologia militar, o capitão mor Pedro Teixeira que teve um papel crucial na conquista do território amazônico pelos portugueses. Seu principal feito foi comandar uma expedição que percorreu mais de 10 mil km, na região pertencente à calha do rio Amazonas. Segundo os militares essa expedição foi responsável por expulsar os estrangeiros que pretendiam se fixar na Calha do rio Amazonas. A expedição de Teixeira chegou a Quito em 1638. Ao colocar um marco no trecho entre os rios Napo e Aguadilla proferiu as seguintes palavras:

Tomo posse dessas terras, pela Coroa de Portugal, em nome

> do rei Felipe IV, em nosso senhor Rei de Portugal e Espanha; se houver entre os presentes alguém que contradiga ou que a embargue, que o escrivão da expedição o registre, pois, os presentes por ordem da Real Audiência de Quito, encontram-se religiosos da companhia de Jesus (MARQUES, 2007, pp. 111),

Essas palavras são lidas em cerimônias de entrega da medalha do Serviço Amazônico que deve ser realizada sempre no dia 16 de agosto de cada ano, para lembrar o gesto do "conquistador da Amazônia".

A canção do soldado da Amazônia faz referência a Pedro Teixeira

> Nossa origem se prende as glórias
> Da bravura sem par das bandeiras,
> Pois de Pedro Teixeira, as vitórias
> Demarcam as nossas fronteiras,
> Estes feitos heróicos da História
> E o povo ancestral denodado
> Estão sempre presentes à memória
> Nas ações de seu forte soldado
> Disponível em http://www.52bis.eb.mil.br/?page_id=259
> Extraído em 01-08-2011.

A utilização do chapéu tropical ou chapéu bandeirante é um recurso simbólico que aproxima os soldados dos Pelotões de Fronteira ao bandeirante. O chapéu lembra em muito o do bandeirante retratado em imagens romanceadas, ou seja, a aba direita esta colada a sua copa, significa desassombro e desprendimento frente ao perigo. O "espírito pioneiro" seria uma das características dos membros do pelotão de engenharia (CASTRO, 2004, pp. 82 apud MARQUES, 2007, pp. 112).

Outro símbolo utilizado é a cruz de cristo que está associada à expansão do Império Português e está presente no distintivo do Comando Militar da Amazônia.

A relação entre os bandeirantes e os militares brasileiros podem ser observada nos hinos como a canção Bandeirantes do Ar.

A esquadrilha é um punhado de amigos

A vibrar, a vibrar de emoção
Não tomemos da luta os perigos
Nem dos céus a infinita amplidão
Sobre mares, planícies, sobre montes
Viveremos por sempre a voar
Bandeirantes de novos horizontes
Para a bandeira de a Pátria elevar
Bandeirantes de novos horizontes
Para a suprema conquista do ar
Disponível em www.afa.aer.mil.br Extraído em outubro de 2011

A letra estabelece uma relação entre passado e presente *bandeirantes de novos horizontes* ou os versos da canção *A mais bela batalha*, do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, baseado na Amazônia.

Duma batalha como nunca houve igual
Companhia de audazes, indômitos
Bandeirantes de raça viril
Ansiosos por ver a Amazônia
Para sempe integrada ao Brasil

Marques (2007) explica que na visão das Forças Armadas, e de seus intelectuais militares, a Amazônia representa a última fronteira a ser conquistada e incorporada ao Estado brasileiro.

O bandeirante representará o guerreiro que promove através da aventura pelos sertões desconhecidos a expansão do território brasileiro. A expansão do território para além da linha do Tratado de Tordesilhas representará o destino do gigantismo brasileiro. O índio representará a natureza conquistada pela “luta”, pela “bravura” e pelo “heroísmo” bandeirante. Esse mito é cultuado pelos militares brasileiros, pretende estabelecer uma tradição da presença militar na Amazônia, principalmente na região da fronteira, onde o siimbolismo da missão de Rondon só fortalece essa tradição, pois Rondon representa o sincretismo, a união do militar,

europeu e indigena na manutenção das dimensões continentais do território. Essa ideologia brasileira fomentará intervenções do Brasil na política sul-americana. A seguir faremos um histórico dessas intervenções políticas na América do Sul com o objetivo de entender melhor o mito do gigante brasileiro.

3.2.0 História da projeção continental brasileira.

Neste capítulo é de fundamental importância considerar as intervenções políticas do Brasil no Cone-Sul nos primeiros anos pós-independência chegando a atualidade. Começamos pelas disputas na região da Bacia do Rio da Prata e a Guerra do Paraguai. As desconfianças com relação ao Brasil se iniciam a partir desses fatos históricos.

O destaque das principais intervenções brasileiras no Cone Sul permite entender as desconfianças relativas ao Brasil. Essas intervenções são observadas na longa duração histórica das relações políticas sul-americanas. Neste capítulo também abordamos os fatores de ordem externa que permitem compreender a construção dos argumentos em torno do "imperialismo" brasileiro. Desde sua independência, das Questões Platinas até a UNASUL, assim como as principais contradições da política externa brasileira para América do Sul do governo Lula. Em destaque o plano da Secretaria de Assuntos Estratégicos para a América do Sul até 2022.

3.2.1 As Questões Platinas

Questão Platina envolvia interesses de Brasil e Argentina, pois o Rio da Prata permitia a navegação de embarcações de grande calado, além de ser importante via de acesso aos países dos Cone Sul.

> A operação naval de maior envergadura do Primeiro Reinado foi ao sul, na região do Rio da Prata. Este estuário tem largura máxima de 40 quilômetros e profundidade média de 6 metros, permitindo navegação por navios de grande porte. Nele deságuam os Rios Uruguai e Paraná e, até o início do século XIX, a navegação deste último, bem como do Rio Paraguai, era o caminho mais fácil e rápido para se chegar a Mato Grosso. Também o oeste gaúcho era mais acessível mediante a navegação do Rio Uruguai. A importância econômica e estratégica do sistema fluvial platino levou a coroa portuguesa a se instalar na margem oriental do Rio da Prata, na Banda Oriental, ao fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento, de frente para Buenos Aires. (DORATIOTO, 2010, pp.10).

Antonio Lavalleja, ex- militar do Exército Português, iniciou um movimento formado por moradores do interior uruguaio, oficiais e soldados ex-integrantes do Exército Imperial. Contava também com o apoio da Argentina. Dessa forma enfrentou o domínio do Império brasileiro e lutou pela independência uruguaia. (DORATIOTO, 2010, pp.12).

> A vitória do Império sobre os portugueses não significou, porém, a incorporação definitiva da Cisplatina. Exilados que haviam lutado contra a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental, e que se refugiaram em Buenos Aires, obtiveram nesta apoio para uma expedição com vistas a libertar o território do Brasil. Em abril de 1825, o oriental Juan Antonio Lavalleja, que pertencera ao Exército português, partiu daquela cidade, à frente de 32 pessoas, para a Cisplatina, desembarcando às margens do Rio Uruguai. Ao grupo se uniram moradores locais dando início a um movimento que obteve a adesão de moradores do interior do território e de oficiais e soldados orientais que integravam o Exército Imperial. (DORATIOTO, 2010, pp.12).

A Argentina incorporou a província da Cisplatina. Em resposta o Brasil declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata em 10 de dezembro de 1825.

> Em 25 de outubro, após receber os documentos do Congresso de Florida, o Congresso argentino sancionou lei incorporando a Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata e promoveu Lavalleja e Rivera a generais. Como resposta, em 10 de dezembro de 1825, Pedro I declarou

> guerra às Províncias Unidas e, no dia 21 desse mês, o Almirante Rodrigo Lobo, comandante da força naval brasileira no Rio da Prata, declarou o bloqueio dos portos e costas do inimigo, enquanto o governo de Buenos Aires autorizou o corso contra navios brasileiros. (DORATIOTO, 2010, pp.12-13).

A Guerra do Brasil, mais conhecida aqui como a Guerra Cisplatina foi desgastante e acabou resultando na derrota do Brasil devido ao fato do país não contar com um plano de campanha, não ter estratégia clara e articulação entre suas forças.

> Guerra da Cisplatina, como é conhecida na historiografia brasileira, ou La *Guerra del Brazil*, na designação argentina, foi desgastante. Ela se iniciou e prosseguiu sem que houvesse um plano de campanha. As operações militares na Cisplatina, durante o ano de 1825, foram um desastre para o Império do Brasil, pois não houve uma estratégia clara e nem articulação entre suas forças para enfrentar os revolucionários. (DORATIOTO, 2010, pp.13).

A interferência da Grã-Bretanha foi decisiva para a independência do Uruguai. Os britânicos estavam interessados em por fim a essa guerra que prejudicava seu comércio na região do rio da Prata. A Inglaterra impôs a paz através de um acordo entre Argentina e o Império Brasileiro, o que deixou o caminho livre para formação do Estado independente da República Oriental do Uruguai.

> Essa situação viabilizou a ação diplomática da Grã-Bretanha, interessada em pôr fim à guerra que prejudicava seu comércio. Já em 1826 a diplomacia britânica sugerira a Pedro I abrir mão da Cisplatina, em troca de indenização e da declaração da independência, o que não foi aceito. À época, Londres temia uma aliança franco-brasileira que dificultasse o comércio britânico no Rio da Prata. Em 1828, porém, aproveitando-se da exaustão do Império do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata, a diplomacia britânica impôs a paz e obteve a concordância do Império e das Províncias Unidas para a independência oriental. Em 27 de agosto de 1828, foi assinada a Convenção Preliminar de Paz, pela qual a antiga Banda Oriental tornava-se Estado

> independente, a República Oriental do Uruguai, e tinha sua existência garantida por Brasil, Províncias Unidas e Grã-Bretanha. (DORATIOTO, 2010, pp.14.)

3.2.2 A Guerra do Paraguai (1864-1870).

Amayo (1995, pp. 264, 265) afirma que a Guerra do Paraguai, também chamada de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), é parte de um conjunto de guerras que *caracterizam a emergência do desenvolvimento da fase imperialista* da Grã-Bretanha sobre a América do Sul. (AMAYO, 1995, pp. 264, 265).

> É conhecida também com o nome de Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), porque confrontou os aliados Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. A partir do exposto anteriormente poder-se-ia dizer que ela é apenas parte de um conjunto de guerras que caracterizam a emergência e desenvolvimento da fase imperialista. Faz parte das agressões que a periferia sofreu das potências centrais nesse período. (AMAYO, 1995, pp. 264, 265).

O Paraguai, antes da guerra, procurava pelo desenvolvimento autônomo, assim contava com uma economia fechada e independente. Ao contrário de Brasil e Argentina, o Paraguai não recorria a empréstimos exteriores. O primeiro grande investimento britânico somente ocorreu após sua derrota.

> Anotemos de início que o Paraguai, antes da guerra, tinha sido um caso único na América Latina. Seu modelo econômico era a procura do desenvolvimento autônomo a partir de suas próprias forças. Por isso tinha praticado o isolamento e fechado seu mercado ao exterior. Em função desse procedimento, por exemplo, não havia solicitado qualquer empréstimo ao exterior. Mas isso mudou radicalmente como conseqüência da guerra, ao ponto em que finalmente: "residentes da Grã-Bretanha fizeram seu primeiro grande investimento no Paraguai [imediatamente após a guerra] nos anos 1871 e 1872, comprando duas

> emissões do Governo paraguaio por um total de 1.505.400 libras esterlinas..." (RIPPY, 1959, pp. 124 apud AMAYO, 1995, pp. 264).

O Paraguai foi destruído pelos países da Tríplice Aliança, sobretudo os interesses britânicos prevaleceram, pois o Paraguai foi derrotado e Brasil e Argentina foram ainda mais controlados economicamente. O Brasil, por exemplo, devido a essa guerra viu sua dívida com aumentar enormemente com a Inglaterra e o mesmo ocorreu com Argentina e Uruguai. Apesar dessa dívida eliminou uma possível ameaça à sua hegemonia e a manteve juntamente com Argentina.

> Os resultados são conhecidos. O Paraguai foi quase que totalmente destruído, mas, finalmente, foi aberto ao *free trade.* Então, os beneficiados foram primeiro, os interesses britânicos; estes, finalmente, conseguiram entrar no Paraguai e, simultaneamente, conseguiram também aumentar seu controle econômico sobre os vitoriosos. Em segundo lugar, podemos citar o governo argentino e brasileiro; estes, além de obterem grande parte do território paraguaio, deixaram de temer seu modelo que, como dissemos, antes da guerra era não-escravocrata, isolado e poderoso. O Uruguai de Flores foi o aliado menor, que nada conseguiu (GALEANO, 1973 apud AMAYO, 1995, pp. 266).

A coincidência de interesses tinha selado uma aliança informal entre Grã-Bretanha e Argentina, Brasil e Uruguai. Essa aliança resultou também em uma agressão informal contra o Paraguai.

> Nas ações contra o Paraguai coincidiam os interesses britânicos, argentinos e brasileiros; foi isso o que selou uma aliança informal. A *agressão informal,* que também caracteriza a *Pax Britannica* na periferia latino-americana, trabalhava através desse tipo de alianças. Ou seja, é a aliança de interesses (por *coincidência* deles) o que caracteriza a agressão informal. (AMAYO[14], 1995, pp. 266, 267).

---

[14] *A América Latina, a Pax Britannica manifestou-se como no resto da periferia, ou seja, através da agressão que beneficiou primeiro a Grã-Bretanha e depois os outros países centrais. As formas de agressão na América Latina corresponderam normalmente a dois tipos:*

Sobre a participação inglesa na Guerra do Paraguai, Amayo (1995) destaca as afirmações do estudioso nicaraguense Fornos Peñalba (que escreveu tese de doutorado intitulada: *The fourth ally. Great Britain and the War of The Triple Alliance*), em que mostra através de documentos a política britânica nessa guerra.

> A Grã Bretanha, em todas as etapas da mediação entre Brasil, Flores e Buenos Aires, atuou nas sombras, dando assistência e apoiando os dois rivais tradicionais transformados em aliados. A Grã Bretanha apoiou o Brasil e Buenos Aires, primeiro contra o Uruguai e depois contra o Paraguai. (PEÑALBA, 1979, pp. 194 apud AMAYO, 1995, pp. 266).

3.2.3 Pacto ABC: na República Velha (1902) e no Segundo Governo Vargas (1951-1954).

O Barão do Rio Branco (1845-1912), Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 1902, durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906) propôs o Tratado do ABC (Argentina, Brasil e Chile). Em seu modo de entender, essa união promoveria para sempre a paz na América do Sul; seu objetivo era tornar a América Latina um espaço de influência predominantemente brasileira, mas essa tentativa esbarrou na oposição Argentina, principalmente

---

formais e informais. As primeiras são fáceis de reconhecer, pois as potências agressoras, em determinado momento, ou assinaram um tratado vinculado diretamente à agressão ou o Estado agressor a realizou com o apoio de seus poderes (Executivo e/ou Legislativo) ou fez uma declaração de guerra. E o caso, por exemplo, das já mencionadas intervenções armadas contra o Peru e o México resultantes da Convenção de Londres; nessa convenção a Grã-Bretanha foi o eixo. E também são agressões formais as dos EUA contra o México (já mencionadas) e contra a Espanha pela posse de Cuba, Porto Rico e Filipinas (1898). Mas também existem as agressões informais. As de tal tipo estão relacionadas diretamente com este trabalho, pois seus casos mais representativos são a Guerra do Paraguai e a Guerra do Pacífico. E são informais porque, por parte das potências centrais, ou não existe qualquer tipo de tratado ligado diretamente à agressão ou seus poderes não a apoiaram. Nesses casos as mencionadas potências, especialmente a Grã-Bretanha, afirmavam que não praticaram qualquer agressão e oficialmente reconheceram apenas sua neutralidade. Negam sua participação e quando conseguem reconhecer que alguns de seus súditos ou empresas obtiveram grandes benefícios nessas guerras, simultaneamente afirmam que seus governos nunca se beneficiaram e jamais abandonaram a neutralidade. Ou seja, não reconhecem ter tomado partido a favor de um dos contendores. (AMAYO, 1995, pp. 263 e 264)

de seu presidente José Figueroa Alcorta (1906-1910) e de seu chanceler Stanislao Zeballos (1854-1923). (RECKZIEGEL, 1996.)

Geraldo Cavagnari (2000, pp.118) explica que desde a década de 20 existiu um projeto geopolítico brasileiro cujo objetivo era construir uma poderosa unidade abrangendo a América do Sul, o Atlântico Sul e o Pacífico Sul-Americano, sob a hegemonia brasileira.

> A intenção de construir uma grande potência justificava a suspeita de que o Brasil conduzia sua política externa na busca de uma hegemonia regional. (CAVAGNARI FILHO, 2000, pp.119)

Isso gerou desconfianças dos vizinhos brasileiros e especificamente perturbações na relação entre Brasil e Argentina, mas durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954) o Brasil teve a iniciativa de constituir um novo Pacto ABC que pretendia fortalecer a posição do país na América do Sul e pressionar os Estados Unidos para que apoiassem o projeto de desenvolvimento. Esse pacto fez o Brasil se aproximar da Argentina de Perón que defendia a formação de um bloco para que tivessem maior autonomia de decisão frente ao sistema internacional de poder.

Reckziegel (1996), pesquisadora da Universidade de Passo Fundo, explica que a intenção de Vargas não era realmente a criação de um bloco, mas impor a liderança brasileira na região. De fato, o Pacto ABC poderia representar a conquista da liderança brasileira no cone sul, mas não prosperou, pois João Neves da Fontoura, principal líder da oposição, denunciou sua articulação. Pactos como esse não eram bem vistos naqueles tempos, pois Perón era um poderoso ditador líder de seu país, então o mais rico da América Latina e nesse país havia uma grande oposição a uma aproximação entre Brasil e Argentina.

3.2.4 A Guerra do Chaco Boreal (1932-1935)

A Guerra do Chaco representou uma disputa indireta entre Brasil e Argentina na busca da hegemonia sul-americana. Em 1853, a disputa diplomática em torno do território do Chaco viria ocorrer após Argentina e

Paraguai reconhecerem o pertencimento do Rio Paraguai ao Paraguai. A Bolívia reclamou, pois teria direito à área ao longo desse rio, basicamente o paralelo 20, 21 e 22. Após a guerra da Tríplice Aliança, a Argentina tentou retomar a região do Chaco, já que o Paraguai havia perdido a guerra. O Brasil se opôs, porque suas tropas ocupavam o Paraguai derrotado (SCENNA, 1976; BANDEIRA, 1995).

Paraguai e Argentina levam a questão ao presidente estadunidense Rutherford Heyes (1877-1881) que decidiu a favor do Paraguai, o que obrigou a Argentina a retirar suas tropas da região do Chaco Boreal. A Bolívia reclamou dessa decisão e os Estados Unidos propuseram um acordo entre as partes. As sucessivas controvérsias boliviano-paraguaias fizeram com que depois de 1927 essa questão saísse da esfera militar (ROUT, 1970).

O Paraguai explorou a chamada Zona Hayes no Chaco por meio de concessão a empresas e a particulares estrangeiros com capitais argentinos e ingleses, para a extração do tanino e a criação de gado nas planícies da região, ainda sempre sob o protesto boliviano (CHIAVENATO, 1979).

A empresa Standard Oil, truste petrolífero responsável pela exploração de petróleo da Bolívia, encontrava problemas com o escoamento do petróleo pela região do rio da Prata, em sua porção atlântica. O caminho lógico seria a província argentina de Salta, mas a ascensão política do nacionalismo da Unión Cívica Radical (UCR), sobretudo a criação em 1922 da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), dificultou a situação da Standart Oil na concessão para o escoamento da produção petrolífera boliviana. (SCENNA, 1970).

Do norte argentino corriam os trilhos de um articulado sistema ferroviário. Essa projeção argentina era acompanhada com grande preocupação no Brasil desde o período de Rio Branco (FROTA, 1991; BUENO e CERVO, 1992). A saída pelo rio Paraguai, no controvertido Chaco Boreal, tornava-se a única alternativa viável para a Standard Oil. A partir de 1927, a Bolívia passou a obter empréstimos internacionais para a compra de modernos materiais bélicos, os mais sofisticados até então. O Paraguai contaria com o apoio permanente da Argentina, sobretudo após 1930. (SILVEIRA, 2009, pp. 653)

A neutralidade brasileira significava adotar uma posição contra a Argentina e favorável à Bolívia, o Brasil lutava pela supremacia no hemisfério sul.

> A política externa da República, consolidada no período Rio Branco e, em grande medida, herdada, não obstante com redefinições importantes, pelo pós-30, via a rival platina como a principal competidora do país no estabelecimento de uma supremacia política e militar na América do Sul (MOURA, 1980; BANDEIRA,1993).

Os Estados Unidos sofriam resistência de alguns países do mundo hispânico para a efetivação de um sistema interamericano sob sua liderança (MOURA, 1980), dentre eles a Argentina, fortemente articulada ao sistema de poder britânico e ainda sua competidora no mercado internacional de carnes e cereais (SCENNA, 1970). Muito ao contrário, o Brasil tinha nos Estados Unidos o seu grande consumidor de produtos primários.

A obra de Mário Travassos (1938), *Projeção Continental do Brasil*, publicada primeiramente em 1931, transpõe para o cenário sul-americano a teoria do *heartland* mundial. Para Travassos a Argentina estaria na dianteira, pois sua projeção ferroviária atraía para a região do rio da Prata a economia do *heartland* sul-americano. O Brasil teria que neutralizar essa ameaça. Deveria criar meios para atrair a economia boliviana através da criação de uma estrada entre Santa Cruz a Corumbá, a base de articulação da economia boliviana ao eixo portuário Santos – Rio Grande.

O conflito terminou com vitória paraguaia, que conquistou mais de dois terços do território em litígio, e armistício assinado na noite de 08 de junho de 1935. Quatro dias mais tarde, no dia 12, representantes dos dois governos assinaram o tratado de paz. O reconhecimento oficial das fronteiras, no entanto, veio apenas em 2009, com os presidentes Fernando Lugo e Evo Morales ratificando os limites desenhados naquele então.

Mapa 1.

Mapa do Chaco: territórios conquistados pelo Paraguai e Brasil.

Referência: disponível em: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1324681 Extraído em 10/03/2012.

3.2.5 Política Externa Brasileira nos Anos de Chumbo (1969-1974)

Cavagnari (2000) afirma que a estratégia brasileira (a partir dos anos quarenta, cinqüenta, sessenta e setenta) passou a ter como referência o conflito leste-oeste; assim a defesa foi articulada no âmbito interno para que fosse garantido o "*status-quo*" político ideológico frente a uma eventual "ameaça comunista." Nesse período eram dois os cenários estratégicos: a guerra interna, baseada no princípio de aniquilamento do inimigo (interno) e o da guerra contra a Argentina (externo).

> A partir do momento em que a construção da grande potência passou a ser a intenção principal dos militares, a variável científico-tecnológica tornou-se decisiva para a modernização da força militar. Alcançar o domínio de tecnologias sensíveis tornou-se uma necessidade para essa modernização, já que a grande potência deveria ter também percebida na sua dimensão militar. Aliás a nuclearização dessa força chegou a ser vontade militar, mas não decisão política. (CAVAGNARI FILHO, 2000, pp.120).

O já mencionado estrategista civil Héctor Saint Pierre (1993) salienta que o conceito de hegemonia permeia a Concepção Estratégica Oficial - (CEO). O crescimento do país (nacional) só é possível através da garantia, para o Brasil, da hegemonia regional. Segundo essa estratégia a projeção hegemônica é determinada hierarquicamente na relação entre os países. A questão se resume na determinação de que país irá ter a maior influencia econômica, cultural, política e militar ao ponto de impor e garantir essa presença regional. Dessa maneira os países vizinhos são considerados "inimigos potenciais" competidores ou adversários da "vontade nacional".

A CEO consideram possível uma sub-hegemonia regional exercida pelo Brasil. A partir dessa consideração, existem duas possibilidades para exercer esse papel. Primeiro, a via do consentimento dos EUA (superpotência); assim os militares brasileiros estariam inseridos no dispositivo estratégico estadunidense. Segundo, pela via do confronto que não era considerado pelos adeptos da CEO até o final da Guerra Fria (1989). Para a CEO a estratégia torna-se impossível sem a presença de um inimigo, interno ou externo, atuante ou potencial que é resolvido através da Doutrina de Segurança Nacional. (SAINT PIERRE, 1993, pp. 36 e 38.).

Durante o Governo Médici (1969-1974), a orientação da política externa brasileira foi a de projeção política sobre a América Latina por meio da "diplomacia da prosperidade"; assim esse governo colaborou com os golpes da Bolívia (1971), Uruguai (1973) e Chile (1973), O Plano de Desenvolvimento do Governo Médici pretendia, sobretudo assegurar ao Brasil a viabilidade

política, econômica e social, ou seja o papel de “Grande Potência”. (CAPELATO, 2000, pp.310)

> O sucesso econômico do Brasil sob o governo Médici provocou a exacerbação de um nacionalismo agressivo, imperialista que buscava status de potência hegemônica na América do Sul. (CAPELATO, 2000, pp. 310).

Destacamos também a Operação Trinta Horas que ocorreria em 1971. Uma clara intervenção do Brasil na política Uruguaia. Essa operação consistia na intervenção militar brasileira caso o candidato à presidência Liber Serigni fosse vitorioso no pleito nacional daquele ano. (GRAEL, 1980.) Outra intervenção brasileira na América do Sul nos Anos de Chumbo (1969-1974) foi a interferência brasileira em assuntos bolivianos. O Brasil colaborou com o golpe dado no governo do presidente Juan Carlo Torres. Golpe que colocou Hugo Banzer no poder. (NEEDLEMAN, 1974).

3.2.6 - Brasil e Argentina no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica (1977-1978).

Sobretudo, a construção da usina hidrelétrica de Itaipú teve implicações geopolíticas. Os argentinos temiam que além de seu potencial energético, Itaipu fosse uma bomba de água, pois ao serem liberadas as comportas, seu volume era suficiente para inundar Buenos Aires. Após Itaipú a relação política entre os dois países ganhou teor de desconfianças e belicosidades. (CAPELATO, 2000, pp. 310).

Apesar da “diplomacia da prosperidade” o Brasil ainda possuía altos índices de pobreza, grande dependência do sistema econômico internacional e reduzida capacidade militar. Esses fatores que obrigaram o Brasil a reorientar sua estratégia, assim buscou como alternativa a via da cooperação e da solução pacífica de conflitos. Essa era uma alternativa viável para o alcance da sub-hegemonia.

> Como as ambições brasileiras de maior influência global estavam condicionadas por sua condição de potência média

> num continente de importância estratégica marginal, o cenário estratégico do Brasil estava limitado à América do Sul. (CAVAGNARI FILHO, 2000, pp.133).

A adoção da via da integração e cooperação sul-americana fez com que o Brasil renunciasse à bomba nuclear no Governo Collor (1990-1992). Esse gesto aproximou Brasil e Argentina. O controle por meios pacíficos, segundo Cavagnari, asseguraria as condições para formação de uma poderosa unidade geopolítica sob a hegemonia do Brasil que abrangeria a América do Sul, o Atlântico sul e o Pacífico sul-americano. Isso exigiria a integração e a organização do espaço nacional, o fortalecimento da defesa das fronteiras, o exercício de liderança político-econômica no continente sul-americano, o estabelecimento de uma saída para o Pacífico e a neutralização das pretensões de hegemonia de qualquer país no sul do continente. (pp. 121).

> A reflexão sobre a geopolítica brasileira levou alguns analistas a formular argumentos a respeito do Brasil que, em parte, chegaram às mesmas conclusões. Os esquemas elaborados por geopolíticos brasileiros os induziam a atribuir ao Brasil intenções hegemônicas. A afirmação de que a política externa brasileira era pacifista, sem qualquer preocupação com o poder e conduzida sem nenhuma perspectiva de emprego da força, jamais foi levada a sério por tais analistas. (CAVAGNARI FILHO, 2000, pp.121).

Cavagnari Filho (2000) explica que a ausência da plena capacidade de utilização da força militar, fez com que a diplomacia brasileira conduzisse suas ações sob a forma da cooperação. As Forças Armadas Brasileiras só não utilizariam os meios militares de força por não existir uma conjuntura interna favorável.

Montenegro (2000, PP.355, 356) afirma que o Tratado de Cooperação Amazônica acabou se transformando em importante marco na evolução política das relações exteriores do Brasil. Na história recente serviu como base para a construção de um “regime internacional” cujos objetivos seriam reforçar a autonomia dos seus integrantes (partes signatárias) e desenvolver

seus respectivos territórios amazônicos. Isso previu a utilização racional dos recursos naturais, equilibrando o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Sobretudo, favorece a troca de informações entre os países amazônicos para as iniciativas nacionais de desenvolvimento.

Na década de setenta, as relações do Brasil com os países da América do Sul pode ser dividida em duas fases: a primeira se refere ao governo Médici (1969-1974). Esse período é marcado pela concentração de esforços políticos no Rio da Prata culminando com a Questão Itaipu. A segunda fase é marcada pela tentativa de estabelecer vinculações econômicas com os países da região amazônica, por meio de acordos bilaterais que permitiriam, ao Brasil, acesso às fontes energéticas dos seus vizinhos e a abertura dos mercados sul-americanos aos seus produtos. (MONTENEGRO 2000, PP. 360)

Essa política tem como resultado o Tratado de Cooperação Amazônica – (TCA). É importante que se observe o contexto dos anos setenta. Esse contexto abrangia mudanças no sistema internacional, ocasionados pela crise do petróleo e a recessão da economia industrializada. O enfrentamento dessa conjuntura exigia decisões conjuntas, previa ações articuladas no campo econômico. O TCA seria o resultado dessa nova conjuntura internacional.

Analisando a viabilidade brasileira para potência, Meira Mattos (1980) via (nos anos 70) o Brasil como aspirante a superpotência. Afirmava que o país possuía muitos fatores favoráveis, tais como; o crescimento proporcionado pelo surto desenvolvimentista daquele período e também estabilidade política, social, densidade demográfica, extensão territorial e imensos recursos naturais.

> A chamada potência média, não há duvida, é o degrau para a superpotência (...) o quadro de “dados e projeções” no qual apreciamos dois dos atributos de potência – dimensão geográfica e população (MATTOS, 1980, pp.31)

Afirmou ainda Meira Matos (1980) que o crescimento populacional no ano 2000 poderia chegar a 275 milhões. Na verdade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) afirmou, em janeiro de 2004, que *a população brasileira ultrapassou os 180 milhões de habitantes*. Porém, o provável erro de

avaliação de Meira Mattos (1980) pode ser justificado, pois segundo o IBGE... *Se o crescimento da população permanecesse no ritmo dos anos 50 seriamos hoje* (2004)*, 262 milhões de brasileiros*. Esse ritmo de crescimento populacional dos anos 50 não prevaleceu nas décadas posteriores. Isso se deveu à diminuição da taxa de natalidade ocorrida após a ampliação do número de mulheres presentes no mercado de trabalho e também à popularização dos métodos anticoncepcionais. (Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207 Extraído em17/09/2011)

Meira Mattos (1980) escrevendo nos anos 70 sobre a perspectiva brasileira de potência advertia que sua projeção demográfica dependia da manutenção do ritmo acelerado de crescimento corretamente orientado. Para ele, apenas Brasil e China estavam conseguindo nos anos 70 manter esse ritmo acelerado de crescimento.

> A perspectiva dos próximos 25 anos vai depender muito da capacidade da China, Brasil e Índia de manterem os seus programas de desenvolvimento em ritmo acelerado e corretamente orientados; dos três, entretanto, China e Brasil são os que têm conseguido manter melhor a continuidade e o ritmo acelerado nos seus programas por caminhos inteiramente opostos, pois enquanto a China segue o rumo do desenvolvimento socialista numa sociedade fechada, o Brasil se orienta pelo regime capitalista sob o controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta (MATTOS, 1980, pp. 84)

Meira Mattos coloca China e Brasil como os primeiros aspirantes à grande potência. Ele justifica que isso se deverá aos fatores populacionais, recursos naturais, indústria, ciência e coesão social interna, harmonizadas e complementares.

> Em síntese, análise comparativa entre China, Brasil, índia e Europa Ocidental integrada ao Japão, que nós abalançamos a fazer, coloca China e Brasil entre os primeiros aspirantes a grande potência. Os fatores território, população, recursos naturais, indústria, tecnologia e ciência e coesão interna, melhor se harmonizam e se completam, oferecem maiores perspectivas para o futuro, nos dois países considerados. (MEIRA MATTOS, 1980, pp. 88)

O alcance da condição de potência dependerá também, segundo Meira Mattos (1980), da capacidade de atuação do Brasil no cenário internacional e também do suporte militar que garantiria o nosso desenvolvimento de forma tranqüila, dissuadindo alguma ameaça possível.

> As possibilidades do Brasil, acima destacadas, irão depender muito da nossa capacidade de atuação política, econômica e social. Do ponto de vista militar, como enfrentaremos, inelutavelmente uma competição internacional, teremos que dimensionar uma força de dissuasão capaz de garantir a tranqüilidade de nosso desenvolvimento. (MATTOS, 1980, pp. 88)

Diferentemente, Golbery do Couto e Silva (1967) preconizou a integração do território brasileiro em áreas de baixa densidade populacional. Diante dessa constatação menciona o sistema chamado, por ele, de tri peninsular que deve considerar três fases sucessivas na ampla manobra geopolítica. A primeira delas consiste articular firmemente o nordeste e o sul ao núcleo central do país e ao mesmo tempo garantir *a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração.*

A segunda fase seria *impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora a partir da plataforma central,* dessa forma integraria a região centro-oeste ao Brasil. A terceira fase seria *inundar de civilização a hiléia amazônica,* pois ao assegurarmos as fronteiras tornaria necessária a integração do território.

Segundo Couto e Silva (1967) poderão existir correntes revisionistas dispostas a contestar a demarcação das fronteiras brasileiras, assim...

> Do ponto de vista de possíveis antagonismos que sempre poderão surgir entre os Estados do continente, estimulados ou motivos de outra ordem, certo é que o Brasil, de qualquer deles, nunca deverá se alhear, intervindo para preveni-los, limitá-los ou abrandá-los, senão fazê-los cessar, dentro do objetivo fundamental de assegurar a paz, reforçar a unidade continental e manter o *status quo.* Somos uma nação territorialmente realizada. Satisfeita com o patrimônio que detemos á custa de antigos conflitos a que não podemos furtar, e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente; e, pois, não haverá por onde partilharmos ou sequer transigir com qualquer descabido espírito de

revisionismo de fronteiras. (COUTO e SILVA, 1967, pp.138)

Couto e Silva (1967) argumenta que a linha de ação que visa integrar o território nacional poderá contar com uma participação brasileira mais efetiva. Segundo ele, isso fará também que o país esteja pronto para ação necessária, ou seja, o *pronto remédio* frente ao perigo de desmembramento dessa soldadura continental.

> Dentro dessa linha de ação, a manobra de integração territorial, que há pouco delineamos, vem a calhar perfeitamente, porquanto representará, afinal, um peso específico muito superior incorporado à nossa massa de manobra central, e de outro lado, participação brasileira muito mais efetiva na área vital e decisiva da soldadura continental cuja estabilidade natural sempre poderá constituir um perigo a exigir pronto remédio. (COUTO e SILVA, 1967, pp.139)

Para Couto e Silva (1967) o Brasil, devido à sua dimensão territorial, deve-se tornar cada vez mais presente na América do Sul. Isso ocorrerá através do desenvolvimento do potencial dinâmico no núcleo central brasileiro. Para isso torna necessária a revitalização dos rios navegáveis da faixa de fronteira para que a presença brasileira se intensifique nessa área. Sobretudo a criação de ligações aéreas e marítimas entre os centros mais populosos da América do Sul

> Do ponto de vista de uma participação eficaz no desenvolvimento conjunto desta vasta América do Sul, a responsabilidade brasileira não poderia, por outro lado, ser maior, uma vez integrante, com parcelas bem significativas do seu território e de sua população, de todas áreas geopolíticas do continente. E nossa maior contribuição não poderá ainda ser outra que não a de tornar cada vez mais ponderável a nossa presença aí, com a contribuição mais imediata do potencial dinâmico do núcleo central brasileiro, distendido para mais junto delas. Nesse particular, importa salientar, pelo menos, a importância da vitalização dos rios navegáveis de toda a faixa fronteiriça onde a bandeira brasileira precisa, no mais curto prazo, fazer-se não só presente, mas assídua, e, além disso, a necessidade de concurso nacional, de fato representativo, nas ligações tanto aéreas como também marítimas, entre os principais centro populosos dos países sul-americanos. (COUTO e SILVA, 1967, pp.139)

Tílio Neto (2009, pp. 25) explica as diferentes concepções de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva sobre a projeção continental brasileira. Para ele Meira Mattos defendia a concepção de Pan Amazônia, ou seja, a idéia de que o desenvolvimento da região dependia de um projeto comum a todos os países amazônicos. Diferentemente, Golbery defendia a idéia de que o tamponamento das áreas vulneráveis da fronteira amazônica, ou seja, a manutenção das fronteiras e a articulação das regiões brasileiras seriam fatores decisivos para a projeção continental brasileira e também fator de desenvolvimento da América do Sul.

CAPÍTULO IV

A Projeção Continental Brasileira: planos, projetos e metas.

Capítulo IV - a Projeção Continental Brasileira: planos, projetos e metas.

Neste capítulo analisamos os planos, projetos e metas como o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Regime Militar (1964-1985). Comparamos, por exemplo o II PND e o Plano Brasil 2022. Observamos nestes dois planos a continuídade de uma visão desenvolvimentista ultra-nacionalista que embora seja legitíma, representa uma continuídade entre o ontem autoritário e o hoje. Para alguns seria a demonstração da visão democrática das Forças Armadas Brasileiras, nossa tese pressupõe o inverso ou seja o fato de que esse documento representa o predominio de uma visão conservadora e ultra-nacionalista, o que assusta pelo fato de ter sido gestado em pleno período democrático.

Certamente existirão aqueles que afirmarão a nossa excessiva atenção ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, mas não é somente pelo fato de seu documento ter sido incorporado pelo Estado brasileiro, mas devido ao fato de que o documento é uma síntese de ações, planos e metas de um amplo setor da sociedade brasileira que fazem suas as idéias do mencionado embaixador, são eles acadêmicos, jornalistas, empresários, políticos, setores governamentais, sobretudo amplos setores das Forças Armadas Brasileiras. Ainda mais se considerarmos que o Plano Brasil 2022 está em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e o atual plano de re-aparelhamento das Forças Armadas Brasileiras. O objetivo de todos esses planos, projetos e metas é projetar o brasil continentalmente. Começamos então com as continuídades entre o II PND e o Plano Brasil 2022.

4.1.0 - O II PND e o Plano Brasil 2022: continuídades.

Observamos que o II PND gestado em pleno Regime Militar possui muita similaridade com o Plano Brasil 2022. Os pontos em comum se referem ao estabelecimento de objetivos e metas cuja finalidade é a projeção continental brasileira. De acordo com o II PND, o Brasil se tornaria uma potência mundial. A manutenção da liderança brasileira na América do Sul e sua inserção no sistema internacional como um *global player* é o principal

objetivo do plano Brasil 2022. Parece claro a presença do ethos militar na concepção estratégica brasileira atual, sobretudo em relação aos meios para o alcance desse objetivos. Estas concepções representam complicações à contrução de confianças entre os países sul-americanos. Entendendo a confiança como um elemento necessário a manutenção da liderança brasileira.

Em 2010, Samuel Pinheiro Guimarães, a frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), como seu ministro, elaborou um plano estratégico chamado Brasil 2022. Esse documento está dividido em três partes, a primeira parte intitula-se: O Brasil em 2022; a segunda parte; A América do Sul em 2022 e a terceira parte, O Mundo em 2022. Esses documentos fazem uma análise da conjuntura externa e semelhantemente ao II PND esboçam os objetivos, opções e projeções do Brasil nos setores econômico, político e militar para 2022, ano em que comemoramos o bicentenário da independência.

O documento Brasil em 2022 afirma que na atualidade a América do Sul vive uma situação de extrema pobreza, violência contra as populações oprimidas, com mortalidade infantil, desnutrição, aumento do consumo e produção de drogas. Esta conjuntura requer um programa de "construção sulamericana" que "depende" sobretudo de tomada de posição do Brasil. Para ele, os países mais desenvolvidos da América do Sul como o Brasil deverão estimular programas de financiamento para a construção da infra-estrutura desses países. Isso seria possível através do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM[15].

> 66. A América do Sul vive uma situação "semelhante" à da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A histórica exclusão da enorme maioria das populações de quase todos os países, em situação de extrema pobreza, a violência contra as populações oprimidas, a mortalidade infantil, a desnutrição, a droga, fazem com que morram por ano, na América do Sul, milhões de indivíduos, em uma verdadeira "guerra", em um continente que necessita com urgência de um programa de construção. No passado,

[15] Questionar a capacidade do FOCEM de financiar a infra-estrutura de países sul-americanos pelo Brasil é irrelevante. Se o FOCEM não for a fonte financiadora da realização de obras de infra-estrutura nos países sul-americanos, poderá ser o BNDES.

> iniciativas como a Operação Pan-Americana, a Aliança para o Progresso e as políticas neoliberais do Consenso de Washington se revelaram insuficientes e mesmo ineficazes para enfrentar este desafio que, de lá para cá, se tornou maior e cada vez mais complexo. (Brasil 2022, 2010. Disponível em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432 Extraído em 13/10/2011).

O objetivo do Brasil seria criar um Plano América do Sul, tal como o Plano Colômbia e Plano México (também chamado Plano Mérida). Esses dois planos fazem parte da estratégia de intervenção estadunidense baseado em aplicação de recursos financeiros e presença militar.

> 67. Os países da região maiores e mais avançados, econômica e industrialmente, terão de articular programas de desenvolvimento econômico para estimular e financiar a transformação econômica dos países menores; abrir, sem exigir reciprocidade, seus mercados e financiar a construção da infra-estruturar desses países e sua interligação continental. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM é um primeiro passo nesse sentido, ao reconhecer a especial responsabilidade dos países maiores no desenvolvimento do Mercosul e seus princípios podem servir como base para um programa, que terá de ser muito mais amplo, no âmbito sul-americano. (Brasil 2022, 2010. Disponível em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432 Extraído em 13/10/2011).

Guimarães (2010) salienta que o desenvolvimento dos países, vizinhos do Brasil, não deve ser deixado ao sabor da demanda dos mercados internacionais, assim como da conveniência das estratégias de investimentos das mega-empresas multinacionais. Afirma que se isso ocorresse acentuaria as assimetrias entre os países da América do Sul. Isso aumentaria as tensões políticas e ressentimentos no hemisfério sul.

> 68. Caso o desenvolvimento de cada país da região for deixado ao sabor da demanda do mercado internacional e dos humores das estratégias de investimento das megaempresas multinacionais, as assimetrias entre os Estados da região, e dentro de cada Estado, se acentuarão assim como as tensões políticas e os ressentimentos, o que virá a afetar de forma grave as perspectivas de desenvolvimento do Brasil. (Brasil 2022, 2010. Disponível

em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432 Extraído em 13/10/2011).

A estratégia evidente e nos documentos, publicadas quando Samuel Guimarães era Secretário de Assuntos Estratégicos não é nova. Hobsbawn (2007) afirma que durante a Guerra Fria (1947-1989), o crescimento global das companhias dos Estados Unidos ocorreu através do patrocínio desse país, com a qual a maioria dos dirigentes empresariais se identificava. As leis norte-americanas deveriam favorecer as companhias americanas em negócios feitos pelos estadunidenses no mundo. Esse fator deu grande força política às empresas norte-americanas. O lema era: *O que é bom para o país é bom para a General Motors, e vice-versa* (HOBSBAWN, 2007 pp.74).

A primeira parte do II PND (1974-1979), é intitulada *Desenvolvimento e Grandeza: o Brasil como potência emergente*. Essa primeira parte é dividida em sete capítulos. O capítulo I é intitulado: *O sentido da Tarefa Nacional*. Esse capítulo analisa a conjuntura política internacional nos anos 70, principalmente no período posterior à Crise do Petróleo (1973) e faz um esboço sobre quais deverão ser (do ponto de vista governamental) os objetivos e opções do Brasil frente a essa conjuntura. No capítulo II o documento expõe qual deverá ser a estratégia de desenvolvimento e qual o modelo econômico adotado pelo Brasil.

No capítulo III do II PND, faz um esboço dessa opção estratégica de desenvolvimento no campo da indústria e agropecuária. O capítulo IV aborda as opções básicas dessa estratégia econômica. No capítulo V temos a integração nacional e a ocupação do universo brasileiro com enfoque na política populacional, principalmente nas estratégias de integração nacional sobre o nordeste e ocupação produtiva da Amazônia. No capítulo VI é abordada a estratégia de desenvolvimento social e capítulo VII integração com a economia internacional.

Especificamente, na primeira parte, em *O Sentido da Tarefa Nacional*, afirmava que eram válidas as aspirações brasileiras ao desenvolvimento e à grandeza, pois na década de 60 poderia o Brasil realizar a política de um país

grande, apto a realizar a “experiência de desenvolvimento eminentemente dinâmico”. Esse dinamismo estaria associado à “vontade política” e também à “mobilização nacional”. Diante desses fatos, afirmava o II PND que ao final da década de 70 o Brasil estaria sob a égide de duas realidades principais; a consciência de potência emergente e as repercussões do quadro internacional daquele período. Afinal, o Brasil caminhava para o mundo industrializado e avançado muito em relação ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974).

Nos anos do II PND entre 1975 e 1979, o Brasil provavelmente tinha o maior parque industrial de nação subdesenvolvida. O documento utiliza como argumento uma estimativa da Fundação Getúlio Vargas que apresentava um PIB em 1973 da ordem de US$70 bilhões, representando um aumento de mais de 50% com relação a 1969 e 110% com relação a 1963 a renda per capita era de US$ 700 tendo aumentado nos últimos quatro a uma taxa de 7,7 %.

> O Brasil pode, validamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza. Na última década, principalmente, mostrou a Nação ter condições de realizar política de país grande, com senso de seu próprio valor e consciência de responsabilidade — o habitual preço da grandeza. Ao mesmo tempo, mostrou-se apta a realizar uma experiência de desenvolvimento eminentemente dinâmica, associando a vontade política, pela mobilização nacional, à capacidade de fazer, pela ação do setor público, da iniciativa privada e da comunidade. Assim pôde o País efetivar, em alto grau, o seu potencial de crescimento e dimensão econômica. Até o final da década, estará o Brasil sob a égide de duas realidades principais: a consciência de potência emergente e as repercussões do atual quadro internacional. (II PND, 1974, pp. 23)

Como se viu existem vínculos muito fortes entre o II PND e os documentos publicados pela SAE. É preciso dizer que esses documentos ligam-se às ações atuais do governo brasileiro como o Programa de Aceleração do Crescimento – (PAC) I e II e a outros documentos como Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa.

O documento o *Brasil em 2022* possui 33 parágrafos dentre os quais

importa agora destacar os seguintes:

> 2. Estado plenamente soberano, o Brasil participará em condições de igualdade dos mecanismos de governança mundial e regional: do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual será membro permanente; do G-20, que será o principal organismo de coordenação da economia mundial; da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL –, que será o centro de um pólo sul-americano; da Organização Mundial do Comércio – OMC – e do Fundo Monetário Internacional – FMI –, onde terá a capacidade de influir em favor dos países em desenvolvimento. E o Brasil, em todas as questões internacionais, tomará o partido da paz, da justiça e do desenvolvimento. (Brasil 2022, 2010. Disponível em: http://www.sae.gov.br/brasil2022/ Extraído em: 10/10/2011)

O documento faz uma projeção do Brasil no cenário internacional como um ator global (global player). A conjuntura mundial, atualmente calcada no multilateralismo, favorece a pretensão brasileira de tornar-se um *global player*. A reivindicação do Brasil em ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas vai de encontro a essas pretensões, mas não só; lembremos também a atuação do Brasil no fortalecimento do Grupo dos 20 países desenvolvidos e em desenvolvimento – (G-20[16]), assim também como sua atuação na UNASUL e suas reivindicações junto à Organização Mundial de Comércio – (OMC[17]).

[16] O G20 foi criado em 1999, na esteira da crise asiática de 1997, compõe o G-20 países como Africa do Sul, Argentina, Brasil, México, Canadá, Estados Unidos, China, Japão, Coréia do Sul, índia, Arabia Saudita, Turquia, União Européia, França, Alemanha, Itália, Rússia, Reino Unido e Australia. Para reunir as principais economias avançadas e emergentes para estabilizar o mercado financeiro global. Desde a sua criação, o G20 reune esforços e medidas para promover a estabilidade financeira do mundo e alcançar um crescimento económico sustentável e desenvolvimento. Para enfrentar a crise financeira e económica que se espalham por todo o globo em 2008, os membros do G20 foram chamados para reforçar a cooperação internacional. Assim, as Cúpulas do G-20 ter sido realizadas em Washington em 2008, em Londres e Pittsburgh em 2009, e em Toronto e Seul em 2010. As acções concertadas e decisiva do G20, com sua participação equilibrada de países desenvolvidos e em desenvolvimento do mundo; ajudou a lidar efetivamente com a crise financeira e econômica, e o G20 já emitiu um número de resultados significativos e concretos: Em primeiro lugar, o escopo da regulação financeira tem sido largamente ampliado e supervisão e regulação prudencial foram reforçadas. Houve também um grande progresso na coordenação política graças à criação do quadro de um crescimento forte, sustentável e equilibrado projetado para aumentar a cooperação macroeconômica entre os membros do G20 e, portanto, para atenuar o impacto da crise. (Dísponível no site do G-20 http://www.g20.org/index.aspx extraído em 19/11/2011).

[17] A **Organização Mundial do Comércio** (**OMC**) é uma organização internacional que trata

O documento a *América do Sul em 2022* possui 74 parágrafos dentre os quais destacamos:

> 51. Pelas suas características territoriais, demográficas e econômicas, e pela sua política externa, o Brasil tem adquirido importância política crescente no cenário internacional. Assim, o Brasil é hoje ator indispensável nas negociações comerciais, tanto agrícolas como industriais; nas negociações ambientais; nas questões energéticas; nos temas de desarmamento; e nas negociações de reforma financeira e de reforma política. Suas dimensões o tornaram de grande interesse para os investimentos das grandes empresas multinacionais que no Brasil estabelecem a base para suas operações na região. Estas circunstâncias tornam a atuação do Brasil na América do Sul, em outras regiões e nas Nações Unidas de uma relevância cada vez maior, sendo o país cada vez mais chamado a participar de forma central em foros de negociação e de articulação política, em comparação com o que ocorre com os países vizinhos. (Brasil 2022, 2010. Disponível em: http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432 Extraído em: 10/10/2011).

O documento também destaca a importância do Brasil nos fóruns internacionais que discutem questões energéticas, de desarmamento e nas negociações de reformas financeiras e políticas.

O documento chamado *O Mundo em 2022* afirma que a conjuntura política internacional até 2022 permitirá ao Brasil, devido às suas dimensões territoriais e demográficas, aumentar sua influência no sistema internacional.

---

das regras do comércio internacional. Em inglês é denominada World Trade Organization" (WTO) e conta com 156 membros à data de dezembro de 2011. A maior parte dos trabalhos em curso da OMC vem do chamado 1986-1994 negociações da Rodada Uruguai e também de negociações anteriores ao abrigo do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). A OMC é atualmente o hospedeiro para novas negociações, no âmbito da "Agenda Doha de Desenvolvimento", lançado em 2001. Em seu coração são os acordos da OMC, negociados e assinados pela maioria das nações comerciais do mundo. Estes documentos estabelecem as regras do jogo legal para o comércio internacional. Eles são essencialmente contratos sendo, os governos a ligação para manter suas políticas comerciais dentro dos limites acordados. Embora negociado e assinado pelos governos, o objetivo é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a realizarem os seus negócios, permitindo que os governos cumpram os objectivos sociais e ambientais. Relações comerciais muitas vezes envolvem interesses conflitantes e acordos, incluindo os meticulosamente negociado no sistema da OMC, muitas vezes precisam de interpretação. A maneira mais harmoniosa para resolver essas diferenças é através de algum procedimento neutro com base em um fundamento jurídico acordado. Esse é o propósito por trás do processo de solução de controvérsias por escrito como parte dos acordos da OMC. (Dísponível no site da OMC http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/who_we_are_s.htm extraído em 19/11/2011)

> 2. A evolução da sociedade internacional em todos os seus aspectos políticos, militares, econômicos, tecnológicos e sociais será relevante, ainda que não determinante, para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Será relevante, mas não determinante, porque o Brasil, devido às suas dimensões territoriais e demográficas e aos seus extraordinários recursos naturais, tem a possibilidade de influir cada vez mais sobre o sistema internacional e torná-lo menos hostil à defesa de seus interesses e à realização de seus objetivos. Esse sistema internacional daqui até 2022 terá aspectos fundamentais semelhantes aos que apresenta atualmente. (Brasil 2022, 2010. Disponível em: http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=335 10/10/2011)

A preocupação presente tanto no II PND quanto no Plano Brasil 2022 se refere ao Brasil potência. Os dois documentos apontam o Brasil como um aspirante à potência. Para tanto reúnem objetivos e metas a serem alcançadas. A seguir comparamos os principais direcionamentos econômicos para o alcance desse status brasileiro no cenário internacional.

4.1.1 - II PND e o Plano Brasil em 2022: economia.

Analisaremos as metas econômicas do Brasil, nos anos 70, previstas no II PND e a comparamos às metas econômicas previstas no recente Plano Brasil 2022. Em *Objetivos e Opções Nacionais* do II PND afirma-se que por meio do binômio desenvolvimento e segurança, no campo econômico a meta será realizar o pleno potencial econômico de desenvolvimento para o período compreendido entre 1974-1979. As taxas referentes a esse período deverão ser de 12% ao ano.

> Estratégia Industrial
>
> O crescimento esperado da Indústria, no período 1975-1979, é de taxas da ordem de 12% ao ano. A realização desse objetivo é, reconhecidamente, muito mais difícil do que foi obter os excelentes resultados alcançados, no setor industrial, nos últimos anos. Para viabilizar aquela meta, será indispensável adotar uma política industrial voltada para realizar a configuração definitiva (definitiva quanto ao estágio) do perfil industrial que se deseja, no Brasil. (II PND, 1974, pp. 37).

Na indústria a ênfase seria dada em setores básicos como a indústria de equipamentos, insumos e energia. De acordo com essas diretrizes o Brasil deveria consolidar até o fim dos anos 70, um modelo econômico e social baseado economicamente nos setores de base como a siderurgia e a eletrônica. Deveria também ampliar o crédito, ter auto-suficiência e a abrir o fluxo de exportação, quando necessário, para reduzir sua dependência externa.

> I — Desenvolvimento dos setores de base e, como novas ênfases, particularmente da Indústria de Bens de Capital, da Indústria Eletrônica de Base e da área de Insumos Básicos. No setor de Bens de Capital, (...) a expansão do financiamento de longo prazo, a adaptação do sistema fiscal, a prioridade nas compras de órgãos e empresas de Governo e a ajuda especial para a participação nos projetos de maior importância do setor público. No tocante a Insumos Básicos, adotará o Brasil uma política de garantia de suprimento, sempre que viável, objetivando a auto-suficiência, e, muitas vezes, a abertura de fluxo de exportação; quando inviável a auto-suficiência, procurará reduzir ao mínimo a dependência em relação a fontes externas, inclusive associando-se a empreendimentos binacionais ou multinacionais para garantia de oferta, em condições razoáveis. (II PND, 1974, pp. 38 e 39).

Para o desenvolvimento brasileiro seria também importante a abertura de novos mercados com ênfase nos produtos com maior complexidade tecnológica.

> II — Abertura de novos campos de exportação de manufaturados, com maior complexidade tecnológica, em complemento às exportações de indústrias tradicionais. Tais campos incluem os computadores de grande porte; minicomputadores de fabricação nacional; navios; automóveis, ônibus, caminhões; motores e outros componentes da indústria automobilística; equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos; máquinas-ferramenta e instrumentos; produtos siderúrgicos, inclusive pela construção de usinas destinadas principalmente à produção de semi-acabados para exportação; equipamentos e componentes de bens de capital; relógios, aparelhos de precisão. Nessa ofensiva, será de particular importância a execução de projetos mais sofisticados e de grande porte, concebidos

> diretamente para exportação, se necessário com incentivos especiais como os do BEFIEX (Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação). (II PND, 1974, pp. 38 e 39)

Em 2010, o documento *Brasil em 2022, Trabalhos Preparatórios*, publicado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, estabelece as metas para o aumento da produção industrial até o ano de 2022.

- Ampliar a taxa de investimento para 25% do PIB Quintuplicar as exportações brasileiras, sextuplicar as exportações de produtos de alta e média tecnologia. Elevar o dispêndio privado em Pesquisa e Desenvolvimento para 1% do PIB.
- Meta 01: elevação da participação da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB de 17% em 2009 para 23% em 2022. Submeta 01. Elevar a produtividade média do investimento em 20%, entre 2009 e 2022. Submeta 02; Ampliar a participação da formação bruta em capital fixo da indústria de 4,4% do PIB para 6,7% do PIB.
- Meta 02: Elevação da participação da indústria (de transformação mais extrativa) no valor adicionado total, de 18,9% (2008) para 21,0%, em 2022. Submeta 01: Elevação da participação das indústrias intensivas em engenharia no valor adicionado industrial de 39,6% (2007) para 45%, em 2022. Submeta 02: Elevação da participação de serviços intensivos em conhecimento no valor adicionado do setor de serviços de 39,3% (2007) para 45%, em 2022.
- Meta 04: Ampliar a participação das exportações brasileiras no total mundial, de 1,25% para 2,0%. Submeta 01: Ampliar a participação das exportações de médio e alto conteúdo tecnológico na pauta de exportações brasileira de 26,1% (base: 2008) para 35% (2022).
- Meta 06: Reduzir o hiato médio de produtividade da indústria brasileira em relação à dos EUA de 85,7% (2007) para 84% em 2014 e 80% em 2022.

Os pontos em comum entre o II PND e o Plano Brasil 2022 são os enfoques dados à ampliação das exportações de produtos manufaturados tecnológicos e redução da dependência externa. A taxa de crescimento

industrial prevista no II PND previa entre os anos de 1974 a 1979 é de 12% ao ano. Sobretudo, a adoção de uma política de garantia de suprimento, objetivando a auto-suficiência, procurando reduzir a dependência das fontes externas. No plano Brasil 2022 prevê a redução do hiato médio de produtividade entre a indústria brasileira em relação aos Estados unidos de 85 % em 2007 para 80% em 2022. Trata-se da redução da dependência externa da economia. Tanto o plano Marshall quanto o II PND tem esse objetivo em comum, ou seja, a redução da dependência externa da economia brasileira.

4.1.2 - II PND e Plano Brasil 2022: fortalecimento da empresa nacional.

Analisamos também que outra preocupação, presente tanto no II PND quanto no Plano Brasil 2022, é a do fortalecimento das empresas nacionais Podemos ver isso no II PND no item *Fortalecimento da Empresa Nacional e Capital Externo* que prevê o financiamento empresarial, pelo governo, com o objetivo de tornar as empresas nacionais competitivas no mercado internacional.

> Emergência de Forte Expressão da Capacidade Empresarial Nacional, para formação de número significativo de grupos nacionais sólidos e, não raro, grandes, no Centro-Sul, no Nordeste e nas demais áreas. (...) Criação de mecanismos para dotar as empresas nacionais de condições razoáveis de competição, em face da empresa estrangeira. Tais mecanismos destinados a corrigir situações de debilidade da empresa nacional, ou condições de desigualdade no mercado, destinar-se-ão principalmente a sanar deficiências do empresariado nacional com relação à capital, financiamentos de longo prazo, tecnologia e capacidade gerencial (management). (II PND, 1974, pp. 51 e 52).

O Plano Brasil 2022, semelhantemente, prevê no seu item 36, ações que tem por objetivo estimular o fortalecimento de mega-empresas brasileiras que permitirão capacidade para elaborar e implantar políticas nacionais de desenvolvimento e não apenas fazer com que o Brasil seja uma plataforma de produção e exportação de empresas multinacionais

estrangeiras.

> Diante dessa inevitável tendência à globalização (e das conseqüentes tentativas permanentes de uniformização das regras que “disciplinam” as atividades das mega-empresas nos distintos mercados em favor delas) cabe ao Brasil garantir no período que vai até 2022 que, de um lado, tais regras não prejudiquem a capacidade de elaborar e implementar políticas nacionais de desenvolvimento adequadas aos desafios estruturais da sociedade brasileira, tais como suas extraordinárias disparidades, suas vulnerabilidades externas, seu potencial, políticas que terão de ser distintas daquelas que são adequadas às sociedades maduras, desenvolvidas e, de outro lado, estimular o fortalecimento de mega-empresas brasileiras nos mais distintos setores, que vão desde a telefonia até a aviação e à produção agrícola, para que possam atuar no cenário mundial globalizado e impedir que o Brasil se transforme em uma mera plataforma de produção e exportação de mega-empresas multinacionais, cujas sedes se concentram em países altamente desenvolvidos. (Brasil 2022, 2010. Disponível em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=475 Extraído em 13/10/2011)

Inclusive, é preciso mencionar que empresas brasileiras começam a se internacionalizar com o suporte do BNDES que abriu uma subsidiária em Londres (ver anexo D).

4.1.3 - II PND e Plano Brasil 2022: tecnologia e militarismo.

Outra preocupação presente nos dois planos de desenvolvimentos refere-se ao desenvolvimento tecnológico. Segundo o II PND, o progresso científico e tecnológico modifica as relações de poder entre os Estados e influencia fortemente todas as demais tendências do sistema mundial.

> 1. O progresso científico e tecnológico afeta todas as atividades civis, econômicas, sociais e militares. A aceleração da transformação tecnológica modifica as relações de poder entre os Estados e a intensidade da competição entre as mega-empresas e, portanto, da competição econômica entre os Estados. Além disso, a aceleração da transformação tecnológica influencia fortemente todas as demais tendências do sistema mundial.
>
> 2. Na economia, o avanço tecnológico, em especial no campo da informática, e, nos próximos anos, em nanotecnologia, continuará a transformar os processos físicos

> produtivos, os produtos, e a própria organização gerencial das empresas, sendo fator determinante para os resultados da acirrada disputa entre empresas por fatias de mercado e pelo lucro, a qual determina certo padrão de distribuição da riqueza mundial que constitui um impulso e um vetor importante das tendências à crescente oligopolização de mercados. (Brasil 2022, 2010, disponível em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=335 Extraído em 13/10/2011).

O plano Brasil 2022 assim como o II PND também alia o progresso tecnológico ao desenvolvimento bélico. Segundo esse plano a tecnologia aumentará a eficiência dos equipamentos bélicos, assim aumentará o poder de países em desenvolvimento como o Brasil.

> 4. No campo militar, o progresso tecnológico afetará desde a doutrina até o equipamento e aumentará cada vez mais a eficiência letal dos armamentos, a sua automação, a sua miniaturização, o seu controle remoto, a sua colocação no espaço e terá como conseqüência a ampliação do hiato de poder, em especial entre os Estados Unidos e os Estados subdesenvolvidos da periferia. Por outro lado, certos aspectos do progresso da tecnologia militar permitirão mesmo àqueles países econômica e politicamente mais fracos dispor de certo poder de dissuasão diante da permanente, e mal dissimulada, intimidação dos Estados mais fortes e, desse modo, dificultar o uso da força. (Brasil 2022, 2010, disponível em http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=335 Extraído em 13/10/2011).

No II PND a tecnologia possui uma finalidade estratégica, ou seja, envolve alguns setores como o de energia nuclear, aeronáutica, atividades espaciais, indústria de base, petroquímica.

> Desenvolvimento de novas tecnologias (Energia Nuclear, Pesquisa de Fontes Não Convencionais de Energia, Atividades Espaciais, Oceanografia); atuação voltada para, absorvendo o conhecimento existente, aplicá-lo à solução de problemas de interesse do País. São áreas, em geral, de operação em grande escala, a custos elevados, em que é necessário atuar na base de projetos bem definidos e com um orçamento delimitado.
>
> • Tecnologia Industrial:

> 1) Desenvolvimento tecnológico de setores industriais básicos e de alto conteúdo tecnológico:
> — indústria eletrônica, em particular, a de computadores;
> — indústria de bens de capital;
> — indústria química e petroquímica;
> — indústria siderúrgica e metalúrgica; e
> — indústria aeronáutica.
>
> (II PND, 1974, pp. 136)

O II PND menciona também a tecnologia de infraestrutura ou seja setores estratégicos ao desenvolvimento como os de energia, transportes e comunicações, com objetivos estratégicos.

> Tecnologia de Infra-Estrutura: manter os setores de Energia, Transportes e Comunicações em nível de tecnologia internacional, inclusive através do complexo de centros de tecnologia em construção junto à UFRJ, na Ilha do Fundão (centros de tecnologia de petróleo, energia elétrica, exploração de recursos minerais, telecomunicações, etc.).
> (II PND, 1974, pp. 137)

O ponto convergente desses dois planos é o de junção entre desenvolvimento tecnológico civil e militar. A formação de uma Indústria de Defesa Brasileira e sua reativação prevista na Estratégia Nacional de Defesa sancionada em 2008. Ao analisarmos esses dois planos observamos uma continuídade entre um plano do período autoritário, o II PND de 1974 e o Plano Brasil em 2022 de 2010, concebido em pleno regime democrático, no governo Lula (2003-2010).

Nesse momento da tese observaremos o Projeto Calha Norte que é um dos projetos que combinam segurança e desenvolvimento, semelhantemente ao SIVAM. Todos esses projetos e planos tem como mentores intelectuais os setores dominantes das Forças Armadas Brasileiras com um amplo apoio civil, estatal e governamental. Assim como a análise das similaridades entre o II PND e o Plano Brasil 2022, a análise desses projetos e planos se faz necessário, pois são peças importantes para entendermos os esforços da projeção continental brasileira. Então vamos a eles.

4.1.4 – Projeção continental brasileira: do Projeto Calha Norte a Estratégia Nacional de Defesa (2008).

É na segunda parte dos anos 80, que os militares se voltam para projetos de defesa e segurança do território brasileiro. Os militares brasileiros baseiam-se na argumentação de que a proteção da soberania se faz necessária por meio de uma ação mais enérgica e realmente efetiva para a Amazônia. Diante disso impuseram a aprovação e implantação de sistemas de segurança e desenvolvimento na região como o Projeto Calha Norte – (PCN) de 1985 e o Sistema de Vigilância da Amazônia – (SIVAM) de 2002.

Além disso, o combate ao narcotráfico é parte da justificativa para a instalação do SIVAM. Foi sob esta justificativa que o governo brasileiro conseguiu o financiamento necessário para a sua instalação junto ao EXIMBANK. Isto vem de encontro aos esforços norte-americanos de combate ao narcotráfico que resultaram, em 1995, na criação do Plano-Colômbia. Como já foi visto, este plano elaborado e articulado pelo Departamento de Estado dos EUA e o governo da Colômbia no final dos anos 90 previa, além da ajuda financeira, a presença de funcionários civis e militares norte-americanos no território colombiano.

A justificativa para o Plano era o combate ao “narcoterrorismo”, supostamente promovido pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional - (ELN) mas, segundo Saint Pierre, com o fim da “Guerra Fria” caiu a tese do inimigo comunista e assim as forças armadas do ocidente são obrigadas a reorientar a sua estratégia; escreve:

> Desde que o conflito leste/oeste se desmantelou, a concepção estratégica oficial, perdeu a sua premissa principal de formulação estratégica (...) A necessidade de um conflito plausível para justificar está levando as forças armadas a ver índios, ecologistas e narcotraficantes, crianças de rua e antropólogos como possíveis inimigos. (SAINT-PIERRE, 1993).

O espaço amazônico oferece um argumento ideal à crise de identidade ocasionada pelo fim da “Guerra Fria” após o enfraquecimento da tese do “inimigo comunista.” A reorientação da estratégia militar brasileira, em projetos de defesa e segurança para a região amazônica, é parte de uma série de mudanças que visam à manutenção da instituição militar. O SIVAM representa um fragmento da autonomia militar que paira sobre a Nova República.

Nos anos 90 toda a opinião internacional formada por organizações não-governamentais como o GREENPEACE e órgãos mundiais como a ONU discutiam as questões ligadas ao meio ambiente, tais como a crescente escassez de recursos naturais, a exploração cada vez mais intensa da biodiversidade, o corte de árvores para obtenção de madeira, a extração quase ilimitada dos recursos minerais, etc.

A grande estratégia militar nos anos 80, para a Amazônia brasileira envolve o Projeto Calha Norte e nos anos 90 e 2000, o SIPAM-SIVAM. Especialmente o SIVAM, pois esse sistema demonstra o poder de articulação da instituição militar, afinal foi capaz de aprovar um projeto bilionário no período pós-85, o que envolveu um grande poder de articulação no Congresso. Esse projeto rendeu polêmicas, denúncias de corrupção e tráfico de influência. Apesar de tudo isso os militares conseguiram sua aprovação. Sobretudo, o SIVAM foi resultado de uma articulação dos militares no período em que se discutiam as questões ecológicas e o futuro da Amazônia.

A tese de sua internacionalização, sobretudo o combate ao narcotráfico, são "ameaças" e "perigos". Diante desses “perigos” os militares lançaram, aprovaram, implementaram o SIVAM que merece atenção especial neste momento do texto. Antes abordaremos o Projeto Calha Norte. O SIVAM seria uma extensão desse projeto. É impossível falar de SIVAM sem falar do Projeto Calha Norte.

4.2.0 - Projeção continental brasileira: o Projeto Calha Norte a Estratégia Nacional de Defesa (2008).

Na década de 80, os militares desenvolveram o que ficou conhecido como Projeto Calha Norte[18] - abreviação de "Desenvolvimento e Segurança da Região ao Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas" - que foi aprovado em 1985, mas só foi implantado em 1986 (ano em que a instituição militar já não mais conduzia o Governo Federal).

A abrangência do PCN corresponde a 14% do território nacional, compreendendo uma área praticamente inexplorada (1,5% da população nacional) e com uma extensa faixa de fronteira habitada, fortuitamente por indígenas. A região tem sido, ao longo dos anos, um desafio e preocupação constante quanto a sua efetiva integração ao contexto nacional. É isto que justificou o Projeto Calha Norte que resolvia, necessidades infra-estruturais da região amazônica como as seguintes:

1. Carência de transporte aéreo;
2. Necessidade de incremento das ligações terrestres complementares aos trechos fluviais;
3. Ausência de poder público federal e estadual, em grande parte das regiões, em particular nos pontos mais distantes;
4. Ocupação do vazio de poder, em decorrência da ausência do poder público na área;
5. Influência de comunidades colombianas, detentoras de melhores condições de assistência social, sobre as comunidades e brasileiras na fronteira.

Atualmente, o Calha Norte possui 11 ações, sendo 03 projetos e 08 atividades aprovadas em Lei Orçamentária Anual, dentre eles estão

[18] O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 pelo Governo Federal e atualmente é subordinado ao Ministério da Defesa. Visa aumentar a presença do poder público na sua área de atuação e contribuir para a Defesa Nacional. Na sua etapa de implantação era chamado Projeto Calha Norte e tinha uma atuação limitada, prioritariamente, na área de fronteira. Hoje, o Programa foi expandido e ganhou importância em vista do agravamento de alguns fatores. Entre eles, o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas e a intensificação das práticas ilícitas na região. O PCN busca desenvolver ações de desenvolvimento ecologicamente sustentáveis. Disponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/programas-

construção de embarcações para o controle de navegação fluvial, infra-estrutura, implantação de unidades militares, gestão administrativa, manutenção de aérodromos, conservação de rodovias, manutenção de pequenas centrais elétricas, manutenção das embarcações, etc. (Amazônia: desenvolvida e segura, Ministério da Defesa, 2011, dísponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/publicacoes/calha-norte-25-anos-a-amazonia-desenvolvida-e-segura.html extraído em 29/03/2012).

A permanente existência de questões sociais envolvendo índios, não - índios, fazendeiros, posseiros, garimpeiros, demandou outro projeto complementar ao PCN, que é o Sistema de Proteção da Amazônia[19] (SIPAM), braço operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (ver anexo P) que é um sistema institucional que envolve um conjunto de ações amplas, além da vigilância.

Segundo Brigagão (1996, pp. 42) o Sistema de Proteção da Amazônia surgiu da necessidade do desenvolvimento de um sistema de informações oriundo de vários tipos de atividades governamentais e não governamentais com finalidades convergentes e complementares. O SIPAM compreende uma malha de processamento de dados e de gestão de informações ligada a diversos órgãos governamentais como o Ministério do Meio Ambiente, Integração Nacional, Justiça, entre outros. Constitui-se em um sistema de tratamento e visualização de dados. Esses dados são captados por sensores e radares e disponibilizados à instituições usuárias como o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA).

---

e-projetos/programa-calha-norte.html extraído 29/03/2012

[19] O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é vinculado ao Ministério da Defesa, gerenciado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). O SIPAM é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, o Sistema gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados são avaliados, tratados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento e orientar as políticas públicas para a região. (Disponível em http://www.sipam.gov.br/content/view/13/43/ extraído em 29/03/2012).

O SIPAM será, ao mesmo tempo, um instrumento de controle das ações programadas, do planejamento à execução. O SIVAM é o módulo operacional do SIPAM, pois faz o monitoramento ambiental através de sensores aéreos e terrestres, gerando as imagens do satélite e dados detectados por radares em um sistema integrado de telecomunicações. O SIVAM é o CINDACTA IV, o da Amazônia Legal, ou seja também tem por missão controlar o tráfego aéreo nessa região. Como já foi dito, o SIPAM possui um escopo muito amplo e tem o SIVAM como o seu instrumento operacional.

Isabel Cristina Rossi (2003) mostra os muitos questionamentos da comunidade cientifica, basicamente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC e seu ex-presidente Rogério César Cerqueira Leite, crítico ferrenho do SIVAM. Segundo Leite (2002), o sistema de vigilância da Amazônia veio cumprir uma série de funções que eram executadas por órgãos federais, por exemplo, as informações meteorológicas sobre a Amazônia eram disponibilizadas *on line* e em *tempo real* pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Quanto ao monitoramento ambiental, Leite (2002) afirmou que desde o início da década de setenta, entidades como o INPE, EMBRAPA e IBAMA, realizavam essa tarefa com grande eficiência e que tecnologia oferecida pela empresa americana RAYTHEON, era ultrapassada. Sobretudo, para ele o SIVAM representou uma oportunidade perdida, pois seria importante vetor para o fortalecimento da capacitação técnico cientifica brasileira.

Há, também questionamentos que se referiam à capacidade de combate de atividades ilegais, pois não adiantaria produzir imagens se o efetivo da Polícia Federal na região era insuficiente. Se a Polícia Federal tivesse contado com o orçamento bilionário, empregado no SIVAM, poderia ter combatido melhor o narcotráfico na Amazônia, pois o Departamento de Aviação Civil – (DAC) melhoraria o controle do tráfego aéreo e a Capitania dos Portos juntamente com a Marinha estariam em condições de monitorar os rios da Bacia Amazônica, pois o montante investido no SIVAM representaria

vinte anos de verba de ciência e tecnologia para a Amazônia (PINTO, 2002, p. 137).

Rossi (2003) menciona denúncia da Folha de S. Paulo sobre o acesso dos órgãos de inteligência estadunidenses às informações confidenciais do SIVAM. A edição de 23 de julho de 2002 revelou documentos que mostram um nível de estreito relacionamento, colaboração e favorecimento entre o brigadeiro Marco Antonio Oliveira (gerente do SIVAM) e diplomatas estadunidenses como o cônsul David Zweifel e o embaixador Melvin Levitsky.

A primeira parte do telegrama (ver anexo E) de 28/06/1994 enviado pelo cônsul dos EUA no Rio, David Zweifel ao embaixador dos EUA em Brasília, Melvin Levitsky, deixou claro o envolvimento direto dos EUA no Caso SIVAM. Principalmente, quando orientou o brigadeiro Marcos Antônio Oliveira na obtenção de financiamento junto ao EXIMBANK.

Segundo o telegrama, o governo do Brasil deveria enviar oficio ao EXIMBANK afirmando que o SIVAM seria usado para combater o narcotráfico. O combate ao narcotráfico seria indispensável para a obtenção do empréstimo junto ao EXIMBANK. Em outro telegrama (ver anexo E) enviado ao Departamento de Estado pelo embaixador norte-americano no Brasil, Melvin Levitsky, afirma claramente que as informações geradas pelo SIVAM poderiam ser compartilhadas com o governo norte-americano e quem garantiu isso a ele foi a brigadeiro Marco Antônio de Oliveira, responsável pelo SIVAM.

Nesta parte do capítulo procuramos considerar o SIVAM como parte do sistema de defesa da Amazônia, muito embora os militares tentem dizer que é um sistema civil. Assim desse ponto de vista da teoria da guerra poderemos concluir que o SIVAM é parte dessa estratégia militar para Amazônia que vem sendo desenvolvida em tempos de paz. Clausewitz (1996) nos ajudará a entender isso.

Carl Von Clausewitz (1996) escreve que a violência se constitui em meio cuja finalidade é impor a nossa vontade ao inimigo, para isso deve-se desarmar o inimigo. O ato de desarmar é o objetivo propriamente dito das operações de guerra; não se pode considerar outra hipótese que não a de

derrotar o inimigo sem brutalidade, pois a guerra é um assunto muito perigoso e seria impossível introduzir um principio moderador na própria filosofia da guerra. O conflito entre dois homens depende, na realidade, de dois elementos diferentes: o sentimento de hostilidades e a intenção hostil. A Guerra não é um ato puramente racional, mesmo as nações mais civilizadas podem ser acometidas pelo ódio, dessa forma, a guerra é um ato de violência sem limites.

Sun Tzu (2003) explica que a guerra possui resultados incertos, é um negócio perigoso, as suas condições devem ser determinadas antes da guerra, geralmente seus resultados são definidos em tempos de paz, ou com a formulação de uma estratégia que evite o confronto direto. A preparação para a guerra em tempos de paz é decisiva para o alcance de resultados satisfatórios, a articulação de cálculos, meios e fins, assim como a elaboração de uma estratégia, que considere disposições, energia, variáveis, manobras empregadas nas táticas, assim como no terreno.

> Pois obter cem vitórias em cem batalhas não é o máximo da habilidade. O máximo da habilidade é subjugar o inimigo sem lutar". Wang Hsi: batalhas são negócios perigosos. Chang Yu: Se não puderes anular o plano do inimigo no berço ou quebrar-lhe as alianças quando estão prestes a concluir-se, aguça as armas para obter a vitória..(...) 10. "Assim, os homens experientes na guerra subjugam o exército inimigo sem combate. Capturam suas cidades sem assalta-las e dominam seu Estado sem delongar as operações". (...) Li Ch'üan: Eles conquistam pela estratégia. 11. Teu objetivo deve ser intacto Tudo está sob o céu. Assim, tuas tropas não se cansarão e teus ganhos serão completos. Tal é a arte da estratégia ofensiva.(SUN TZU, 2003, pp.33, 35 e 36).

Do ponto de vista estratégico, o SIVAM seria o primeiro sistema a dotar a região de uma infra-estrutura aérea partindo dos centros regionais de Manaus, Belém e Porto Velho e destes à Brasília onde fica o centro de vigilância geral. A montagem de infra-estrutura com vistas à formulação estratégica militar na região amazônica levando em conta o cenário operacional, ou seja, os aspectos físicos e naturais e ainda populacionais, demanda a obtenção de dados e informações sobre a área. Isto é parte do

que o SIVAM visa oferecer. (SANTA ROSA, 1996)

Sun Tzu (1996) explica que a conformação do terreno é fator fundamental na batalha, pois isto permite considerar a posição do inimigo e sua situação, calcular as possibilidades de terreno para obter a vitória é fator indispensável para sua a obtenção da vitória.

> 17. A conformação do terreno é de extrema valia na batalha. Assim, considerar a situação do inimigo e calcular as distâncias e o grau de dificuldade a fim de controlar a vitória são virtudes do general superior. Aquele que luta com pleno conhecimento desses fatores geralmente triunfará; aquele que não o faz com certeza sairá derrotado. (SUN TZU, 1996, pp.98)

Para poder manobrar é importante levar em conta o seguinte,

> 10. Os que não conhecem as condições das montanhas, florestas, dos desfiladeiros, dos pântanos brejos perigosos não pode conduzir a marcha de um exército. (SUN TZU, 1996, pp.68).

A infraestrutura aérea, na hipótese de um conflito no interior da selva amazônica, faria, por exemplo, a cobertura avançada para fins de deslocamento estratégico garantindo a segurança de comboios, transporte de tropas, suprimentos da concentração. Essas forças contariam com forças de pronto emprego aerotransportadas lançadas a partir de Manaus e Belém. Mas para tudo isto é necessário ter uma superioridade aérea que seria a base de apoio desenvolvida em tempo de paz, acumularia conhecimento e experiência e se prepararia para um possível conflito. (SANTA ROSA, 1996)

As operações conjuntas entre Brasil-Colômbia e demais países na região de fronteira, tendo como destaques a Operação Tururu, e mais recentemente a Operação Timbó I (2003), II (2004) e III (2005), que, coordenada pelo Comando Militar da Amazônia, é uma ação combinada contra o narcotráfico e à guerrilha na fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru. A Operação Timbó, que se realizou nos moldes da operação COBRA - Brasil e Colômbia, obedeceu as diretrizes específicas do Ministério da Defesa do

Brasil.

Segundo Roberto Godoy (2007), o Brasil precisou de sete anos e mais de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares para construir o Sistema de Vigilância da Amazônia. O SIVAM tem como objetivo cobrir cinco milhões e meio de km² correspondente a região centro-norte do país. É uma muralha com aproximadamente 120 torres de observação dispostos em locais remotos da Amazônia Legal. Pretende ser os olhos e ouvidos eletrônicos da floresta por meio de 26 radares, 6 deles móveis.

Godoy (2010) comenta que essa rede é ineficiente com relação a sua proposta inicial que era detectar a ocorrência de crimes ambientais, implantar aparelhos telefônicos para populações isoladas, apoiar pesquisas científicas e fazer o mapeamento dos recursos naturais. Godoy menciona que o sistema é somente efetivo nas áreas de defesa, pois *os setores civis estão derretendo, só* no papel o SIPAM tem recursos, pois o orçamento da União destinou R$ 41,7 Milhões em 2007, porém desse montante apenas R$ 3,94 Milhões foram repassados até julho, assim, seis das mais importantes tarefas estão comprometidas; por exemplo, das 665 instalações de telefonia destinadas a órgãos usuários, 624 foram consideradas em estado “não OK”.

É um equipamento considerado muito simples tecnicamente, consiste basicamente em um telefone, um computador e uma antena. Este equipamento deveria estar à disposição de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas, mas estão mudas. O mesmo ocorre com não menos de 40 estações meteorológicas isoladas de superfície que estão inoperantes por falta de renovação do contrato para as linhas de telecomunicações.

Godoy (2010) continua informando que os três Centros Técnicos Operacionais do SIPAM em Manaus, Belém e Porto Velho estão “praticamente inoperantes”; o mesmo acontece com o Centro de Coordenação-Geral, em Brasília, pois nenhum dos planos de atualização tecnológica (previstos no programa original do consórcio liderado pela Raytheon) foi executado. A mera manutenção da rede e anexos exige até US$ 75 milhões anuais e a má situação do complexo atinge programas como o Tele-educação, que deveria interligar os campi de todas as universidades do norte brasileiro e o tele-saúde, que estabeleceria o contato para troca de

informações, diagnóstico a distância e encaminhamento de pacientes.

Das 19 fontes ligadas ao SIVAM e ao SIPAM ouvidas na apuração da reportagem, só um, o brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, assumiu declarações por meio de nota oficial. O Centro Gestor negou as informações. (GODOY, 2010).

Renato Dagnino (2010) afirma que a defesa do Brasil frente à internacionalização da Amazônia, embora fosse um papel reivindicado pelas forças armadas, não possuía suficiente apelo. A construção de estradas e missões consideradas de conteúdo "civilizatório" com alfabetização e saúde não oferecia capacidade para legitimar as forças armadas brasileiras pois não conseguia convencer e aglutinar os militares enquanto corporação. Essas funções eram vistas pelos militares como uma tarefa menor, incompatível com seu papel tradicional e status. A saída honrosa veio com o envolvimento dos militares com os programas de pesquisa & desenvolvimento - P&D. Os militares não estariam voltando para os quartéis, mas se dirigindo para os laboratórios de P&D. Dessa forma passaram a aumentar sua influencia sobre o processo de planejamento e financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

> Os militares brasileiros desempenharam durante todo o século 20, um papel chave no desenvolvimento industrial e tecnológico do país (...) De fato a autopercepção dos militares como agentes civilizatórios e modernizantes remonta ao começo da república: as elites civis eram desprovidas de sentimento nacionalista e os militares vizualizavam sua concepção de República como claramente distinta daquela dos civis. (DAGNINO, 2010, pp. 183-184).

4.2.1 - O SIVAM marítimo e as estratégias do Pré-Sal.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul é um projeto que pode ser comparado com o SIVAM, garantiu o comandante da Marinha, almirante Júlio Moura Neto, pois contará com uma blindagem eletrônica formada por radares digitais de longo alcance, rastreadores de satélite, unidades de busca, estações de rádio protegidas e sofisticados equipamentos de reconhecimento

de atividade submarina clandestina. Pretende cobrir 4,5 milhões de quilômetros quadrados, a porção do Atlântico Sul sob controle do País. A área equivale a mais da metade do território nacional. (GODOY, 2008).

Prevê 27 navios patrulha de 500 toneladas construção de um novo submarino convencional e a modernização dos cinco navios. Além disso, contará com a aquisição de torpedos, helicópteros, patrulheiros oceânicos, embarcações de escolta e de uso em grandes rios. A revitalização de parte da frota - inclusive do porta-aviões São Paulo - e a atualização tecnológica de 12 dos 23 caças Skyhawk, (a ser feita pela EMBRAER). O argumento principal para a criação do SIVAM marítimo é a da "vigilância do tesouro submarino brasileiro" representado pela descoberta do pré-sal, ou seja, jazidas de petróleo com 70 bilhões de barris, depósitos de manganês, cobre, cobalto, níquel, ouro, diamante, enxofre, monazita, minerais estratégicos e uma imensa reserva de recursos pesqueiros. A área do pré-sal, é de aproximadamente 800 quilometros de extensão e 200 quilometros de largura, armazenaria aproximadamente 70 bilhões de barris de óleo cru. (GODOY, 2008).

O SIVAM do mar faz parte de um amplo programa de reequipamento com previsão de execução em seis anos de 2008 à 2014. O seu Sistema de Gerenciamento em desenvolvimento pode custar US$ 2 bilhões. O valor, todavia, depende das especificações técnicas, das dimensões do conjunto e do cronograma das etapas de implantação.

> Boa parte do dinheiro necessário o Comando da Marinha tem, embora sob o contingenciamento do governo. Os royalties vinculados ao petróleo e retidos para formação do superávit primário somavam, até dezembro de 2007, consideráveis R$ 3,159 bilhões. Para 2008, a Lei Orçamentária Anual prevê montante de R$ 1,7 bilhão desses direitos, mas com repasse de R$ 994 milhões e bloqueio de R$ 706 milhões. O total congelado acumulado chega a R$ 3,865 bilhões. A Marinha poderia iniciar o programa de reaparelhamento com recursos próprios se essas verbas fossem liberadas. (GODOY, 2008)

4.2.2 SIVAN/SIPAN Peru

Existe um memorando[20] de entendimento entre Brasil e Peru sobre a cooperação em matéria de vigilância e proteção da Amazônia (consultar anexo F). Esse memorando explicita que o governo do Brasil oferecerá assessoramento e cooperação técnicas necessárias que permitirão o acesso progressivo do Peru às informações geradas pelo sistema de vigilância da Amazônia, assim como a integração peruana ao sistema de proteção da Amazônia.

> **Art. 1.** O Governo da República Federativa do Brasil prestará assessoria e cooperação técnica necessária para permitir o acesso gradual do Peru às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e do Peru para integração SIPAM. (Memorandum de Entendimiento entre los gobiernos de La República del Perú y de la República Federativa del Brasil, 2003, Tradução nossa).

É estabelecida a cidade de Pucallpa como base das operações que permitiria trocar, em tempo real, informações do radar na franja de fronteira comum entre os dois países. O Peru terá aquisição progressiva dos meios tecnológicos e logísticos. Será criado um centro de vigilância da Amazônia em território peruano com a capacidade de trocar informações com o SIPAM/SIVAM que estariam disponíveis também ao governo peruano. (Memorandum de Cooperação na área de Vigilância entre Brasil e Peru, Brasília, 2003).

> **Art. 02.** Como primeiro passo, o Governo da República Federativa do Brasil, através do Ministério da Defesa, será a prestação de assistência necessária ao seu similar do Peru, a fim de stabelecer inicialmente na cidade de Pucallpa, os meios técnicos para que a parte peruana possa trocar, em tempo real as informações do radar na faixa de fronteira

[20] MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE LOS GOBIERNOS DE LA REPUBLICA DEL PERU Y DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL SOBRE COOPERACION EN MATERIA DE VIGILANCIA Y PROTECCION DE LA AMAZONIA

> comum, a fim de monitorar e controlar o espaço aéreo na região, com ênfase em atividades ilegais. (Memorandum de Entendimiento entre los gobiernos de la Republica del Perú y de la Republica Federativa del Brasil, 2003, Tradução nossa).

A adesão do Peru ao sistema de vigilância da Amazônia brasileiro (SIVAM) resultou na criação do Sistema de Vigilância y Protección Amazônico y Nacional (SIPAN-SIVAN) Peru. Este sistema de vigilância peruano compartilhará informações com o SIVAM Brasil na área de fronteira entre os dois países. Nos últimos anos, o Brasil desenvolve importantes cooperações militares e policiais de patrulhamento das fronteiras com a criação de operações militares conjuntas entre os dois países.

> **Art. 07** As Partes concordam em observar o princípio da confidencialidade, que garante que as informações a partir da aplicação do presente Memorando de Entendimento serão utilizados exclusivamente pelas autoridades do Peru e do Brasil. As Partes se comprometem a manter a mesma classificação de segurança das informações trocadas, estabelecido pelo partido originário. (Memorandum de Entendimiento entre los gobiernos de la Republica del Perú y de la Republica Federativa del Brasil, 2003, Tradução nossa).

O SIVAN Peru chama-se Sistema de Vigilância y Protección Amazônico y Nacional. Tem origem na aliança estratégica entre Brasil e Peru. Segundo a Força Aérea Peruana seu objetivo é o combate de atividades ilícitas como o contrabando, narcotráfico e todo o tipo de ameaça à Amazônia peruana. Para isso é necessário estabelecer uma aliança estratégica entre Peru e Brasil, integrar o Peru ao SIVAM-SIPAM Brasil e manter esse acordo como resposta institucional e social no Peru. (FAP, 2009)

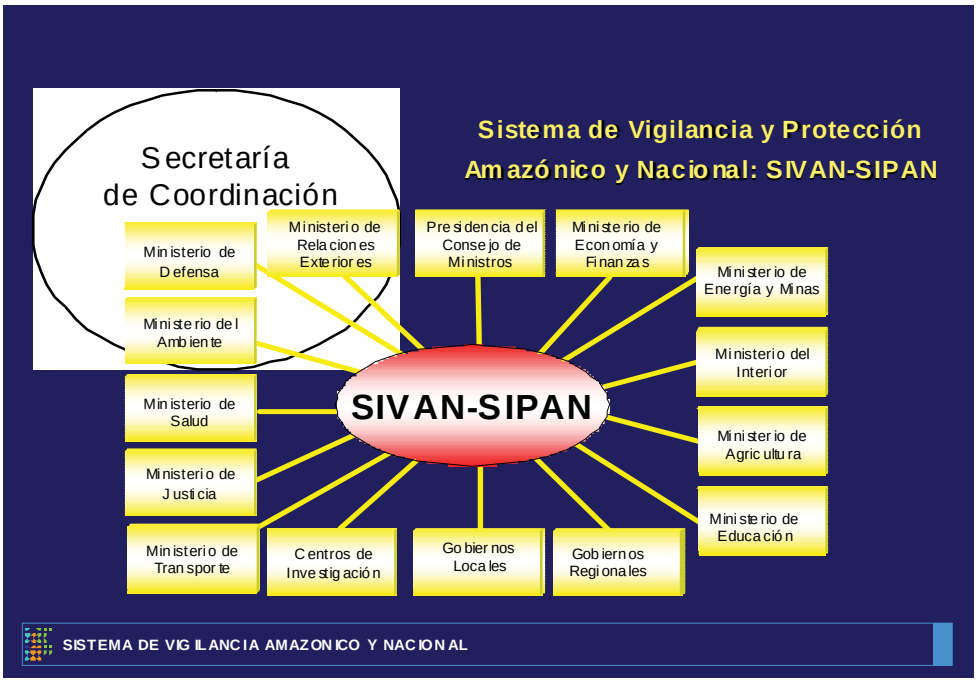
O SIVAN Peru cobrirá uma área de 778.379 km² de um total de 7.173,049 km² da área amazônica. A área amazônica peruana tem um potencial de recursos naturais de quarenta milhões de hectares cultiváveis e um potencial hídrico de dois milhões de metros cúbicos. (FAP, 2009)

SIVAN-SIPAN Peru (ver quadro 01) também envolve ministérios peruanos da defesa, relações exteriores, presidencial de conselho de ministros, economia e finanças, energia e minas, interior, agricultura,

educação, governos regionais, transportes, centros de investigação, justiça, saúde e meio ambiente.

Quadro 1

Sistema de Vigilância e proteção Amazônico e Nacional: SIVAN-SIPAN Peru.

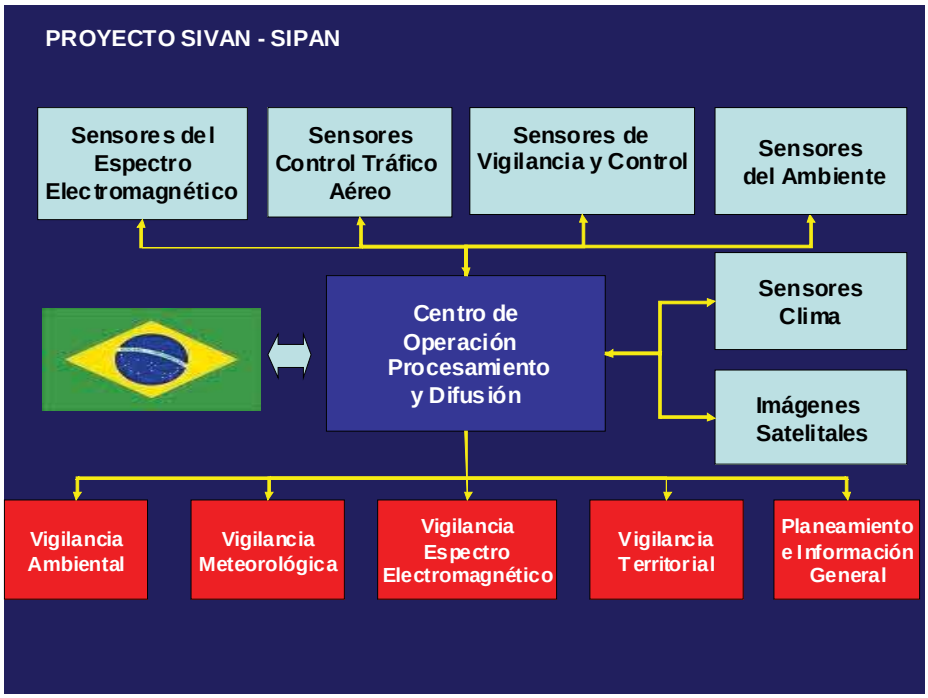


Fonte: Força Aérea do Peru – FAP

O SIVAN/SIPAN Peru, contará, para vigilância territorial com cinco radares (3D), um avião radar, capacitação e logística. Para vigilância ambiental, contará com um satélite de observação terrestre, dois aviões multi-sensores e uma estação de segmento terrestre satelital. Para vigilância meteorológica contará com quatro radares, um sistema detector de tormentas, sistema de gestão de informações, sistema de telecomunicações, capacitação e logística. (FAP, 2009).

Quadro 02.

Projeto SIVAN-SIPAN Peru.

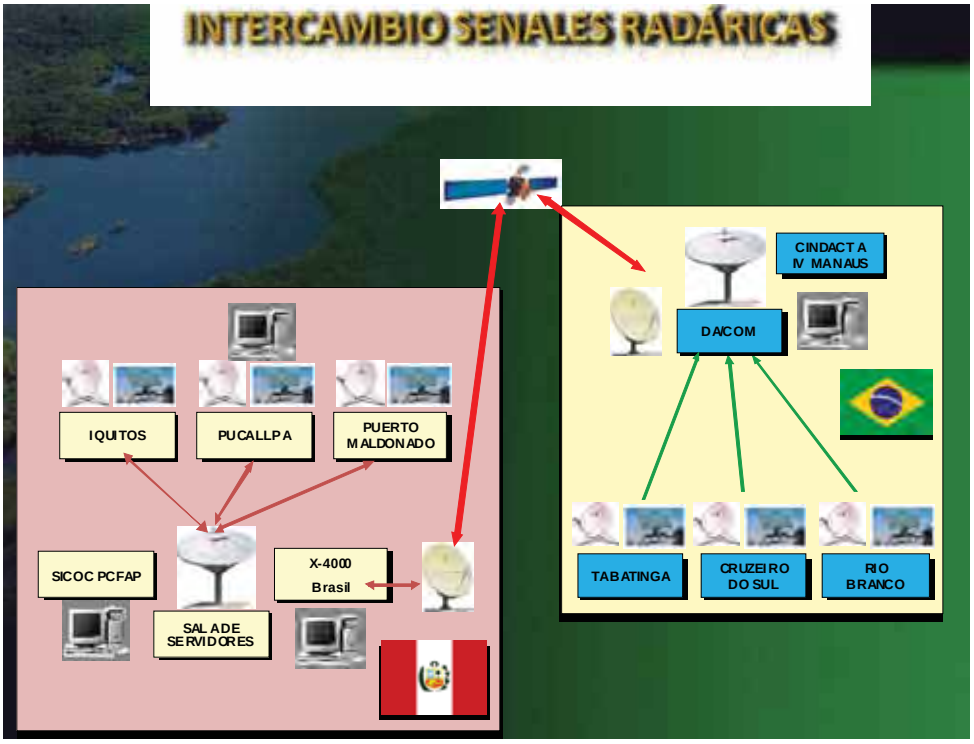


Fonte: Força Aérea do Peru – FAP

O intercâmbio de sinais dos radares (ver quadro 03 e 04) SIVAM Brasil e SIVAN Peru será feito entre as cidades peruanas e brasileiras que compartilharão o sinal do SIVAM Brasil e SIVAN Peru. No **Peru**: cidades de Iquitos, Puccalpa e Puerto Maldonado contarão com sistema de servidores de informações. No **Brasil**, serão as cidades de Tabatinga-AM, Cruzeiro do Sul-AC e Rio Branco-AC que contarão com esse sistema.

Quadro 03.

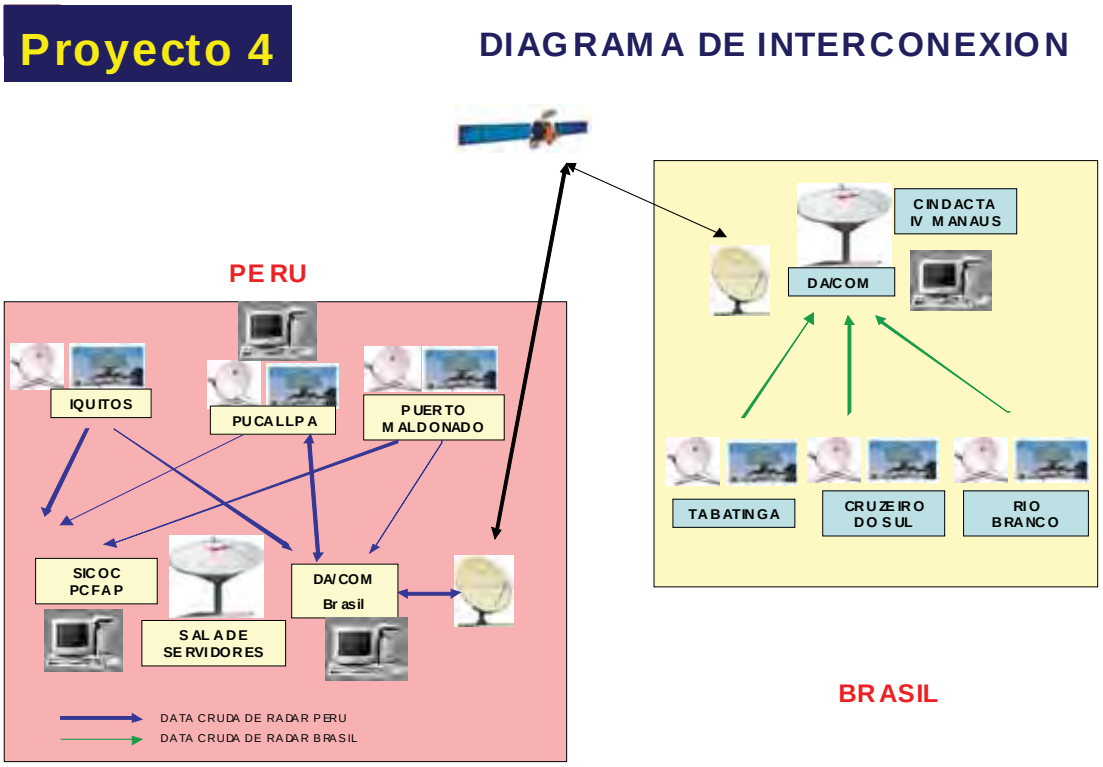
Intercâmbio de Senales Radaricas



Fonte: Força Aérea do Peru – FAP

Quadro 04.

Diagrama de interconexão.



Fonte: Força Aérea do Peru – FAP

O SIVAM Brasil é um objeto de análise muito importante, pois mostra a capacidade de proposição e adoção de projetos bilionários dos militares pelo governo mesmo após a Ditadura Militar. O SIVAM representa um capítulo importante da História Militar no Brasil, afinal possibilitou a reorientação estratégica dos militares após a Guerra Fria, sobretudo justificou sua existência como instituição. A proteção e vigilância da Amazônia passou a figurar entre suas preocupações com relação a manutenção da soberania nacional. O SIPAN-SIVAN Peru representa a ampliação pelo Brasil de seus sistemas de vigilância na América do Sul, prevalescendo sua política baseada

na concepção de seus militares de segurança e defesa.

Os projetos bilionários para a defesa e segurança da região amazônica tais como o Sistema de Vigilância da Amazônia do Brasil e sua edição peruana (SIPAN-SIVAN) são insuficientes para a defesa da soberania dos respectivos países. A estratégia é um assunto mais amplo do que pressupõe as Forças Armadas Brasileiras. A soberania do país não pode ser garantida somente com a criação de sistemas de vigilância, por mais ampla que seja o seu escopo.

Certamente, a visão militarista não alcança a dimensão total da problemática amazônica. A instituição Forças Armadas é apenas um dos tentáculos fundamentais para a garantia da soberania nacional na fronteira amazônica. A garantia da soberania seja algo muito mais amplo e difuso que a concepção de segurança e defesa nacional.

A garantia da soberania, nas áreas de fronteira, está mais ligada ao desenvolvimento humano do povo da Amazônia, principalmente aqueles que vivem na região de fronteira. Esse desenvolvimento poderia ocorrer de forma a autonomizar os amazônidas por meio do desenvolvimento sustentável, através de ações baseadas no aproveitamento não destrutivo dos recursos que a floresta proporciona. Quanto aos indígenas seu reconhecimento como cidadãos brasileiros seria algo muito importante, entendendo que a soberania nacional não é garantida apenas com as armas, talvez mais eficaz que polícia e forças armadas seriam a presença, na fronteira, de uma população que fale o português e que viva e sinta-se brasileiro.

O mais relevante com relação ao SIVAM-BRASIL e SIVAN-PERU são os entendimentos de que as concepções que o fomentaram são visões autoritárias e reducionistas quanto ao problema da defesa da floresta. A concepção militar está baseada na defesa e segurança do território nacional, considera os indígenas e organizações não governamentais quase como ameaças e essas idéias de cunho militar estão presentes no imaginário popular e são constantemente reproduzidas verbalmente pela maior parte dos cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO V

A PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA:
imperialismo brasileiro x união sul-americana

Capítulo V - A PROJEÇÃO CONTINENTAL BRASILEIRA: imperialismo brasileiro x união sul-americana.

5.1.0 - A UNASUL e as contradições brasileiras

O exemplo mais recente de integração é a iniciativa da criação da União das Nações Sul Americanas – (UNASUL[21]), apresentada oficialmente em 2004, na cidade de Cuzco[22] no Peru em 09/12/2004. Inicialmente recebeu o nome de Comunidade Sul-Americana de Nações – (CASA). Os objetivos da UNASUL são de coordenação política e econômico-social dos países sul-americanos para que alcancem a integração física, energética e de telecomunicações, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos. Em Brasília em 23 de maio de 2008, foi discutida a criação do Conselho de Defesa da América do Sul. Esse projeto foi apresentado pelo Brasil, mas rejeitado pela Colômbia que mais tarde em 19 de Julho de 2008 anunciaria sua entrada na UNASUL por meio do pronunciamento do então presidente álvaro Uribe na ocasião em que o então presidente Lula visitava oficialmente esse país. (Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul Extraído em 15/10/2011**)**

Atualmente a UNASUL está se tornando um fórum de arbitragem

---

[21] A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é formada pelos doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011 A UNASUL tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Prioriza o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. Site Do Ministério das Relações Exteriores do Brasil disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul Extraído em 15/10/2011**).**

[22] O nascimento desse projeto de integração em Cuzco tem um grande poder simbólico. Isso porque Cuzco, antiga capital dos Incas, é reconhecida internacionalmente como a capital dos povos indígenas do Continente Americano. Em 09/12/1824 aconteceu em Ayacucho, Peru, a Batalha de Ayacucho. A Espanha foi derrotada militarmente, o que a obrigou a deixar

conjunta de questões que envolvem os países Sul-Americanos. Poderá se converter em importante instrumento para o processo de integração, mas a UNASUL é hoje, apenas essencialmente um projeto de integração militar que ocorre por meio da criação do Conselho de Segurança das Nações Sul-Americanas. Na prática, está sendo um fórum para a resolução dos conflitos, tensões e de questões emergentes do Hemisfério Sul.

Como já foi dito, as contradições marcaram a política externa do governo Lula para a América do Sul. No plano interno Lula aprovou a Estratégia Nacional de Defesa que prevê a revitalização da indústria de material de defesa do Brasil, ao mesmo tempo que, no plano externo, assinou documentos se comprometendo a reduzir os gastos com despesas militares e investimentos para a compra de armas.

Em viagem ao Peru em 2009 o então presidente Lula manifestou apoio a proposta peruana que pretende adotar um Protocolo de Paz e Segurança entre os países-membros da UNASUL. (O Estado de S. Paulo de 10 de novembro de 2009). Segundo essa Proposta de Paz, Segurança e Cooperação, os países da UNASUL reduziriam em 3% suas despesas militares, cortariam em 15% os investimentos em compra de armas ao longo de cinco anos e cooperariam para a criação de um corpo de segurança regional parecido com os capacetes-azuis da Organização das Nações Unidas – ONU.

A resolução assinada pelos Ministros das Relações Exteriores do países pertencentes ao Conselho de Segurança da UNASUL em reunião realizada em 27/11/2009 em Quito no Equador, prevê a elaboração de um protocolo de paz, segurança e cooperação (ver anexo C).

> Manifestam-se satisfação com a reunião de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL, que determinou a transparência nos acordos de cooperação militar e a necessidade de garantia por parte daqueles que tem acordo de cooperação militar da soberania e integridade territorial dos demais países, assim como o estabelecimento de medidas de confiança promovidas pelos países da UNASUL nas áreas de Defesa e Segurança. Felicitaram-se pelo fato de haver sido acordado que o Conselho de Defesa Sulamericano deva elaborar um Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação,

---

definitivamente todos os seus territórios da América do Sul.

> consolidando a região como uma zona de paz e fomentando a confiança e segurança da região. (Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL, Quito: 21/11/2009.)

O Governo Lula (2003-2010) estabeleceu uma política contraditória, pois de um lado sinalizou o incremento do aparato militar brasileiro e por outro lado, buscou, através da UNASUL, a cooperação pacífica para o fortalecimento das soberanias nacionais. Ao assinar o documento de criação do Conselho de Segurança da UNASUL em 2009, o Brasil se comprometeu por exemplo em promover o desarmamento no mundo e também a cooperação preferêncial com os países da América Latina e do Caribe em matéria de defesa.

> Artigo 3, parágrafo d) está expresso, fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante o fomento de medidas de confiança e transparência, f) preserva e fortalece a América do Sul como um espaço livre de armas nucleares e de destruição em massa, promovendo o desarmamento e a cultura de paz no mundo. No seu artigo 4, parágrafo d) avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe. (Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL, Quito: 21/11/2009.)

Acordo Militar entre Brasil e Estados Unidos fere o princípio de cooperação preferêncial com os países da América Latina. Esse Acordo de Cooperação em Defesa (ver anexo B), foi assinado em Washington, no dia 12 de abril de 2010 (Acordo Militar Brasil - Estados Unidos, Ministério das Relações Exteriores - 07/04/2010). Esse acordo não considera do Conselho de Segurança da UNASUL. Isso é também contraditório considerando o fato de que a França e não os Estados Unidos, tem aumentado sua influência militar no Brasil. Esse aumento de influência pode ser observado quando o ex-presidente Lula revelou sua predileção pessoal pela compra dos caças da DASSAULT-RAFALE (disponível em:

http://www.band.com.br/noticias/brasil/noticia/?id=208352 extraído em 14/11/2011) mas não só, adiciona-se a esse fato, a possibilidade de inclusão da França nas Cúpulas dos países amazônicos, pois teria como argumento o fato de sua colônia, a Guiana Francesa, estar situada na região amazônica.

Tentaremos aprofundar mais essas contradições ao abordarmos a questão da revitalização da Indústria de Brasileira de defesa. A conceitualização da guerra por Sun Tzu (2003) aliado às informações e dados sobre as projeções de gastos com material bélico faz pensarmos que os países da América do Sul tem razões para desconfianças, pois elas são fomentadas quando o governo brasileiro tenta revitalizar sua indústria de material de defesa. Certamente se não estivéssemos falando de um gigante territorial e econômico como o Brasil, sendo um dos países que mais gastam com materiais bélicos no hemisfério sul, não existiria problemas.

5.1.1 - A Revitalização da Indústria Brasileira de Defesa

Segundo Sun Tzu (2003), a guerra possui resultados incertos, é um negócio perigoso, as suas condições devem ser determinadas antes da guerra, geralmente seus resultados são definidos em tempos de paz, ou com a formulação de uma estratégia que evite o confronto direto. A preparação para a guerra em tempos de paz é decisiva para o alcance de resultados satisfatórios, a articulação de cálculos, meios e fins, assim como a elaboração de uma estratégia, que considere disposições, energia, variáveis, manobras empregadas nas táticas, assim como no terreno.

> Pois obter cem vitórias em cem batalhas não é o máximo da habilidade. “O máximo da habilidade é subjugar o inimigo sem lutar”. Wang Hsi: batalhas são negócios perigosos. Chang Yu: Se não puderes anular o plano do inimigo no berço ou quebrar-lhe as alianças quando estão prestes a concluir-se, aguça as armas para obter a vitória..(...) 10. “Assim, os homens experientes na guerra subjugam o exército inimigo sem combate. Capturam suas cidades sem assaltá-las e dominam seu Estado sem delongar as operações”. (...) Li Ch’üan: Eles conquistam pela estratégia. 11. Teu objetivo deve ser intacto Tudo está sob o céu. Assim, tuas tropas não se cansarão e teus ganhos serão completos. Tal é a arte da estratégia ofensiva. (SUN TZU, 2003, pp.33, 35 e 36).

É baseado nas teses de Sun Tzu (2003), sobre a estratégia, que afirmamos a importância para os militares em se alcançar uma superioridade bélica brasileira na América do Sul em tempos de paz, sua justificativa seria a necessidade do reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.

No final de 2010, o conjunto de *Diretrizes do Brasil 2022* ganhou seus textos preparatórios. Os ministérios foram agrupados em quatro setores: Economia, Sociedade, Infraestrutura e Estado. Cada ministério possui um texto. Esses textos são resultados do esforço de Grupos de Trabalho que os elaboraram a partir dos planos e programas de cada Ministério. Todos os textos possuem a seguinte estrutura. 1. importância estratégica da área; 2. Principais avanços recentes; 3. Metas e ações (Brasil 2022, 2010).

O documento destaca os principais avanços recentes em 2009, tais como:

- Assinatura de contrato para produção nacional de 27 navios-patrulha.
- Criação do Conselho de Defesa da Unasul.
- Aquisição de 50 helicópteros EC-725, com transferência de tecnologia de produção.
- Celebração do contrato para construção de quatro submarinos Scorpène, para desenvolvimento e construção da parte não-nuclear do submarino de propulsão nuclear brasileiro, para construção de uma base de submarinos e estaleiro associado, com transferência de tecnologia de produção;
- Assinatura de contrato com a Embraer para desenvolver aeronaves de transporte e reabastecimento em vôo – Projeto KC-390.

Estava previsto para o período entre 2008 e 2010:

- Assinatura do contrato e início da construção do Sistema Plataforma de Lançamento do Veículo Lançador de Satélites -1.
- Ampliação da presença militar na Região Amazônica e áreas de fronteira.
- Elevação do orçamento de defesa em 314%.

As metas até 2022, são:

Elevar em 40%, no mínimo, a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira.

Para tal:

a) concluir, em 2010 a aquisição do primeiro lote de aeronaves de caça do Projeto FX-2; b) adquirir, até 2022 a quantidade mínima de 88 caças de 4ª geração ou de geração superior; c) dispor, até 2015, de um mínimo de duas unidades de transporte de tropa KC – 390 (aeronave de transporte em desenvolvimento na Embraer); d) adquirir, até 2022, o mínimo de 28 aeronaves KC – 390; e) desenvolver e produzir um mínimo de 25 Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant), dos quais 15 serão de reconhecimento e 10 de combate como forma de reduzir os custos e os riscos em comparação às operações com aeronaves tripuladas; f) construir três bases aéreas na Região Amazônica e ampliar as já existentes. (Brasil 2022, 2010, pp.362, 363).

Segundo Roberto Godoy, jornalista e especialista na área da defesa, os compromissos brasileiros na área de defesa somavam, sem a compra dos caças, aproximadamente 21 bilhões de dólares até 2014. (GODOY, 2010). Esta dotação já colocaria a área de defesa como a terceira no item de gastos orçamentários do governo federal. Estes recursos serão destinados a compra de um submarino nuclear e três submarinos franceses convencionais, mas o plano é chegar a seis submarinos nucleares e 20 submarinos convencionais. Para Roberto Godoy (2010) isto não representa uma corrida armamentista, mas a obtenção da capacidade dissuasória, ou seja inibir as intenções hostis com relação ao Brasil. As três tabelas a seguir do Military Power Review demonstram que no período entre 2005 e 2010 as dotações para área de defesa cresceram e o Brasil, ano a ano, mantêm-se na dianteira de gastos em material de defesa na América do Sul, mesmo apesar da crise econômica surgida no final de 2008.

Em 2010 a queda do preço do dólar desacelerou a produção industrial e forçando a balança comercial que vinha tendo superávits desde 2003. Desde 2008 os números das exportações estão caindo e o cenário mostra

fortes indícios de uma guerra cambial representada pela redução do dólar no mercado internacional que é parte da estratégia econômica do governo norte-americano com o objetivo de estimular suas exportações. (Revista Veja, 27-09-2020).

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, anunciou em 15/02/2011 que o corte no orçamento da Defesa iria sofrer um contingenciamento de aproximadamente R$ 4.024 bilhões, o que corresponde a uma redução de 26,5% em relação ao valor total de R$ 15.165 bilhões, prevista para a pasta na Lei Orçamentária Anual (LOA). (Ministério da Defesa 15/02/2011, disponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2454215-15022011-defesa-corte-orcamentario-na-defesa-devera-ser-de-r-4-bilhoes-diz-ministro-jobim.html extraído em 31/03/2011).

Em fevereiro de 2011 a presidenta Dilma suspendeu a compra de 36 caças para integrar a Força Aérea Brasileira (FAB), após anunciar um corte no orçamento de aproximadamente R$ 50 bilhões. Segundo ela não havia “clima” na economia para que se gaste US$ 7 bilhões (cerca de R$ 12 bilhões) com os aviões caças FX. Os membros da área econômica acreditam que o ciclo de ajuste - contingenciamento orçamentário - subida dos juros, deve durar todo o ano de 2011. Apenas em 2012 é que assunto poderá entrar em pauta novamente. (MONTEIRO Tânia; NOSSA, Leonencio, 2011).

É preciso observar que essas despesas com defesa foram postergadas para 2012 sob o argumento de que todos os gastos devem estar voltados ao aquecimento da economia. Foram suspensos, mas não foram cancelados, pois o governo se comprometeu a retomar a discussão e decidir após a superação da crise econômica. Há uma política estratégia muito bem delineada na Estratégia Nacional de Defesa (2008).

É preciso observar que no Governo Lula (2003-2010) o Brasil, após a crise de 2008, pontuou ainda mais nas tabelas que demonstram os gastos com itens de defesa (divulgadas pela Military Power Review). O país saltou de 630 pontos, adquiridos em 2005-2006, para 800 pontos em 2007-2008 e 820 em 2009-2010. (observar tabelas 01, 02 e 03).

Tabela 01[23]

Tabelas comparativas de gastos com ítens de defesa (pontuação) - biênio 2005-2006

Países	Exercito	Marinha	Força Aérea	Efetivos p/ pop.	GM/ PIB	EDN	PE	Total de Pontos	Posição	
Brasil	198	154	174	10	30	25	39	630	1°	
Chile	152	104	92	30	30	20	21	449	2°	
Peru	120	99	63	40	50	30	17	419	3°	1
Argentina	143	105	72	10	30	15	27	402	4°	1
Colômbia	74	61	72	30	30	35	14	316	5°	1
Venezuela	47	49	75	40	50	20	22	303	6°	1
Equador	56	53	40	40	40	10	5	244	7°	

Military Power Review: www.militarypower.com.br Extraído em 15/03/2012

[23] **Exército:** pontuaram tanques pesados (MBT), blindados 6x6 e 8x8 artilhados, blindados de transporte de tropas, canhões autopropulsados e helicópteros.
Marinha: pontuaram navios-aeródromos, submarinos, fragatas, corvetas, navios de patrulha, helicópteros e aviões de esclarecimento marítimo/patrulha/anti-submarinos.
Força Aérea: pontuaram aviões AEW&C/SR, caças, aviões de ataque (a jato), aviões leves de treinamento/ataque, aeronaves de transporte/reabastecimento em vôo e helicópteros.
Efetivos por população = índice do total de efetivos das três Armas em relação à população do país. Quanto maior este índice maior a pontuação recebida (de 10 a 50 pontos).
G.M./PIB = índice dos gastos militares em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Quanto maior este índice maior a pontuação recebida (de 10 a 50 pontos).
E.D.N. = Estratégia de Defesa Nacional: considerou-se planejamento de longo prazo, vontade política, interesse no fortalecimento das Forças Armadas, indústria bélica e Política de Defesa Nacional.
P.E = Projeção Estratégica: considerou-se a população total, área do país, efetivos militares, Produto Interno Bruto (PIB), capacidade de mobilização e atuação em missões de paz da ONU.
Nota do editor: A partir da edição 2008, alteramos a pontuação de alguns equipamentos para que refletissem melhor a sua importância, o que fez a pontuação final de cada país aumentar em relação aos resultados de 2004 e 2006.
Nota do Editor: A partir da edição 2010, resolvemos ponderar o estágio atual da indústria e o grau de obsolescência dos armamentos, com o intuito de melhor refletir o real poder de dissuasão de cada país.
Fonte: Disponível: Military Power Review: www.militarypower.com.br Extraído em 15/03/2012

Tabela 2

Tabelas comparativas de gastos com ítens de defesa (pontuação) - biênio 2007-2008.

Military Power Review: www.militarypower.com.br Extraído em 15/03/2012

PAÍSES	Exercito	Marinha	Força Aérea	Efetivos por população	GM/PIB	EDN	PE	Total de Pontos	Posição
Brasil	289	139	272	10	40	35	35	820	1°
Chile	201	94	108	40	50	33	15	541	2°
Peru	199	96	106	30	30	5	15	481	3°
Argentina	80	62	170	40	50	15	15	432	4°
Colômbia	143	93	71	10	20	10	25	372	5°
Venezuela	86	63	105	20	30	18	15	337	6°
Equador	48	41	32	20	30	-1	10	171	7°

Tabela 3 - Tabelas comparativas de gastos com ítens de defesa (pontuação) - biênio 2009-2010.

PAÍSES	Exercito	Marinha	Força Aérea	Efetivos p/ pop.	GM/ PIB	EDN	PE	Total de Pontos	Posição	
Brasil	252	161	275	10	25	25	47	800	1°	
Chile	198	105	112	40	35	35	26	556	2°	1
Peru	188	105	137	30	15	15	26	531	3°	1
Argentina	148	107	95	10	20	20	34	434	4°	
Colômbia	60	71	130	40	25	25	30	406	5°	1
Venezuela	89	80	142	20	30	30	19	400	6°	1
Equador	51	56	51	40	15	15	8	261	7°	

Fonte: Military Power Review: www.militarypower.com.br Extraído em 15/03/2012

Quando analisamos a Estratégia Nacional de Defesa (2008) constatamos que mais do que o reaparelhamento, como afirmaram os comandantes militares, o que se pretende é a reformulação da Indústria de Defesa no Brasil. Essa reformulação prevê a criação e manutenção de um regime especial para a Indústria com subsídios e isenções governamentais. Segundo suas diretrizes a Estratégia Nacional de Defesa deverá estar em consonância com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

> 1. Estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas se desperta para a nacionalidade e constrói-se a nação. Defendido, o Brasil terá como dizer, quando tiver que dizer não. Terá capacidade de construir seu próprio modelo de desenvolvimento. O segundo eixo estruturante refere-se a organização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamentos da forças armadas apóie-se em tecnologias sob o domínio nacional. (Estratégia Nacional de Defesa, 2008, pp. 02 e 03).

Dagnino (2010) menciona uma rede de revitalização da Indústria de Defesa formada por atores militares e civis que surgira a partir de 2003 e atendia a uma antiga reivindicação dos militares. A organização de um ciclo de debates em Brasília (iniciado em 2003), em matéria de defesa e segurança seria o marco inicial do ressurgimento da indústria de material de defesa no Brasil. Os temas abordados no ciclo eram o re-aparelhamento das forças armadas e a revitalização da indústria de defesa. Foi consensual a idéia de que a revitalização dependeria de uma reorganização baseada em um novo contexto geopolítico.

Dagnino (2010) afirma que o empresariado da área de Indústria de Defesa (ID) não leva em consideração a relação entre uma *racionalidade geopolítica* e uma racionalidade *macroeconômica.*

> Nesse sentido é necessário aclarar que o termo “macroeconômica” (...) deve ser empregado para fazer referência a decisões que devem ser tomadas e implementadas de acordo com critérios de racionalidade econômica e social. (...) devem ser de natureza pública, coletiva, atinente ao interesse nacional, social; e não apenas com a ID. No caso brasileiro, portanto parece legitimo

> argumentar que, ao lado da racionalidade geopolítica, os atores públicos e privados que participam desse processo decisório, que se dá inevitavelmente com forte intermediação do Estado, devem contemplar uma racionalidade econômico-social que beneficie, como a primeira, o conjunto da sociedade. (DAGNINO, 2010, pp. 31).

Essa rede de revitalização é formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, pesquisadores e jornalistas.), que participam do jogo da revitalização da Indústria de Defesa. Um grupo de pressão que procura influenciar o processo de elaboração de políticas públicas. No caso, o setor de defesa. Essa rede de revitalização criou uma agenda particular cujo objetivo é fazer com que seja admitida na agenda política pública. (DAGNINO, 2010, pp. 36).

As repercussões da Estratégia Nacional de Defesa (2008), tem feito com que membros da rede de revitalização defendam a imediata reativação da Indústria de Defesa, sobretudo fomentando a sinergia entre o governo e o setor privado. Segundo Renato Dagnino qualquer empresa da Indústria de Defesa poderá obter recursos públicos vendendo ao governo ações especiais denominadas *golden shares*. Por exemplo, esse tipo de operação é utilizado quando uma empresa da indústria de defesa iniciar um novo projeto ou programa de grande porte ou quando ela se encontrar em dificuldades financeiras. Emitirá ou venderá ações que serão compradas pelo governo. Essa situação abre um precedente para que ao arcar com os custos de uma péssima gestão, o governo compre o que se chama no mercado financeiro de título podre. No caso seriam transferidos para o governo os títulos podres da Indústria de Defesa Brasileira. (DAGNINO, 2010, pp. 222, 228)

Segundo Dagnino:

> ... Parece que a disposição foi proposta para beneficiar direta e imediatamente uma empresa. Na realidade, a Avibrás, a única empresa grande e de alto conteúdo tecnológico dedicado a produção de MD (Material de Defesa), mais precisamente, de sistemas de armas que conta a ID (Indústria de Defesa). A única das que, junto com a Engesa, Embraer, formavam o núcleo duro da ID do “período áureo” e que sobreviveu sem alterar de modo importante a sua estrutura; como se sabe a Engesa faliu, e a Embraer depois de

> privatizada, mudou significativamente sua postura de desenvolvedora de tecnologia e seu comportamento em relação à área militar. (DAGNINO, 2010, pp. 223).

Para os militares, a indústria nacional deverá desenvolver tecnologia voltada para a finalidade bélica. Inclusive a compra de material bélico pelas forças armadas não seguirão os ritos normais, pois não mais precisarão da licitação que sempre representou transparência na administração pública. (DAGNINO, 2010)

Um fato que merece ser observado é a nomeação de José Genoíno para Assessor Especial do Ministério da Defesa em 2011, durante a gestão de Nelson Jobim e atualmente Celso Amorim. José Genoíno fez parte da preparação para a Guerrilha do Araguaia que tinha como objetivo a derrubada do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) pela via armada. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputado federal entre 1983 – 2011. Foi presidente da Comissão de Assuntos de Defesa e Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, notabilizando-se pelos conhecimentos adquiridos na área da Defesa. Em 2010 não foi reeleito para a Câmara dos Deputados, mas em 2011 foi nomeado como Assessor Especial do Ministério da Defesa.

Esse fato gerou estranheza, pois seu passado de esquerda e, sobretudo de oposição armada ao Regime Militar poderá ser considerado um contra-senso, pois estaria em contato direto com àqueles em que outrora combatera. Este gesto pode ser interpretado como a conversão do ex-deputado José Genoíno aos preceitos militares, principalmente quando afirma que os investimentos em Defesa devem ser entendidos como parte do projeto de desenvolvimento brasileiro. Em seu site o deputado coloca em destaque a seguinte afirmação:

> Os investimentos em Defesa são parte do Projeto de Desenvolvimento Nacional. E a Defesa é o escudo desse Projeto. (GENOÍNO, 2011, disponível em http://genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=903 Extraído em 03/11/2011).

Essa afirmação vai de encontro a Estratégia Nacional de Defesa que tem como premissa o acoplamento entre defesa e desenvolvimento nacional.

Sobre esse aspecto afirma que a Estratégia Nacional de Defesa é um fato relevante *na história sobre o papel das Forças Armadas, da sua reorganização.* Justifica seu apoio a Estratégia Nacional de Defesa considerando seu passado como guerrilheiro no Araguaia e sua atuação como Assessor Especial do Ministério da Defesa, pois segundo ele, esse é *um documento feito olhando para o futuro e não para o passado*. Ao final, qualifica a Estratégia Nacional de Defesa afirmando que foi consolidada *num debate político estratégico com os comandantes militares e numa política de governo e de Estado*. (GENOÍNO, 2011, disponível em http://genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=903 (Extraído em 03/11/2011).

Há pouco mais de um ano como Assessor Especial do Ministério da Defesa Genoíno está se convertendo em um hábil articulador dos interesses dos Comandos Militares no Congresso Nacional, certamente devido ao prestígio adquirido através de sua trajetória como deputado federal por quase 30 anos. Em 2011 foi aprovada pela Câmara Federal a criação da Comissão da Verdade[24], responsável por apurar violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988. Esse período inclui a Ditadura Militar que se inicia em 1964 e se encerra em 1985. Essa comissão deverá apurar crimes cometidos pelas Forças Armadas do Brasil e opositores ao Regime Militar. O texto final foi aprovado sem emendas, da maneira como os três Comandos das Forças Armadas queriam, ou seja, sem possibilidade de processos judiciais contra militares devido à Lei da Anistia de 1979. Essa lei estabelece a anistia geral e irrestrita para torturados e torturadores, perseguidores e perseguidos durante a ditadura.

Nesse caso, o atendimento do ex-deputado aos interesses da caserna torna-se evidente quando afirma que o projeto recebeu o referendo dos três

[24] O projeto estabelece que a Comissão Nacional da Verdade deverá "promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior". Sua composição, diz o texto, será de "sete membros, designados pelo presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como o respeito aos direitos humanos". O prazo fixado para apuração é de dois anos. Fonte: Ministério da Defesa, Assessoria de Comunicação Social, Disponível em: https://www.defesa.gov.br/phocadownload/arquivos_resenha/2011-09-08/4.cb%20-%2008%20set%2011%20-%20completa.pdf Extraído em 04/11/2009.

comandantes militares para que permaneça como está e que conversou com 16 líderes de bancadas de partidos no Congresso para que seja votado o mais rápido possível.

> O projeto já recebeu o referendo dos três comandantes militares para que a Comissão seja aprovada do jeito que está, sem emendas. Já conversei com 16 líderes. O clima é para votar logo. (GENOÍNO, 2011. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/phocadownload/arquivos_resenha/2011-09-08/4.cb%20-%2008%20set%2011%20-%20completa.pdf Extraído em 04/11/2011)

A segunda frente em que José Genoíno está articulando é a da Indústria de Defesa. Em um evento organizado pela Prefeitura de São Bernardo do Campo realizado em 2011 para discutir a revitalização da Indústria Brasileira de Defesa e que resultou na publicação intitulada: *A Nova Fronteira da Indústria de Defesa,* ali Genoíno tem o trabalho intitulado *Cooperação entre Civis e Militares: base para o desenvolvimento sustentado onde* explicita que *precisamos de maior agressividade empresarial no que se refere á exportação de produtos e serviços militares.* Nessa passagem de seu artigo é evidenciado seu engajamento na revitalização da Indústria de Defesa Brasileira.

Em seguida, faz uma análise sobre o tamanho dessa indústria de defesa, segundo ele,

> São filiadas a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), apenas 132 empresas e, destas, somente 35 são exportadoras, com montante de negócios de aproximadamente R$ 1 bilhão, em um mercado que, em escala mundial, movimenta R$ 1 trilhão. (GENOÍNO, 2011, pp. 27).

Afirma o potencial de crescimento que essa indústria teria ao considerarmos *a* capacidade produtiva nacional, pois 60% da Indústria de Material de Defesa Brasileira filiadas a ABIMDE são empresas de pequeno porte. (GENOÍNO, 2011, pp. 27).

Aponta também para as oportunidades da Indústria Brasileira de Defesa Brasileira no atendimento às demandas da ONU.

> Recentemente, o Ministério da Defesa fez-se representar em reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os temas debatidos na ocasião, a oportunidade de as empresas nacionais participarem ativamente no atendimento

> das demandas daquele organismo. Em um mercado próximo a US$ 6 bilhões, as empresas brasileiras, apenas 14 credenciadas, participam com fatia inferior a US$ 1 milhão. Isto torna evidente a importância da existência de empresas líderes, capazes de aproveitar as oportunidades suscitadas pela tendência à terceirização da ONU por meio de *main contractors*, dos quais o organismo mundial exige, por exemplo, a montagem e a operacionalização de acampamentos de tropa. As empresas brasileiras precisam aproveitar essa excelente janela de oportunidade. (GENOÍNO, 2011, pp. 28)

Em 2011, José Genoíno foi agraciado com a Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico no grau de Comendador. Este fato representa, sem sombra de dúvidas, a definitiva inserção de José Genoíno nos círculos castrenses, pois se trata da maior comenda concedida pela FAB a uma personalidade. Essa comenda é conferida como o reconhecimento pelos serviços prestados à Aeronáutica por personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras. (GENOÍNO, 2011, disponível em http://genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=903 extraído em 03/11/2011).

5.1.2 - Contestações à liderança brasileira.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas[25] é um órgão da Organização das Nações Unidas cujo mandato é zelar pela manutenção da paz e da segurança internacional. É o único órgão do sistema internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os Estados-membros da ONU, podendo inclusive autorizar intervenção militar para garantir a execução de suas resoluções. O Conselho é conhecido também por autorizar o desdobramento de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais. O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Rússia (ex-União Soviética) e a República Popular da China. Os demais 10 membros são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 anos. (disponível em: http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/ Extraído em 08/10/2011).

A reivindicação brasileira de ocupação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas foi o principal assunto da pauta de interesses brasileiros na visita do presidente Barack Obama ao Brasil. Segundo Dora Kramer, importante analista do jornal O Estado de S. Paulo afirma que os EUA relutam em explicitar esse apoio ao Brasil por questões estratégicas específicas, pois se apoiar claramente o Brasil poderia criar problemas com Argentina e México, dois países que tem as maiores economias latino-americanas depois do Brasil. Kramer questiona a importância para o Brasil de pleitear um assento permanente no CS da ONU. Para responder a esta pergunta recorre a Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer, ambos, ex-ministros das relações exteriores do Brasil no Governo FHC. Para Lampreia esse assento permanente representaria um ícone do novo status brasileiro, pois atualmente, o Brasil tem sua posição internacional consolidada.

[25] Uma resolução do Conselho de Segurança é aprovada se tiver maioria de 9 dos quinze membros, inclusive os cinco membros permanentes. Um voto negativo de um membro permanente configura um veto à resolução. A abstenção de um membro permanente não configura veto. Fonte: site do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponivel em: http://www.un.org/Docs/sc/ Extraído em 11/07/2011

Segundo Lafer este assento permanente marcaria a posição protagonista ocupada pelo Brasil no mundo atualmente.

Em visita do presidente dos EUA, Barack Obama, ao Brasil, em 19 de março de 2011 a presidente do Brasil Dilma Rousseff, em seu discurso (ver anexo g, pp. 166), falou sobre a lentidão das reformas nas instituições multilaterais e defendeu reforma da governança em instituições como o Fundo Monetário Internacional – (FMI), no Banco Mundial, sobretudo a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

> Preocupa-me igualmente a lentidão das reformas nas instituições multilaterais que ainda refletem um mundo antigo. Trabalhamos incansavelmente pela reforma na governança do Banco Mundial e do FMI. Isso foi feito pelos Estados Unidos e pelo Brasil, em conjunto com outros países. E saudamos o início das mudanças empreendidas nestas instituições, embora ainda que limitadas e tardias, quando olhada a crise econômica. Temos propugnado por uma reforma fundamental no desenho da governança global: a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. (ROUSSEFF, 2011)

A presidente Dilma falou em relações entre iguais, referindo-se a relação entre Estados Unidos e Brasil.

> Senhor Presidente, quero dizer-lhe que vejo com muito otimismo nosso futuro comum. No passado, esse relacionamento esteve muitas vezes encoberto por uma retórica vazia, que eludia o que estava verdadeiramente em jogo entre nós, entre Estados Unidos e Brasil. Uma aliança entre os nossos dois países - sobretudo se ela se pretende estratégica - é uma construção. Uma construção comum, aliás, como o senhor mesmo disse no seu pronunciamento sobre o Estado da Nação. Mas ela tem de ser uma construção entre iguais, por mais distintos que sejam esses países em território, população, capacidade produtiva ou poderio militar. (ROUSSEFF, 2011).

Certamente, não será um equivoco supor que ao ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil se torne um *global player*, um ator global, o único na América do Sul a fazer parte do

único órgão do sistema internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os Estados-membros da ONU. Sobretudo, não é exagero afirmar que essa condição daria ao Brasil um papel protagonista, não somente na América do Sul, mas na América Latina. Estaria consolidado como uma sub-hegemonia reconhecida em âmbito internacional. Políticamente ocuparia uma posição acima de Argentina e México.

Posturas como estas, adotadas pelo Brasil, embora sejam legitimas suscitam suspeitas dos países sul-americanos com relação a projeção continental brasileira. Por exemplo, setores jornalisticos e políticos de dentro e de fora do Brasil tem cunhado o termo "imperialismo brasileiro" termo conceitualmente inaplicável, mas que ganha força no imaginário político sul-americano. Nesta parte da tese mostramos essas contestações à liderança brasileira.

A revista *Le Monde Diplomatique Brasil* em fevereiro de 2009 publicou um dossiê chamado IMPERIALISMO BRASILEIRO. Pela primeira vez um órgão da imprensa brasileira faz um dossiê com o título *O* "Imperialismo Brasileiro". Levanta discussões sobre a existência ou inexistência do "Imperialismo Brasileiro" na América do Sul. Segundo o editorial a ação das empresas brasileiras na América do Sul e a declarada intenção de o governo brasileiro liderar o Bloco Econômico Regional estão levando as organizações da sociedade civil e dos povos vizinhos a reclamar contra o que chamam de "Imperialismo Brasileiro".

> Não há duvidas quanto ao papel da liderança ao qual o país se propõe e de fato assume na região. Não há nenhum outro com as suas condições para liderar o processo de integração. O que está em causa é a política de integração que o Brasil implementa (até hoje questionada por muitos) de simplesmente defender os interesses do empresariado brasileiro. (CACCIA BAVA, 2009, pp.03)

O editorial descreve o envolvimento do governo brasileiro nos negócios entre as empresas brasileiras e os governos dos países sul-americanos. Esse envolvimento ocorre através do estabelecimento da clausula em que o BNDES só financia projetos públicos se as empresas brasileiras forem executoras dos projetos e fornecedoras do material empregado nas obras.

> Até hoje predomina a visão de que o governo está mais a serviço do empresariado que do bem público. (CACCIA BAVA, 2009, pp.03).

Essa revista destaca ainda os movimentos militares na região de fronteira com o Paraguai, a chamada Operação militar Fronteira Sul II, realizada entre 13 a 24 de outubro de 2008, perto da fronteira com o Paraguai. Com relação a esta operação, o dossiê ainda destaca a entrevista do general José Elito de Carvalho, comandante desta operação, ao site Defesanet onde afirmou que se o presidente Lula ordenasse, teria ocupado a represa de Itaipu. Teria dito ainda que a tal *Operação Fronteira Sul II* era uma mensagem de que os brasileiros estão atentos ao caso dos brasiguaios que sofrem com as invasões de terras e ameaça de perder suas propriedades adquiridas de forma legal.

Imagem 01. Revista *Le Monde Diplomatique Brasil,* fev. 2009. Dossiê chamado IMPERIALISMO BRASILEIRO.

Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/edicoes_anteriores_det.php?edicao=20&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468
Extraído em 30/05/2012

Sob o titulo *O anão zangado* a reportagem da revista Veja do ano de 2000 repercutiu as afirmações do então presidente Batle do Uruguai, de que o Brasil era responsável pela crise uruguaia, pois após a desvalorização do Real fez com que os moradores das cidades fronteiriças de Artigas, Rio Branco e Rivera passassem a fazer suas compras no lado brasileiro. Os

produtos brasileiros custariam a metade do preço. Segundo a reportagem, O presidente Jorge Battle costuma dizer que Uruguai e Argentina devem unir-se para conter o "imperialismo brasileiro". (Revista Veja, edição 1661 – 09/08/2000).

> A crise do arroz é um dos pontos principais da polêmica. Com reclamações de que os fazendeiros vizinhos praticam competição desleal ao conseguir preços excepcionais à custa de subsídios, os produtores gaúchos entopem a Justiça do Rio Grande do Sul com processos para barrar a entrada no país do arroz estrangeiro. Esse frágil argumento é sempre derrubado nos tribunais, mas as ações constantes acabam inviabilizando na prática os negócios uruguaios. Eles exportam 70% da produção de arroz para o Brasil. Com a crise comercial, o volume caiu pela metade. Uma curiosidade: metade do arroz uruguaio sai de campos arrendados por arrozeiros brasileiros com lavouras em ambos os lados da fronteira. (Revista Veja edição 1661 - 09/08/2000)

Segundo Charleaux (2011) os atritos entre as brasileiras Petrobrás, Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, Furnas, Itaipu e BNDES contra os governos da Bolívia, do Equador e do Paraguai nos anos 2000, desperta o temor de que o Brasil estivesse sofrendo uma onda de rejeição na América do Sul, eram seus exemplos a expulsão da mineradora brasileira EBX (Grupo Eike Batista - abril de 2006) da Bolívia pelo presidente Morales, assim como os casos de ameaças a agricultores brasiguaios na região central do Paraguai, as ocupações militares de instalações da Petrobrás na Bolívia (2006) e a expulsão de quatro representantes da Odebrecht no Equador (Setembro de 2006). Analistas afirmavam naquele momento que o clima, para o Brasil, tinha mudado e as tensões comerciais, se não fossem bem administradas, poderiam contaminar a política e a segurança da região. (CHARLEAUX, 2011).

O principal jornal paraguaio ABC COLOR afirma em seu editorial que *El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma* e que a vitória de Dilma Rousseff, afilhada política de Lula, representa a continuidade da política visando hegemonia na região. Segundo o jornal paraguaio, o Brasil continuará a submeter seus vizinhos. Representa a mesma continuidade da política imperialista de Lula, pois não há nenhum interesse em desmontar o

perverso esquema imperialista que tem origens no período colonial. A integração nada mais é do que uma estratégia brasileira a assegurar suas manobras hegemônicas que impossibilitam o progresso do Paraguai. (El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma. ABC Color: 01/11/2010. Disponível em: http://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html Extraído em: 10/04/2012)

> El triunfo de Dilma Rousseff – la candidata presidencial apadrinada por Lula da Silva– en las elecciones que se registraron este fin de semana en Brasil no supone ninguna esperanza de que el próximo gobierno de ese país abdicará de sus afanes hegemónicos en la región y dejará de someter a sus vecinos, en particular al Paraguay, a una odiosa subordinación. Muy por el contrario, existen sobrados elementos para suponer que esta dará continuidad a la misma política imperialista de su jefe y mentor. La experiencia permite suponer que el acoso permanente a nuestro país continuará igual o peor durante el gobierno de Dilma. No existe ninguna real intención de desmontar el perverso esquema expansionista e imperialista que ese país viene aplicando de manera sistemática con el Paraguay desde las lejanas épocas de la colonia. La vacía retórica de la "integración" no ha sido más que una estrategia del Brasil destinada a asegurarse que sus maniobras hegemónicas le permitan en la actualidad seguir teniendo el exclusivo manejo de las llaves que abren o cierran toda oportunidad de progreso o desarrollo individual en nuestro país. (**El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma. ABC Color: 01/11/2010. Disponível em:** http://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html **Extraído em: 10/04/2012).**

Segundo o jornal, o que comprova suas afirmações é que em nível regional, no âmbito do MERCOSUL o Paraguai continua um "escravo", o que fica evidente porque o Brasil consolidou maioria no PARLASUL[26]. No caso de Itaipu, o Brasil não tomou nenhuma medida concreta para facilitar a livre disponibilidade da energia que é de direito do Paraguai.

> A nivel regional, en el ámbito del Mercosur, el Paraguay continúa siendo tratado como un esclavo. Hace escasos días, el Brasil consolidó su supremacía al interior del Parlasur, donde tendrá 75 escaños, mientras que nuestro país solo ocupará 18 plazas, lo cual

[26] O Parlamento do MERCOSUL foi constituído em 06 de Dezembro de 2006, substituindo a Comissão Parlamentar Conjunta , sendo o órgão, por excelência, representativo dos interesses dos cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai y Uruguai. Fonte: site do Parlamento do MERCOSUL. http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/4300/1/secretaria/Sobre_o_Parlamento.html?seccion=2

> significa el definitivo conculcamiento del principio de la igualdad de los Estados, norma primaria y básica del derecho internacional. (...) En el ámbito bilateral, y a pesar de las reiteradas y publicitadas promesas de reivindicación de nuestra soberanía energética por parte del presidente Fernando Lugo, el Brasil aún no ha tomado alguna decisión concreta destinada a facilitar la libre disponibilidad de la energía de Itaipú que nos pertenece legítimamente, ni el pago de un precio justo por la misma. **(El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma.** ABC Color: **01/11/2010. Disponível em: http://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html Extraído em: 10/04/2012**).

Afirma que não há política para a integração da cadeia produtiva brasileira e paraguaia e que o comércio entre Brasil e Paraguai, aquele feito em Ciudad Del Leste e Foz do Iguaçu, é uma fonte de problemas sem solução, pois os preços do Paraguai são muito baixos com relação ao Brasil, além disso, os órgãos do governo como a Receita Federal perseguem cidadãos brasileiros que praticam esse comércio, criando dificuldades ao Paraguai. Sem contar as manobras militares na região de fronteira.

> Ninguna determinación ha sido tampoco adoptada por el gobierno del saliente mandatario brasileño en lo atinente a la integración de nuestras cadenas productivas. Es más, el comercio interfronterizo entre Ciudad del Este y Foz de Yguazú aún continúa siendo un problema no resuelto, y es objeto de los ataques más virulentos y oprobiosos por parte del Brasil. La diferencia de precios en el lado paraguayo es sencillamente abismal, y ante la clara oportunidad que esta representa para los consumidores del país vecino, la administración de Lula no ha encontrado mejor idea que la de perseguir a sus conciudadanos que realizan compras en nuestro territorio, y arremeter con medidas de todo tipo contra la capital del Alto Paraná, en un intento por asfixiar –y si es posible hacer desaparecer– el intercambio que existe entre esa pujante zona del país y el suyo. (El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma. ABC Color: 01/11/2010. Disponível em: http://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html Extraído em: 10/04/2012).

O ABC Color, (21-01-2007) em editorial utilizou um tom nacionalista para criticar a atuação do Brasil no caso da bi-nacional Itaipu. O editorial afirma que a *desapiedada e tirânica exploração* gera *frustração e rancor* na população paraguaia, o que poderia *criar situações de violência física*. O último editorial do ABC volta à carga: *Injusta situação de Itaipú conduz à violência*.

Em carta-resposta, datada de 02 de outubro de 2010, ao jornal paraguaio ABC Color, o diretor-geral de Itaipu, o brasileiro Jorge Samek,

rebateu as críticas feitas em editorial da edição de segunda-feira. Samek afirma que leu com atenção devida o editorial *Afrentosa interpretación brasileña sobre Itaipú*. Esse editorial repercute sobre a participação de Samek em audiência pública promovida pelo Grupo de Representantes Brasileiros no Parlamento do MERCOSUL cujo tema foi Itaipu Binacional e o MERCOSUL.

Samek rebateu a afirmação do jornal paraguaio quando este afirmou que teria exagerado *los supuestos beneficios al Paraguay* e escondido *los daños reales causados por el imperialista modelo de gestión impuesto em la entidad por el Brasil*.

Samek contesta essa afirmação aos mostrar que os benefícios financeiros gerados por Itaipu chegaram a U$ 7.704.893.000. Este número, que se refere ao montante pago às Altas Partes no período entre 1985 e 2006. Desse valor, coube ao Paraguai U$ 4.383.194.000. Ao Brasil U$ 3.321.699.000. A diferença é devida à remuneração por cessão de energia. Em 2007, as transferências líquidas da Itaipu para o Paraguai serão superiores a U$ 500 milhões. Ao final, Samek desafiou o jornal ABC COLOR a contestar com documentos esses números.

> Desafio este Jornal a contestar tais dados financeiros para provar que eu tenha exagerado "os supostos benefícios ao Paraguai." Os parlamentares brasileiros ficaram igualmente impressionados ao receber informações sobre os cânones de eqüidade e paridade que constituem a base jurídica do modelo de gestão adotado em Itaipu, afastando qualquer possibilidade de desequilíbrio entre os países-sócios, em razão das assimetrias políticas e econômicas existentes (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Nota Oficial enviada ao jornal paraguaio ABC Color. 09/10/2007. Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/nota-oficial-enviada-ao-jornal-paraguaio-abc-color Extraído em 14/11/2011

Além dessas oposições, outras questões como a nacionalização do gás extraído da Bolívia ou seja a privatização da Petrobrás é um demonstrativo claro de oposição a ação das empresas brasileiras na Bolívia. Os discursos presidenciais sobre a nacionalização do gás boliviano confirmam essa afirmação. Dessa mesma maneira outra oposição a atuação do governo

brasileiro é a reivindicação paraguaia de revisão da tarifa de energia excedente vendida pelo Paraguai ao Brasil. Nesse caso também os discursos presidenciais confirmam uma oposição ao Brasil e sobretudo considera a revisão dessas tarifas uma questão de soberania. Essas duas questões destacamos logo a seguir.

5.1.3 - Brasil e Bolívia na Questão do gás.

A Questão da Nacionalização do Gás Boliviano teve origem na mudança da tributação da exploração de petróleo e gás. Em maio de 2005 foi aprovada, no Congresso da Bolívia, uma nova lei criando um imposto de 32% para as companhias de petróleo, sem contar os 18% já cobrados através de royalties[27]. O Congresso Nacional Boliviano promulgou a nova lei que não atendia aos interesses da oposição composta por movimentos camponeses, indígenas e sindicais do país. Eles reivindicavam a nacionalização do setor de gás e o cancelamento dos contratos com as multinacionais, entre elas a Petrobrás. Essa empresa estatal brasileira tinha interesse direto na exploração das riquezas minerais bolivianas, ao lado das empresas Repsol (espanhola) e "British Gas and British Petroleum" (britânicas). (Disponível em: http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/05/13/ult82u5893.jhtm extraído em 14-11-2011).

Com a chegada ao poder de Evo Morales, líder da oposição, foi rejeitado um artigo que incorporava à lei 76 contratos firmados entre a Bolívia e empresas estrangeiras a partir de 1996. Evo alegou que os contratos eram ilegais, pois não haviam sido aprovados pelo Congresso. Em seguida Evo Morales com tropas do Exército tomou uma instalação da Petrobrás para anunciar a chamada "nacionalização" da exploração do gás e do petróleo no país.(Disponível:http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/05/13/ult82u5893.jhtm extraído em 14-11-2011).

O governo boliviano também adotou medidas como o controle acionário pelo Estado sobre as duas refinarias da Petrobras no país e aumentou imediatamente o imposto sobre o gás de 50% para 82%. Caso as empresas

[27] Retribuição financeira paga mensalmente pelo franqueado ao franqueador pelo uso contínuo da

não aceitassem as medidas, teriam que deixar o país em 180 dias. O Decreto Supremo 28701 que dispõe sobre a nacionalização do gás boliviano invoca em tom nacionalista a defesa dos bens naturais bolivianos.

> *Quem em históricas jornadas de lucha, El pueblo há conquistado a costa de su sangue, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarburífera vuelva a manos de la nación y sea utilizada em benefício del país. Que El llamado processo de capitalizacción y privatización de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos–YPFB há significado no solo un grave daño econômico al Estado, sino además um acto de traicion a la pátria al entregar a manos estranjeras el control y la dirección de um setor estratégico, vulnerando la soberania y la dignidade nacionales.* (Decreto Supremo 28701. Disponível em http://www.cbh.org.bo/archivos/docs/nacionalizacion.pdf extraído em 10/04/2012).

Esse decreto, afirma que *o povo conquistou com sangue sua riqueza hidrocarburífera* e que esse bem natural voltou *às mãos da nação boliviana* no Governo Evo Morales (2006-), afirma também que antes, a privatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB, *fora um ato de traição à pátria boliviana,* pois entregaram *nas mãos de estrangeiros* um setor estratégico para a Bolívia, o que tornou vulnerável a soberania e a dignidade do país. (Disponível em http://www.cbh.org.bo/archivos/docs/nacionalizacion.pdf extraído em 10/04/2012).

De acordo com os decretos 24 e 135 da Constituição Boliviana todas as empresas estabelecidas no país são consideradas empresas nacionais e estão submetidas às leis e as autoridades do país.

> *Que de acuerdo a los artículos 24 y 135 de la Constituición política del Estado, todas La empresas establecidas em el país se consideran nacionales y estan sometida a La soberania, leyes, autoridades de la república. Que és voluntad y deber del Estado y del Gobierno Nacional, nacionalizar e recuperar la propriedad de los hidrocarburos, em aplicaccíon a la dispuesto por la Ley de Hidrocarburos.* (Disponível em http://www.cbh.org.bo/archivos/docs/nacionalizacion.pdf extraído em 10/04/2012)

---

marca. Disponível em: http://www.dicionarioweb.com.br/royalty.html extraído em 10/04/2012

Em sua mensagem a nação em La Paz, 25 de noviembre de 2007, o presidente Evo Morales considera o gás como um bem nacional que estava privatizado e que foi recuperado ou nacionalizado pelo Estado Boliviano, entendendo que essa importante matriz energética era um patrimônio do povo boliviano.

> *la recuperación, la nacionalización de los hidrocarburos se constitucionaliza, que los recursos naturales pasan a dominio del Estado boliviano, pero no solamente se garantiza o se nacionaliza sino que hay candados para que nunca más los hidrocarburos sean privatizados como antes.* (Disponível em: http://www.bolivia.de/es/noticias_imagenes/Discurso%20Presidente.pdf. Extraído em 10/04/2012).

5.1.4 - Brasil e Paraguai na Questão de Itaipu.

O discurso do ex-presidente Fernando Lugo - Represa de Itaipú - 26/04/11 lembra o dia 26 de abril de 1973 como um dia "sombrio" para o Paraguai, pois o Tratado de Itaipu firmado pelo ditador Paraguaio Alfredo Stroessner e o Brasil afrontaram a Soberania do Paraguai.

> *Recordamos ese día negro para el país (...) 26 de abril del 73[28]. Negros nubarrones cubrían la patria cuando se entregaban unas firmas, el Tratado de Itaipú. El Tratado que ha sido firmado nada más y nada menos que por el dictador Alfredo Stroessner y el brasileño que provocaba una grave afrenta a la soberanía nacional.* (LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011. Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011)

Segundo o ex-presidente Lugo esse dia foi o marco da política exterior entreguista paraguaia.

> *Por eso, ese día ha sido un capítulo más, aunque tal vez, el más importante dentro de una política exterior por el entreguismo de nuestra soberania.* (LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011. Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011).

[28] Data do Tratado entre Brasil e Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná.
Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=121681 extraído em 1004/2012.

Fala ainda que a recuperação da gestão soberana de Itaipu e dos recursos energéticos paraguaios é uma questão de orgulho nacional.

> *La recuperación de una gestión soberana de Itaipú y de nuestros recursos hidroenergéticos en general compartidos, es uno de los procesos que con mayor nitidez se observan como banderas reivindicatorias en tránsito hacia la realidad.* (LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011. Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011).

Sobretudo, o ex-presidente invocou as origens guaranis do povo paraguaio, fazendo alusão *a um povo que não se dobra a nada* quando a soberania do povo Paraguaio estiver em perigo. Considera a questão de Itaipu como uma questão de *recuperação da soberania energética* do Paraguai.

> *Lucha por la soberanía energética, recuperación de la soberanía energética del Paraguay. Hoy se puede decir, que lindo tener un sueño, pero mucho mejor, realizar juntos esos sueños.* (LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011. Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011).

Afirma que seu governo é o primeiro de toda a História do Paraguai a realizar a reengenharia da dignidade e projeta a expansão energética como um fator de desenvolvimento para o povo paraguaio.

> *Por lo tanto, se puede afirmar hoy, con absoluta coherencia que somos en la historia del Paraguay, el primer Gobierno que está realizando la reingeniería de la dignidad. Esto es transformar gigantescos emprendimientos, construidos de espaldas a los intereses generales del pueblo paraguayo, en obras de oportunidad social, para ustedes, para la mayoría, para el desarrollo de nuestro país.* (LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011 Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011).

O ex-vice-presidente do Paraguai, Federico Franco, ao participar do ato pelo dia dos heróis da pátria como Presidente em Exercício discursou reivindicando do Brasil a devolução, aos paraguaios, dos arquivos militares e religiosos que segundo ele o Brasil se nega a entregar. Isso seria uma pré-condição, segundo ele, para que cicatrizem as feridas ocasionadas pela Guerra da Tríplice Aliança.

> *Mí país nunca va cicatrizar la herida de la epopeya del*

> *65 al 70 si el Brasil no devuelve el archivo militar que injusta e injustificadamente retiene hoy así como el cañón "cristiano" que debe retornar al Paraguay para que se inicie la cicatrización del pueblo paraguayo con respecto a la guerra del 70.* (FRANCO, Frederico. Discurso. Disponível em http://www.vicepresidencia.gov.py/?noticia=296&t=presidente-en-ejercicio-participo-de-acto-por-el-dia-de-los-heroes Retirado em 06/07/2011).

Segundo Franco, a Argentina e o Uruguai devolveram ao Paraguai essas relíquias, somente o Brasil que não o fez até hoje.

> Igualmente sostuvo que los otros países aliados en la guerra de la triple alianza ya han devuelto al Paraguay las reliquias y elementos que les fueron sustraídos, no así el Brasil por lo que exhortó al Presidente Lula a devolver a nuestro país los archivos militares que forman parte de la historia. Ya el Uruguay con el presidente Máximo Santos de ahí el nombre de la avenida Gral. Santos, ya la Argentina cuando el Presidente y el Vicealmirante Rojas habían devuelto todos los trofeos de la guerra de la guerra contra la triple alianza, increíblemente Brasil, con quién tenemos las mejores relaciones, y ojalá este mensaje le llegue este mensaje al Presidente Lula más temprano que tarde, devuelva el archivo militar y el cañón cristiano que para nosotros los paraguayos tiene un gran sentimiento y que debe volver al archivo nacional y al lugar seguramente más preciado que el monumento Cerro Corá. (FRANCO, Frederico. Discurso. Disponível em http://www.vicepresidencia.gov.py/?noticia=296&t=presidente-en-ejercicio-participo-de-acto-por-el-dia-de-los-heroes Retirado em 06/07/2011).

Essas são as contestações à atuação do Brasil no hemisfério sul. São episódios da História recente da América do Sul onde o Brasil ocupa uma posição central. Mencionamos os discursos presidenciais de Bolívia e Paraguai, em defesa da nacionalização da Petrobrás e a revisão da tarifa de energia de Itaipu. Esses discursos sutilmente colocam essas como questões soberanas, pois representariam um obstáculo ao desenvolvimento tanto da Bolívia quanto do Paraguai. Anteriormente também mencionávamos a cunhagem do termo "imperialismo brasileiro" por setores jornalísticos como o jornal paraguaio ABC COLOR.

Essa oposição ao Brasil poderá sinalizar a dificuldade do país em ser

amplamente reconhecido pelos seus pares como um líder na América do Sul. Há muito ressentimento histórico e desconfianças no presente. É necessário considerar que a hegemonia brasileira requer o reconhecimento pelos seus pares. Seria preciso acreditar que a via de desenvolvimento brasileiro é a mais palpável, assim aliar os destinos da América do Sul aos do Brasil. As desconfianças são um obstáculo á liderança brasileira.

Conclusões

A Projeção Continental Brasileira se refere às ações e projetos brasileiros que visam fazer com que a atuação brasileira na América do Sul seja protagonica. É preciso observar que o Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, não possui um Destino Manifesto. Os grandes formuladores das esparsas teses ou manifestos sobre o destino de grandeza do Brasil são seus setores mais nacionalistas e conservadores. Dentre esses setores podemos destacar as Forças Armadas Brasileiras. Nos últimos 60 anos elas são as principais formuladoras da projeção estratégica do Brasil sobre a América do Sul. Trabalhos como o de Mário Travassos e Meira Mattos entre outros, refletem as preocupações dos círculos castrenses em projetar o Brasil na América do Sul e no mundo.

Para a execução desse projeto hegemônico entendem setores militares que é necessário garantir e ampliar cada vez mais sua autonomia frente ao Estado brasileiro. É preciso ressaltar que desde então, dentro da instituição militar, encontramos vários grupos desde os mais conservadores aos mais progressistas. A projeção militar do Brasil sobre o hemisfério sul americano é defendida em tese pelos setores mais conservadores das Forças Armadas Brasileiras, os chamados "duros".

Esta grande capacidade de articulação se deve a importância política que a instituição militar adquiriu nos últimos 60 anos. Essa importância permite influênciar a estratégia brasileira nas áreas de segurança e da defesa, além de permitir que sugiram temas, façam pronunciamentos sobre a política brasileira e pressão para aprovar projetos de seu interesse que acabam sendo incorporados pelos governos civis. Aprovados, esses projetos de interesse

militar acabam por influenciar as decisões governamentais.

Ao tentarmos compreender os reais limites políticos para a integração sul-americana devemos considerar as estratégias brasileiras que pretendem fazer com que o Brasil exerça um papel protagônico na América do Sul. Consideramos a hipótese de que esses limites se referirem às antigas desconfianças resultantes do papel político exercido pelo Brasil na América do Sul que remontam ao período Pós-independência. O Brasil se tornou independente como Império, único na história do continente a possuir uma monarquia e nesse período o Brasil se envolveu em conflitos na região da bacia do rio da Prata e entrou na Guerra do Paraguai.

Recentemente, os militares brasileiros conseguem aprovar seus projetos nacionalistas. O governo, internamente aprova projetos nacionalistas na área da defesa como o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras e a revitalização da Indústria de Materiais de Defesa, no âmbito externo, assinam acordos de paz, cooperação, integração que exigem consertações múltiplas interestatais.

Atualmente, a reativação da indústria de defesa brasileira poderá aumentar as desconfianças sul-americanas com relação à política externa brasileira. A Reativação dessa Indústria de Material de Defesa Brasileira se deve, em grande parte, à capacidade que possuem as forças armadas brasileiras de influenciar as decisões dos governos em assuntos de defesa e segurança, sobretudo de aliar os seus interesses aos interesses do empresariado e outros setores dominantes da sociedade. Isso ocorreu também no momento da criação do SIVAM (1993) - que representou, naquele momento, a capacidade dos militares em lançar, aprovar um projeto bilionário e através dele reorientar parte de sua estratégia, além de oferecer oportunidade para empresários e proporcionar vantagens para alguns políticos.

A partir de nossa hipótese, esse projeto de revitalização da Indústria Brasileira de Material de Defesa terminará gerando desconfianças dos vizinhos brasileiros porque terminará lembrando o Brasil Imperial na América do Sul (1822-1889). Muito embora, o MERCOSUL (que representa a aproximação entre Brasil e Argentina) e mais recentemente a criação da

UNASUL mostram o outro lado da Política Externa Brasileira, a multilateralidade.

Recentemente, no ano de 2010 o então secretário de Assuntos Estratégicos Samuel Pinheiro Guimarães lançou as diretrizes estratégicas brasileiras até o bicentenário da independência do Brasil em 2022. Essas diretrizes estão formuladas nos documentos, O *Mundo em 2022, a América do Sul em 2022 e o Brasil em 2022.* Nesse conjunto de diretrizes, Guimarães, afirma que o fortalecimento das Forças Armadas brasileiras e a presença das mega-empresas brasileiras são fundamentais para a projeção brasileira no mundo (o que seria impossível sem exercer um papel hegemônico na América do Sul).

No ano de 2011, Samuel Pinheiro Guimarães, cedeu lugar na Secretária de Assuntos Estratégicos ao ex-governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que assumiu prometendo manter as políticas de médio e longo prazo formuladas anteriormente à sua posse. Os documentos para o bicentenário da independência podem ser considerados uma síntese de uma política governamental estratégica já em curso e assume com a publicação de seus textos preparatórios um caráter estatal e supragovernamental.

As diretrizes da Política Externa Norte-Americana são orientadas pela ideologia do Destino Manifesto baseada na idéia de que os Estados Unidos são predestinados, são os ordenadores do mundo. O entendimento do processo de construção da hegemonia norte-americana é importante também para entendermos o processo de construção da hegemonia brasileira na América do Sul. No caso do Brasil a ideologia básica da nacionalidade brasileira está calcada na união entre a natureza, simbolizada pelo indígena. Por outro lado o heroísmo bandeirante molda a natureza pelo seu espírito guerreiro e alarga as fronteiras brasileiras para além da linha do Tratado de Tordesilhas. A fusão entre o mito do bandeirante e o indígena fomentará no imaginário nacional a imagem do Brasil como o “gigante pela própria natureza”. Essas representações simbólicas estão presentes no ethos militar estabelecendo uma linhagem de pensamento e ação presentes ainda hoje nos imaginário do soldado e do cidadão brasileiro.

Importa observar que o Destino Manifesto, mito fundacional dos

Estados Unidos, significa que uma força divina (Deus) está acma dos homens e portanto fora da vontade dos seres humanos. Deus é quem comanda o destino de grandeza desse país. Igualmente o mito brasileiro “Gigante pela própria natureza” significa uma força além da vontade dos seres humanos, pois é a força da natureza quem determina essa grandeza. Ou seja, esses dois mitos tem coincidências no sentido de que não dependem da vontade dos seres humanos e, portanto, fatalmente terão que se realizar.

A hegemonia brasileira parece não ser algo tão improvável, principalmente pelo fato de Arrighi não considerar a hegemonia e imperialismo como conceitos distintos. Como afirmamos anteriormente, considera o imperialismo como parte de um processo histórico que conferiu a liderança intraestatal a alguns países como a Holanda, Grã-Breatanha e Estados Unidos que em momentos históricos sucessivos foram capazes de exercer a hegemonia mundial, portanto o imperialismo seria uma etapa histórica da hegemonia mundial exercida pela Inglaterra, então falamos em hegemonia entendendo que imperialismo foi um contexto histórico muito especifico.

Falando então em construção da hegemonia brasileira como um processo ainda em curso, a Política Externa do Governo Lula foi, sobretudo ambígua e sinalizou para todos os lados possíveis. Suas contradições demonstraram que os militares brasileiros ainda não conseguiram impor totalmente a sua estratégia, mas que já foi incorporada pelo governo e disputa espaço na seara governamental. A reoganização da Indústria de Defesa Brasileira é um sinal disso. Se por um lado o Brasil fomenta a construção de uma empresa de materiais bélicos e investe na compra de produtos de defesa à revelia do acordo que cria o Conselho de Segurança da UNASUL; por outro lado, desenvolve importante cooperação com seu vizinho Peru, em uma área sensível como é a vigilância e, o mais importante, assinou recentemente em Lima um acordo de paz e cooperação com o Peru que prevê a redução de gastos com materiais bélicos.

Se considerarmos a versão oficial do Ministério das Relações Exteriores, evidentemente não podemos afirmar que há um imperialismo brasileiro, mas se consideramos sua conceituação em Arendt ou Harvey não

parecerá tão absurda essa afirmativa, pois o imperialismo, para eles, origina-se da necessidade de expansão comercial das fronteiras. Essa expansão ocorre hoje através da expansão econômica. Essa alienação prevê intervenções econômicas, políticas em defesa da democracia e de ajuda humanitária.

Rousseau, também afirma a desigualdade sempre existirá, portanto a tese da integração interessaria somente ao mais forte assim, seria por meio da integração que o Brasil alcançaria a posição sub-hegemônica no hemisfério sul. Ações do governo brasileiro, tem colaborado para o fortalecimento da tese de que existe um certo “imperialismo brasileiro”. Por exemplo, os dados sobre o re-aparelhamento das forças armadas brasileiras, sobretudo a criação de uma indústria bélica brasileira são contrários aos princípios do Conselho de Defesa das nações sul-americanas, pois o acordo que o cria prevê a decisão compartilhada na área de segurança. Outra contradição está no recente acordo bi-lateral de cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos.

Por final, o predomínio da visão militar sobre a estratégia nacional influencia a Política Externa Brasileira. Alienar o projeto de desenvolvimento do Brasil ao desenvolvimento da estratégia militar brasileira é algo inadequado para uma sociedade democrática. Afirmarão muitos que os militares estão cumprindo a sua designação constitucional, pois sim, mas esse papel constitucional dos militares na Constituição de 1989, foi resultado da pressão militar e da fraqueza dos representantes civis em não rejeitá-lo. Esse preceito constitucional foi um embuste constitucional sugerido e aprovado através de uma pressão pouco democrática.

A posição estratégica brasileira é a da sub-hegemonia do multi lateralismo, do *soft power* e não o da potência que utiliza unilateralismo, o *hard Power.* Entendemos que o país não conseguirá essa consolidação de sua liderança por meio de ações que gerem desconfianças, pois o plano América do Sul, assim como a Estratégia Nacional de Defesa, poderiam ser interpretados como um modelo do Plano México e Colômbia em proporções menores, mas com caráter interventivo. Dessa forma o Brasil estaria realizando um dos pressupostos exigidos de um país sub-hegemônico.

A estratégia brasileira nos parece equivocada. Agir de forma unilateral

acarreta desconfianças e isso não propicia uma condição de aceitação. Os exemplos mais diretos dessa ação unilateral é o projeto de reaparelhamento e o de revitalização da Indústria de Material de Defesa Brasileira dispostos na Estratégia Nacional de Defesa. A menos que o projeto brasileiro seja o da potência (que não depende da aceitação e do reconhecimento) essas ações unilaterais poderiam representar um óbice à liderança brasileira na América do Sul, uma derrota estratégica.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**, 1500-1800.- Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro)

ABUD, Kátia. **Paulistas, uni-vos!** A Revolução de 1932 transformou em bandeirantes todos os que lutavam contra a ditadura Vargas. Só os heróis de São Paulo poderiam salvar o Brasil. Revista de História.com.br 7/7/2008
http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/paulistas-uni-vos
Extraído em 13-08-2011

Academia da Força Aérea Brasileira. http://www.afa.aer.mil.br/afa/index.php?option=com_content&view=article&id=177&Itemid=188 Extraído em 01-08-2011

Acordo Militar Brasil - Estados Unidos. http.www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota-detalhe3.asp?ID_release 8010

A Country Study: Brazil, Library of Congress Call Number F2508 .B846 1998 http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/brtoc.html

ALENCAR, de José. Iracema. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____ 0 Guarani. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____ Ubirajara. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ALLEN, James S. **O Plano Marshall — Recuperação ou Guerra?** In: Revista Problemas Nº 13 / Ago e Set 1948. Disponível em **http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/13/marshall.htm**
Extraído em 15/11/2011

ALMEIDA, Maria H. T. SORJ, B. **Sociedade e Política no Brasil pós- 64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

AMAYO ZEVALLOS. Enrique**. O Impacto da Globalização na Amazônia e no Pacífico sul-americano.** Trabalho apresentado no Simpósio Internacional "Globalização–Análise Comparativa a partir da Perspectiva Local e Regional" na Sessão II "Visão Local" organizado pela Universidade Sofía do Japão e Universidade de São Paulo–USP. Local: Auditório da Casa da Cultura

Japonesa – São Paulo: Data: 04/03/2004.

_____.**Como os Estados Unidos se apropriaram do nome "América."** Departamento de Econômia - FCL - campus de Araraquara - UNESP, 1990.

_____. "**Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes**. Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos Estados Unidos e Japão". In: Estudos Avançados. Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, No. 17, Janeiro – Abril 1993, pp. 117-169.

_____. **Proyecciones Andinas en el Pacífico. Del Pasado al Presente**. In: Geopolítica de América Latina y el Caribe. Instituto Panamericano de Geografía e Historia - Fondo de Cultura Económica, 1999, México D.F., pp. 43-72.

_____. **A Guerra do Paraguai em Perspectiva Histórica**. In: Revista de Estudos Avançados Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, vol.9, n.24, 1995 pp. 255-268

Amazônia: desenvolvida e segura, Ministério da Defesa, 2011, dísponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/publicacoes/calha-norte-25-anos-a-amazonia-desenvolvida-e-segura.html extraído em 29/03/2012.

AMIN, Samir. **Contra a militarização e a guerra**. In: "A ofensiva do Império e os dilemas da humanidade."- São Paulo: Consulta Popular Cartilha nº13. 2003.

ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas -** São Paulo: Moderna, 1993 (Coleção polêmica).

ARENDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo.** 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Nota Oficial enviada ao jornal paraguaio ABC Color. 09/10/2007. Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/positionpapers/nota-oficial-enviada-ao-jornal-paraguaio-abc-color Extraído em 14/11/2011

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira: **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

AYERBE, Luís Fernando**. Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia**,** São Paulo: EDUNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Estado Nacional e Política Internacional na América Latina.** O Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930-1992). Brasília: Ed UNB, 1993.

_____. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**. Argentina, Uruguai e Paraguai – Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança. São Paulo: Ensaio, Brasília: Ed. da UnB, 1995.

BARBOSA J. **Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra: Departamento de Estudos Curso de Altos Estudos dePolítica e Estratégia, 1997.

BARROS, Jayme de. **Sete Anos de Política Exterior do Brasil (1931-1937)**. Rio de Janeiro: DIP, 1938.

BASTOS. Pedro Paulo Zahluth. **A Diplomacia do Dólar**: moeda e império (1898-1914) Economia Política Internacional. Análises estratégicas. Nº 04-jan./mar. 2005.

BELLON, José Orlando. O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)**: contribuindo para o conhecimento da biodiversidade.** In: Revista do Centro de Estudos Judiciários – CEJ. Brasília: V.3, nº8, p.16 (22/maio/ago,99).

BELLOTO, Manoel Lello & CORRÊA, Ana Maria Martinez (orgs), **Bolívar**, São Paulo: ática, 1983, p.24.

BICUDO, H. P. **Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo.- 4a. edição, Pontificia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1977.

BNDES: subsidiária de Londres.
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Navegacao_Suplementar/Menu_Filiais/london_subsidiary.html
Extraído em 08/05/2012

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al., coordenação de tradução de João Ferreira e revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, F**. As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010):** possibilidades e problemas do regionalismo aberto. Texto para Defesa ao Doutorado em Sociologia apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara: 2011.

_____. "**Aspectos Econômicos do narcotráfico no Brasil e debate recente sobre as drogas"**. Iniciativa econômica. Revista dos estudantes de economia da UNESP. N°2, 2002:53-72.

Brasília, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as atividades, relações e envolvimento do Sr. José Afonso Assumpção e do embaixador Júlio Cezar Gomes dos Santos no exercício de advocacia administrativa, tráfico de influência, oferecimento de propinas (corrupção ativa) e especialmente todas as denúncias referentes ao **Projeto SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia - Relatório Final** - Presidente Deputado Gilberto Kassab- Relator Deputado Confúcio Moura. 04/06/2002.

Brasília, Câmara dos Deputados, COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EVENTO: Seminário **"Política de Defesa para o Século XXI".**Temas: "O Papel das Forças Armadas na Sociedade Brasileira"; **"A Centralidade da Questão Nacional e a Defesa Nacional"**. DATA: 21/08/02 DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO SÉRGIO XAVIER FEROLLA – Ministro do Superior Tribunal Militar. CÉSAR BENJAMIN – Escritor e editor da editora CONTRAPONTO, professor e integrante da Coordenação Nacional do Movimento Consulta Popular. CARLOS LESSA – Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, Câmara dos Deputados. **Tomada de depoimento do brigadeiro Teomar Fonseca Quirico** - presidente da CCSIVAM- Comissão para Coordenação do Projeto SIVAM: Audiência Pública n°. 01 74/02 data: 02/04/2002.

BRASIL CONGRESSO CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da Comissão Especial Mista destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte**. Brasília: Congresso Nacional. 1995.

BRASIL Congresso Senado Federal Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Fiscalização e Controle, **Relatório sobre o Sistema de Vigilância da Amazônia- "Projeto SIVAM**" Presidente Antônio Carlos Magalhães; Relator: Ramez Tebet; Relatores Adjunto: Leomar Quintanilha, Geraldo Mello - Brasília

Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL Congresso Nacional. Senado Federal, **Tratado de Cooperação Amazônica** Brasília: Centro Gráfico, 1977.

Brasil 2022: Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010. http://www.sae.gov.br/site/?p=4632

Brasília, Presidência da Republica - Subchefia para Assuntos Jurídicos - Lei n°8.666 de 21 de junho de 1993.

BRIGAGÃO, C. G. E**. Inteligência e Marketing**: **o Caso Sivam.** Rio de Janeiro: Record. 1996.

_____**.** **Amazônia** : Redefinições de Segurança e Mecanismos de monitoramento**,** São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 1995.

BUENO, Clodoaldo e CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CACCIA BAVA, Augusto. Gigante pela própria natureza. In: Le Monde Diplomatic Brasil. **Dossiê Imperialismo Brasileiro**. Ano 02/ nº 19/ Fevereiro de 2009.

CAMARGO, José Carlos Godoy; LIMA, Fabrício Felipe. Positivismo e Geografia em Rondon. In: **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(1): 37-52 , jan-jun - 2005 (ISSN 1678—698X). Disponível em: www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm

Canção do soldado da Amazônia 52° Batalhão de Infantaria da Selva http://www.52bis.eb.mil.br/?page_id=259 Extraído em 01-08-2011.

CAPELATO, Maria Helena. **O "gigante brasileiro" na América Latina**: ser ou não ser Latino-Americano. In: Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação/ Carlos Guilherme Mota organizador.- São Paulo:Editora SENAC São Paulo, 2000.

_____. **América Latina. Integração e História comparada** em Filomena Gebran e Maria Tereza T. B. Ramos (orgs.) América Latina: cultura, Estado e sociedade. Rio de Janeiro: ANPHLAC,

1994).

CARDICH PULGAR, Jorge**. Cooperación Regional para Vigilar y Proteger la Amazonía.** (S.R.)

CARVALHO, Delgado de. **Relações internacionais**. Brasília: Bibliex, 1971.

CARVALHO, José Elito de. DEFESA@NET 23/11/2009 *http://www.defesanet.com.br/eb1/gen_elito.htm*

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice de Rezende. **O quinto século: André Rebouças e a constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Iuperjucam, 1998, p. 129-130.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Estratégia e Defesa. In: ALBUQUERQUE, José A. G. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume/NUTRI/USP, 2000.

CERVO, Amado Luis. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

CHARLEAUX, João Paulo. **O imperialismo brasileiro preocupa a região**. Estadão.com.br 23/10/2008 http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081023/not_imp264824,0.php

CHIAVENATO, Júlio J. **A Guerra do Chaco**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Clinton libera US$ 1,3 bilhão à Colômbia. O Estado de S. Paulo, 24 ago. 2000.

COELHO, Pedro Motta Pinto. **As Fronteiras da Amazônia**: um espaço integrado, Brasília: IPRI, 1992, (Coleção: Relações Internacionais).

Comunicado Conjunto de los Presidentes del Perú, Alan García, y del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Lima: 17 de mayo de 2008.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 05 DE OUTUBRO 1988 - DOU DE 05 /10/1988. (revisado em 1995).

CORRÊA, Marcos Sá. **1964: visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: LPM, 1977.

COSTA, E. D. **O Projeto Calha Norte**: Antecedentes Políticos, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), FFLCH ,Universidade São Paulo, São Paulo: 1995.

COSTA, José Luís Machado E. **Balanço Estratégico na América do Sul e o Papel do Brasil na construção de uma Nova Visão Sul-americana de Defesa**: condicionalidades, singularidades e parâmetros. Política Externa, São Paulo: USP, Paz e Terra. Vol.07 n°04 março/maio de 1999 pp.67-95.

COTLER, Júlio C. FAGEN, Richard R. (org). **Relaciones Políticas entre América Latina y Estados Unidos**, Buenos Aires: Amorrortu editores: 1974.

_____. **Relações Internacionais na América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

CPDOC-FGV -11-12-2010 - A Política da Boa Vizinhança- http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca

CRUZ, S. V. MARTINS, C. E**. De Castelo a Figueiredo:** uma incursão na pré-História da Abertura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DAGNINO**,** Renato. A **indústria de defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

DEL VECCHIO, Angelo. (Org.). **Política Internacional** e **Hegemonia** - Brasil e Estados Unidos no contexto da Globalização. São Paulo: **Editora Sociologia** e Política, 2010.

Decreto n°4.200/2002 - Conforme definido no Art. 3º do decreto de criação do CENSIPAM. Disponível no site do Sistema de Proteção da Amazônia: http://www.sipam.gov.br/content/view/13/43/ Extraído em 08/05/2012

Decreto Supremo 28701. Disponível em http://www.cbh.org.bo/archivos/docs/nacionalizacion.pdf extraído em 10/04/2012

DH-WORLD - http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4228070,00.html Extraído em 25-11-2011.

Discurso do presidente Carter em visista ao Brasil, Folha de S. Paulo, 30-03-1978. http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_30mar1978.htm

DORATIOTO, Francisco**. Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852).** In: revista Navigator, vol. 06 – n. 12 - 2010. Extraído em 08/10/2011. Disponível em: **http://www.revistanavigator.com.br/navig12/dossie/N12_dossie1.html**

DULLES, John W. Foster. **Castello Branco – o caminho para a Presidência**. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1979

DUPAS, Gilberto. VIGEVANI, T. **O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional**, São Paulo: EDITORA ALFA-ÔMEGA, 1999. (Coleção Relações Internacionais).

DUROSELLE, Jean-Baptiste*.* **Todo império perecerá**: uma visão teórica das relações internacionais. Brasília: Editora UNB, São Paulo: imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2000.

El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de Dilma. Digital ABC/ 02-11-2010/http://www.abc.com.py/nota/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma/ Extraído em 28/03/2012.

Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, Presidência da República. Centro Gráfico, 17-12- 2008.

FAP - **Exposição Informativa del Sistema de Protección Amazónico y Nacional** (SIVAN-Peru). Força Aérea Peruana, Lima, Peru: 2009.

FON, Antonio Carlos. **A Tortura**: história da repressão politica no Brasil. São

Paulo: editora global, 1986.

FONSECA, Carlos da. **“Deus está do Nosso lado”**: Excepcionalismo e Religião nos Estados Unidos. In: Revista Contexto Internacional; Rio de Janeiro: vol. 29, n°01, janeiro/junho de 2007, pp. 149-185.

FRANCO, Frederico. Discurso. Disponível em http://www.vicepresidencia.gov.py/?noticia=296&t=presidente-en-ejercicio-participo-de-acto-por-el-dia-de-los-heroes Retirado em 06/07/2011

FROTA, Luciara S. **Argentina Brasil Divergências e Convergências**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

GALEANO, E. **Open veins of Latin America**. New York, Monthly Review Press, 1973.

GAMA**.** Basílio da, **O Uraguai**. Rio de Janeiro: Livraria Agir. Editora, 1976.

GEISEL, Ernesto. Presidente da República Federativa do Brasil. À sua excelência senhor Jimmy Carter. Presidente dos Estados Unidos da América. Arquivo Ernesto Geisel FGV-CPDOC - Cod: trb02481.0105 data 30.08.2008 EG PR 1974.06.07 http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=PREG&pasta=EG%20pr%201974.06.07

GENOÍNO, José. Cooperação entre civis e militares, a base para o avanço sustentado. In: São Bernardo do Campo, Grande ABC: nova fronteira da indústria de defesa. — 1. ed. — São Paulo : MP Editora, 2011. Disponível em: http://www.saobernardo.sp.gov.br/dados2/SDET/GSDET/cadernos-sao-bernardo-vol02.pdf Extraído em 03/11/2011.

_____. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/phocadownload/arquivos_resenha/2011-09-08/4.cb%20-%2008%20set%2011%20-%20completa.pdf Extraído em 04/11/2009

_____. Disponível em http://genoino.org/opiniao_ver.php?idIdeia=903 Extraído em 03/11/2011.

GIDDENS, Anthony. **The Nation-State and Violence**. Berkeley CA: California University Press, 1987.

GODOY, Roberto. **A muralha está derretendo** Na área da defesa, o Sistema de Vigilância, Sivam, funciona. Mas os serviços civis apresentam problemas. 25 de novembro de 2007 O Estadão On line G:\ROBERTO GODOY A muralha está derretendo Estadao_com_br Amazônia.mht

_____. **SIVAM do mar vigiará tesouro submarino**. O Estado de S. Paulo. 28/09/2008.

_____. **Brasil planeja frota nuclear,** Estadão On line/ jornal O Estado de São Paulo, 21-11-2010.http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20101121/not_imp643152,0.php

GOES, Sinésio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas**. Aspectos da Descoberta do Continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e estabelecimento das fronteiras na Amazônia. Brasília: IPRI; 1991. (Coleção Relações Internacionais, 11)

GORDON, Lincoln. **Telegrama ao Departamento de Estado** – 04/03/1964. In: CORRÊA, Marcos Sá. 1964: visto e comentado pela Casa Branca. Editora LP&M, Porto Alegre: 1977.

GRAEL, Dickson. **Aventura, corrupção e terrorismo**. À sombra da impunidade. Petrópolis: vozes: 1980.

GRALA, Ramão. **O Exército e Ocupação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra/Departamento de Altos Estudos/Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civiliza- ção Brasileira, 1988.

_____. **Selections From The Prison Notebooks**. Nova York: International Publishers, 1971.

GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985 / James N. Green; tradução S. Duarte; prefácio Carlos Fico. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUIMARÃES, César. **A política externa dos Estados Unidos**: da primazia ao extremismo In: Estudos Avançados Estud.av. vol.16 n°46 São Paulo Sept./Dec. 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **A política dos Estados Unidos para o mundo e para o Brasil**. Consulta Popular, Cartilha n°8. São Paulo/SP.

_____. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006,

_____.In: Presidência da República Federativa do Brasil. Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE - Brasil 2022 - **A América do Sul em 2022.** 15 de julho de 2010. Brasília -DF http://www.sae.gov.br/brasil2022/?p=432

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, David. O **novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003**.**

HELMS, Richard. **Testimony to the Committee ON Foreign Relations of the USA Senate**, U.S. Programs in Brazil, 05 de maio 1971. FOIA: Depoimento Helms.

HENRY, Maureen. **The intoxication of power**: an analysis of civil religion in relation to ideology. Boston: D. Reidel, 1979.

HOBSBAWM, E. J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMANN, Stanley. "Rousseau, **la guerre et la paix**". In: *Rousseau et la Philosophie Politique*, vários autores, Paris: PUF, pp. 206-08.)

HOLANDA, Sérgio. **Visões do Paraíso**: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Braziliense; Publifolha, 2000. - (Coleção grandes nomes do pensamento brasileiro).

_____. Monções. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1976.

HOPKINS, Terence K. **Note on the Concept of Hegemony**. In: *Review,* 13,3, 1990, p. 409-11.

HUGGINS, Martha. **Polícia e política.** Relações Estados Unidos/América Latina. - São Paulo: Cortez, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=207 Extraído em17/09/2011.

JEFFERSON, Thomas. **The Works of Thomas Jefferson**, Online Library of Liberty: vol. 10 (Correspondence and Papers 1803-1807). Disponível em: http://oll.libertyfund.org/title/806 Extraído em 18/03/2012.

KENNAN, George F. **American Diplomacy** (1900-1950). Chicago: Menthor Book, 1951.

KOHLHEPP, Gerd. **Desenvolvimento regional adaptado:** o caso da Amazônia brasileira In Revista de Estudos Avançados USP; N°6 (16). São Paulo: pp. 81-102, 1992.

_____. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira** In Revista de Estudos Avançados USP; N°16 (45). São Paulo: pp. 37-61, 2002.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. **El Sistema Internacional com História**: Introducción a las Relaciones Internacionales. México: Fondo de Cultura Econômica, 1985.

Le Monde Diplomatique Brasil, fev. 2009. Dossiê IMPERIALISMO BRASILEIRO.

LEITE, Rogério Cerqueira Leite. **O SIVAM: uma oportunidade perdida.** In: Revista de Estudos Avançados USP; N°16 (46). São Paulo: p. 123-140, 2002.

LENIN, Vladimir Ilytch. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LIMA, Oliveira. **O Panamericanismo**. Brasília: editora Brasília, 1980.

LUGO, Fernando. Discurso Presidencial 26/04/2011. Disponível em http://www.presidencia.gov.py/v1/?p=64590 Extraído em 06/07/2011

Lula reafirma interesse por caças franceses, e-band - jornalismo Brasil – 21/10/2009 disponível em: http://www.band.com.br/jornalismo/brasil/conteudo.asp?ID=208352

Extraído em 14/11/2011

MAGNOLI, Demétrio. **A Cidade no Alto da Colina**. O Estado de S. Paulo - 13/11/2008.

MAQUIAVEL, Nicollò. **O príncipe**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. As teorias de integração regional e os estados subnacionais. In: **Impulso, Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Piracicaba: Editora Unimep, vol. 13, n° 31, mai./ago. 2002.

MARIN, D. C. e MONTEIRO, T. Uribe não convence Lula sobre bases. In: **O Estado de S. Paulo** 07-08-2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,uribe-nao-convence-lula-sobre-bases,414933,0.htm Extraído em 01-03-2012

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese de doutoramento ao Programa de Pós-Graduação DO Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Ciências Humanasda Universidade de São Paulo. São Paulo 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Visão Militar Sobre as Novas Ameaças no Cenário Amazônico.** São Carlos: UFSCAR, 2001 (Texto preparado para o Seminário Brasil e Argentina frente as novas ameaças, realizado em Campinas/ UNICAMP- agosto de 2001).

_____. **O Amigo Americano. -** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 12, n. 22, 1998.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto Militar. São Paulo: Papirus, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

Memorandum de Entendimiento entre los gobiernos de la Republica del Perú y de la Republica Federativa del Brasil sobre cooperación en materia de vigilancia y protección de la amazonia, del 25 de agosto de 2003.

MERLE, M. **Sociologie des Relations Internanationales**, Paris, DALLOZ, 1976.

Militar ofereceu acesso total a informações. In: Folha de S.Paulo, 23/07/2002.

Military Power Review: http://www.militarypower.com.br/frame4-ranking.htm Extraído em 15/03/2012.

Ministério da Defesa **-** Assessoria de Comunicação Social, 15/02/2011**, Corte orçamentário na defesa deverá ser de R$ 4 bilhões, diz ministro Jobim.** – disponível em: https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias-do-md/2454215-15022011-defesa-corte-orcamentario-na-defesa-devera-ser-de-r-4-bilhoes-diz-ministro-jobim.html Extraído em 28/03/2012.

MONTEIRO Tânia; NOSSA, Leonencio. **Aperto fiscal no governo faz Dilma suspender decisão sobre os caças**. In: O Estado de S. Paulo 18-02-2011 disponível em:

http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,aperto-fiscal-no-governo-faz-dilma-suspender-decisao-sobre-os-cacas,681447,0.htm
Extraído em 28/03/2012.

MONTENEGRO, Manuel. Política externa e cooperação amazônica: negociação do Tratado de Cooperação Amazônica. In: Albuquerque, José Augusto G. **Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990) Prioridades, Atores e Políticas**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000; (Coleção Sessenta anos da Política Externa Brasileira, V.04).

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**: paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

MORAES, J. Q.; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA**,** Eliezer Rizzo de. **A Tutela**

Militar. São Paulo: Vértice Editora/Revista dos Tribunais, 1987.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOURA, Gerson. **A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira**: Ruptura ou Continuidade? Seminário sobre a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 22 a 25 de setembro, 1980.

_____. Autonomia na Dependência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

MYIAMOTO, S. **A Política de Defesa Brasileira e a segurança regional**. Campinas: IFCH 07/2000 COL. Primeira Versão.

_____. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995, (Coleção Estado e Política).

NASH, Roderick. **Wilderness and the American mind**. New Haven: Yale University Press, 1967.

National Geografhic Brasil: Edição Especial Guerra Mundial: a campanha dos soldados brasileiros na Itália, nº 63-A. São Paulo: Abril, 2005.

NEARING, S. E FREEMAN, J. **Dollar Diplomacy**. The Classic Study of American Imperialism, Monthly Review Press, 1969, pp 353.

NEEDLEMAN, Ruth. Bolívia*:* **Brazil's geopolitical prisioner***.* NACLA's Latin America & Empire Report, 8 (2): 24-26,1974

NITSCH, Manfred. **O futuro da Amazônia:** questões criticas, cenários críticos. In: Revista de Estudos Avançados USP; N°16 (46). São Paulo: pp. 141, 2002.

Notas para o estabelecimento do Conselho de Segurança da União das Nações Sul -Americanas - UNASUL nota n° 700 -16/12/200 8 MRE http://www.mre.gov.br/português/imprensa/nota Acessado em 08 mai 2009.

NYE JR. Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**. O paradoxo do poder americano. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**:

uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009.

Odebrecht Perú: una colaboración exitosa. In: Revista **Diplomacia, Estratégia e Política** - janeiro e março de 2009, Nº9. Brasília-DF

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares, Pensamento e Ação Política**. São Paulo: Papirus, 1987. (Coleção Forças Armadas e Sociedade).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos:** a representação da identidade nacional do Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. (Humanitas).

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Plano Estratégico 2004-2012.** Manaus: 14-09-2004.

PAVAN, C. (Org.) **Uma Estratégia Latino-Americana para a Amazônia.** São Paulo: Memorial da América Latina, 1992.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Externa dos Estados Unidos**: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

PEÑALBA, Fornos. J. ***The fourth My****: Great Britain and the War of the Triple Alliance.* Ph.D. tese. Los Angeles, Universidade de California, 1979.

PEREIRA, Maurício Broinizi**. Projeto SIVAM:** entre a natureza, a história e futuro. In: Revista Premissas nº10. Campinas: Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE)/ UNICAMP, 1995.

PETRAS, James. **Império e políticas revolucionárias na América Latina.** São Paulo: Xamã, 2002.

PINTO, Lúcio Flávio . **Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia**. In: Estudos Avançados – USP, vol.16 n°.46, São Paulo Sept./Dec. 2002.

PIRES, Aloísio Pereira. Canção das Comunicações. Disponível em: http://www.exercito.gov.br/web/midia-eletronica/cancao-das-comunicacoes Extraído em 30-07-2011

Política de Defesa Nacional. Brasília, Presidência da República. Centro Gráfico, 1996.

Plano Nacional de desenvolvimento – II PND - 1975-9 disponível em: http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf Extraído em 09/05/2012.

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1985.

_____. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação/ Carlos Guilherme Mota organizador. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

PROCÓPIO, Argemiro. **Terrorismo e Relações Internacionais.** In: Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 44 nº02 10/ 12/2001. Brasília: IBRI. pp. 62-81.

Proyectos Peru-Brasil Força Aérea Peruana, Lima: 2009.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **O Pacto ABC**. As Relações Brasil e Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

RENOUVIN, P. DUROSELLE, J.B. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL, Quito: 21/11/2009.

http://www.cdsunasur.org/index.phpoption=com_content&view=article&id=165%3Areuniao-extraordinaria-de-ministros&catid=59%3Aportugues&Itemid=189&lang=es

Revista Veja edição 1661 - 09/08/2000) mhtml:file://G:\Veja on-line.mht!http://veja.abril.com.br/090800/p_060.HTML

RIPPY, **E British investments in Latin America**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959.

ROCHA, Alberto. **La geopolítica de México en Centro América**:¿una hegemonía regional? In: Sociologias. Porto Alegre: ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 308-359.

ROCHA, Geroncio Albuquerque. **Ai de ti Amazônia**. In: Revista de Estudos Avançados USP; N°15. São Paulo: p.69.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **O que são Relações Internacionais?** São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos 296).

RODRIGUES, J. H. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ROLLO, Maria Fernanda**. Portugal e o Plano Marshall**: história de uma adesão a contragosto (1947-1952) *Análise Social,* vol. XXIX (128), 1994 (4.°), 841-869.

ROSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROSSI, I.C. "Introdução", "Capítulo III", "Capítulo IV". In **SIVAM: um caso de dependência tecnológica, 1990-1996.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – FCL –C/Ar – UNESP, setembro de 2003. Orientador: Enrique Amayo Zevallos, Ph. D.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso Presidencial de 19-03-2011 http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/03/19/interna_politica,243539/confira-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-no-palacio-do-planalto.shtml extraído em 29/03/2012.

ROUT, Leslie B. **Politics of the Chaco Peace Conference 1935-1939**. Austin: Institute for the Latin American Studies, 1970.

SAINT-PIERRE, Héctor. **Guerra de todos contra quien?** *La necesidad de definir 'terrorismo"*. In:_____ Lopéz (comp.) **Escritos sobre terrorismo**. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

_____."Racionalidade e Estratégias". In: **Premissas**, caderno 3- NEE- UNICAMP, 1993.

SANTA ROSA, Maynard M. "Operações na Amazônia. A chave do cenário". Revista da **Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 13, N°36. 1996.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. **O percurso da indianidade na literatura brasileira**: matizes da figuração. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SARMIENTO, Domingos Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: vozes, 1996.

_____. **Viajes**. Buenos Aires: Hachette, 1955, vol. I, pp. 135 a 150.

SCENNA, Miguel A. **Como Fueron las Relaciones Argentino Norte americanas**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1970.

_____. **Argentina-Brasil**. Cuatro Siglos de Rivalidad. Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976.

SCHOULTS, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina / Lars Schoultz; tradução de Raul Fiker. -- Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Coleção Ciências Sociais).

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

SILVA, Raul Mendes, BRIGAGÃO, Clovis. **História das Relações Internacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBRI, 2001.

SILVEIRA. Helder Gordim da, **A visão Militar brasileira da Guerra do Chaco**: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. In: Antíteses, vol. 02. n° 04, julio-decembre de 2009. Universidade Estadual de Londrina- Brasil.

SIVAM: projeto Amazônia: Em encontro na FCESP, representante da Aeronáutica fala sobre o SIVAM, o polêmico Sistema de Vigilância da Amazônia. In: Revista Problemas Brasileiros, n°314. São Paulo: mar/ abr. 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio à Castelo Branco**, 1930 – 1964. -7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

SKIDMORE, Thomas. SMITH, P. H. **Modern Latin America**. Oxford University Press, New York – Oxsford, 1984, pp. 419.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (coleção cultura).

TILIO NETO, Petronio de. **Soberania e Ingerência na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Plêiade, 2009.

_____. Ecopolítica das Mudanças Climáticas: o IPCC e o Ecologismo dos Pobres. São Paulo: Plêiade, 2009.

TILLY, Charles. **Reflections on the History of European State Makes.** In: C. Tilly (Org.). The formation of National States Makes in Western Europe Western Europe. Princeton, Nj : Princeton University p.3-83.

TOMASSINI, L. (ORG.) **Relaciones Internacionales de la América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

TOTA, Antônio Pedro. O **imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

TRAVASSOS, MARIO. **Projeção Continental do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira. Série 5, Brasiliana ; v. 50).

TURNER, Frederick Jackson. **History, frontier and seccion**. Introduction by Martin Ridge. Albuquerque: University of New México Press, 1993.

Universidade de Passo fundo. **29 de março de 1978- Comitê Brasileiro da Anistia denuncia ditadura**. http://historiaupf.blogspot.com/2011/03/29-de-marco-de-1978-comite-brasileiro.html retirado em 15-07-2011.

Uribe anuncia a entrada de seu país no Conselho de Segurança da UNASUL. UOL Últimas Notícias, 19/07/2008

http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2008/07/19/ult1808u122619.jhtm

VARGAS, Getúlio. **Diário.** –São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VELASCO E CRUZ, Sebastião e MARTINS, Carlos E. **De Castelo a Figueiredo**: uma incursão na pré-História da abertura. In: em, Maria H.T. Almeida e Bernardo Sorj, (orgs.), Sociedade e Política no Brasil Pós 64, São Paulo, Brasiliense, 1984.

VIVEIROS, E. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro, Editora da Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

WEBB, Stephen H. **American providence**: a nationwith amission.NewYork: Continuum, 2004.

WEINBERG, Albert K. **Manifest Destiny**: A Study of Nationalist Expansion in American History (1935).

www.funai.gov.br/indios/personagens/rondon.htm extraído em 23/06/2011

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC**, **Forças Armadas e Polícia**: Entre o Autoritarismo e a Democracia. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000

_____. **FHC, forças armadas e polícia**: entre o autoritarismo e democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

ANEXO A

DECRETO No 892, DE 12 DE AGOSTO DE 1993.

Define orientação para o processo de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 84 da Constituição Federal e o inciso IX do art. 24 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e ouvido o Conselho de Defesa Nacional,

DECRETA:

Art. 1° Os equipamentos e os serviços técnicos cuja divulga ção comprometeria a eficácia do Sistema de Vigilância da Amazônia inserem-se no que preceitua o inciso IX do art. 24 da Lei n° 8.66 6, de 21 de junho de 1993.

Art. 2° Em respeito ao princípio da competitividade, os órgãos executantes promoverão consultas para obter os menores preços e as melhores condições técnicas e de financiamento na seleção, visando à aquisição dos equipamentos e a realização dos serviços técnicos pertinentes.

Brasília, 12 de agosto de 1993, 172° da Independência e 105° da República.

ITAMAR FRANCO
Lelio Viana Lobo
Mario Cesar Flores

Publicado no D.O.U. De 13.8.1993

ANEXO B

ACORDO MILITAR BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Artigo 1 - Escopo

O presente Acordo, regido pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse mútuo, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos nacionais e as obrigações internacionais das Partes, tem como objetivo promover:

a) a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa;

b) a troca de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como as relacionadas a operações internacionais de manutenção de paz;

c) a troca de experiências na área de tecnologia de defesa;

d) a participação em treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares conjuntos e o intercâmbio de informações relacionado a esses temas;

e) a colaboração em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares; e
f) a cooperação em quaisquer outras áreas militares que possa ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 2 - Cooperação

A cooperação entre as Partes pode incluir:

a) visitas recíprocas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;

b) conversações entre funcionários e reuniões técnicas;

c) reuniões entre as instituições de Defesa equivalentes;

d) intercâmbio de instrutores e pessoal de treinamento, assim como de estudantes de instituições militares;

e) participação em cursos teóricos e práticos de treinamento, orientações, seminários, conferências, mesas-redondas e simpósios organizados em entidades militares e civis com interesse na Defesa, de comum acordo entre as Partes;

f) visitas de navios militares;

g) eventos culturais e desportivos;

h) facilitação de iniciativas comerciais relacionadas à área de Defesa; e

i) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, considerando a participação de entidades militares e civis estratégicas de cada Parte.

ANEXO C

RESOLUÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E A DEFESA DA UNASUL

http://www.cdsunasur.org/index.phpoption=com_content&view=article&id=165%3Areuniao-extraordinaria-de-ministros&catid=59%3Aportugues&Itemid=189&lang=es

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.

Os órgãos encarregados de garantir a efetiva materialização das medidas consensuadas neste documento, e com a intenção de respeitar as diferentes normativas vigentes ao interior dos Estados da UNASUL, serão o Conselho de Defesa Sul-Americano, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, o Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico, de acordo a suas respectivas competências.

A instância executiva do Conselho de Defesa Sul-Americano poderá contemplar outros assuntos que exijam garantias efetivas de cooperação regional no marco da criação de confiança, para serem consideradas pelos Chanceleres e Ministros de Defesa.
Sem prejuízo das medidas descritas, a instância executiva do CDS poderá sugerir qualquer outra medida necessária não expressamente contemplada neste documento, para ser considerada ou aprovada pelo Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores ou o Conselho de Defesa Sul-Americano.
Recebeu-se com beneplácito as seguintes propostas elevadas à consideração dos Estados Membros:

- Projeto de Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação da UNASUL, formulado pelo Governo do Peru;
- Projeto de Decisão para a abertura de um processo de debate e negociação de uma Arquitetura de Segurança para a UNASUL, elevado pelo Governo do Chile; e,
- Projeto de “Código de Conduta Sobre Questões de Defesa e Segurança, proposto pelo Governo do Equador.

Acordaram encarregar ao Conselho de Defesa Sul-Americano que elabore um Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação na UNASUL, que constitua também uma Arquitetura de Segurança Sul-Americana e sirva de Código de Conduta para a região. Tal instrumento deverá contemplar a promoção de medidas de fomento da confiança, as políticas de transparência em aspectos de defesa e segurança, incluindo os gastos de defesa, a rejeição à ameaça ou uso da força, o respeito à integridade territorial e à soberania de cada um dos Países Membros da UNASUL, a não intervenção em assuntos internos e a solução de qualquer controvérsia por meios pacíficos, entre outros.
Os Estados Membros unirão esforços com o objetivo de converter a UNASUL em um espaço por excelência para o diálogo e a cooperação política para a

convivência pacífica dos povos. Em função disso, a UNASUL fortalecerá a América do Sul como zona de paz.
A UNASUL considera importante convidar o Governo dos EUA a um diálogo sobre questões estratégicas, de defesa, paz, segurança e desenvolvimento, em uma data a ser marcada, que coordenará a Presidência Pro Témpore.
O Conselho de Defesa Sul-Americano se dedicará a completar as tarefas contempladas em seu Plano de Ação 2009/ 2010, que incluem várias das medidas assinaladas anteriormente.
27.11.2009-18:25

ANEXO D

BNDES: subsidiária de Londres.

Londres Subsidiária

O BNDES Limited, inaugurada em Londres em Novembro de 2009, é a realização do Banco da chegada a um dos principais centros financeiros do mundo, representando mais um passo da instituição, os esforços da expansão fora do Brasil. O objetivo da filial é aumentar a visibilidade do Banco na comunidade financeira internacional e apoiar eficazmente as empresas brasileiras em processo de internacionalização ou aqueles em busca de oportunidades no mercado internacional.

Além de se tornar um ponto de referência e apoio para as empresas brasileiras que já possuem presença global, o BNDES Limited é a ponte entre investidores internacionais e as grandes oportunidades de investimento oferecidas pelo Brasil, que é em larga medida o investimento em infra-estrutura, o setor industrial sofisticado e agronegócio incomparável com a competitividade em termos globais.

BNDES Limited
1 Cornhill - 3 º andar
Londres, 3ND EC3V, Reino Unido
Orientador: Jaime Gornsztejn
Fale Conosco
Tel:. +44 20 3008 6741
Fax: +44 20 3008 6742

Disponível no site do BNDES.
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Navegacao_Suplementar/Menu_Filiais/london_subsidiary.html
Extraído em 08/05/2011

ANEXO E

TELEGRAMAS QUE MOSTRAM QUE AS INFORMAÇÕES DO SIVAM SÃO FORNECIDA AOS EUA

Tradução Folha de S. Paulo

Documento

2. AFTER CONSULTATIONS WITH EMBASSY BRASILIA, CONGEN COMMERCIAL RIO OFFICER PRIBYL PRESENTED BRIGADIER OLIVEIRA SUGGESTED DRAFT LETTER AF ASSURANCES RELATIVE TO THE USE OF DEFENSE ARTICLES AND EQUIPAMENT IN THE SIVAM PROJECT (REFTEL). TEXT OF DRAFT LETTER (WHICH WOULD BE ADDRESSED TO THE AMBASSOR LEVITSKY) IS A FOLLOWS:

TRADUÇÃO

APÓS CONSULTAS COM A EMBAIXADA EM BRASÍLIA, A CONSELHEIRA COMERCIAL NO RIO, PRIBYL ESTEVE PRESENTE COM O BRIGADEIRO OLIVEIRA E SUGERIU UA PEQUENA CARTA DE CERTEZAS QUANTO AO USO DOS ARTIGOS DE DEFESA E EQUIPAMENTOS DO PROJETO SIVAM. O CONTEÚDO DO BILHETE (QUE ESTAVA ENDEREÇADA AO EMBAIXADOR LEVITSKY) FALAVA:

Documento

THE GOVERNMENT OF BRAZIL RESPECTFULLY REQUESTS URGENT AND FAVORABLE CONSIDERATION BY THE UNITED STATES EXPORT-IMPORT BANK (EXIMBANK) TO FINANCE ANY AND ALL U.S. DEFENSE ITEMS AND SERVICES WHICH BRAZILREQUIRES FOR THE AMAZON SURVEILLANCE PROJECT (SIVAM) IN THE SUPPORT OF FINANCIALPROPOSAL OF THE RAYTHEON CONSORTIUM.

FURTHER TO THIS REQUEST, THE GOVERNMENT OF BRAZIL HEREBY CERTIFIES THAT THE EQUIPAMENT IN QUESTION IS REQUIRED FOR THR WILL BE USED PRIMARILY IN CONJUNCTION WITH THIS GOVERNMENT'S ANTI-NARCOTICS...

TRADUÇÃO

O GOVERNO DO BRASIL SOLICITA RESPEITOSAMENTE QUE O BANCO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (EXIMBANK) CONSIDERE COM URGENCIA E DE MANEIRA FAVORÁVEL O FINANCIAMENTO DE QUAISQUER E DE TODOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE DEFESA AMERICANOS QUE O BRASIL NECESSITA PARA O PROJETO DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (SIVAM), EM APOIO À PROPOSTA FINANCEIRA DO CONSORCIO RAYTHEON.

ALÉM DESSE PEDIDO, O GOVERNO DO BRASIL POR MEIO DESTA

ATESTA QUE OS EQUIPAMENTOS EM QUESTÃO SÃO NECESSÁRIOS PARA E SERÃO UTILIZADOS PRINCIPALMENTE EM CONJUNÇÃO COM OS ESFORÇOS E AS OPERAÇÕES ANTINARCÓTICOS DO MESMO GOVERNO.

THE PRIMARY ADVANTAGE TO U.S. COUNTER-NARCOTICS GOALS AND OBJETIVES WILL BE THE CREATION OF A MONITORYNG SYSTEM IN A REGION PREVIOUSLY OPEN FOR EXPLOITATION BY NARCO-TRAFFICKERS. A MAJOR IMPROVEMENT IN HEMISPHERIC COOPERATION WILL OCCUR IF THE SIVAM NETWORK CAN BE INTEGRATED INTO THE CARRIBEAN BASE RADAR NETWORK (CBRN). BRIGADEIRO OLIVEIRA, SIVAM PROGRAM MANAGER, MADE AND OFFER FPR SUCH INTEGRATION DURING HIS JUNE '94 MEETING WITH AMBASSADOR. OLIVEIRA ALSO STATED CLEARLY THAT THE INFORMATION GENERATED BY SIVAM COULD BE SHARED WITH THE USG.

Tradução da Folha de São Paulo.

A vantagem principal para os objetivos e metas do esforço norte-americano antinarcóticos será a criação de um sistema de monitoramento numa região antes aberta à exploração por narcotraficantes (…) O brigadeiro Oliveira, gerente de programa do SIVAM, fez uma oferta no sentido de tal integração durante o encontro que manteve com o embaixador em junho de 1994. Oliveira também afirmou claramente que as informações geradas pelo SIVAM podem ser compartilhadas com o governo norte-americano.

Obs. Letras estão similares ao da matéria da Folha de S. Paulo.

Fonte: **Militar ofereceu acesso total a informações**. In: Folha de S.Paulo, 23/07/2002.

ANEXO F

MEMORANDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE LOS GOBIERNOS DE LA REPUBLICA DEL PERU Y DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL SOBRE COOPERACION EN MATERIA DE VIGILANCIA Y PROTECCION DE LA AMAZONIA

El Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, en adelante denominados las Partes, animados por el firme propósito de continuar avanzando en la construcción de una alianza estratégica entre los dos países;

Conscientes de la necesidad de ejercer un adecuado control sobre el espacio amazónico de sus respectivos territorios y de combatir eficazmente los actos ilícitos producidos, entre otros, por los agentes del narcotráfico;

Firmemente comprometidos con la necesidad de preservar los recursos naturales de sus respectivos territorios amazónicos y de darles un uso racional en beneficio de ambos países, con especial énfasis en las poblaciones asentadas en este amplio espacio;

Decididos a dar inicio al proceso de cooperación que conducirá a la integración peruana al Sistema de Protección/Vigilancia de la Amazonía (SIPAM/SIVAM), y su correspondiente aprovechamiento para la protección, vigilancia y desarrollo de la amazonía peruana y brasileña; así como para el fortalecimiento e integración en diversos campos de interés bilateral mutuo;

En seguimiento de los acuerdos contenidos en el Comunicado emitido por los Presidentes de la República del Perú y de la República Federativa del Brasil, el 11 de abril de 2003 en la ciudad de Brasilia;

ACUERDAN:

ARTICULO 1

El Gobierno de la República Federativa del Brasil proporcionará el asesoramiento y la cooperación técnica necesarias, que permitan el acceso progresivo del Perú a las informaciones generadas por el Sistema de Vigilancia de la Amazonía (SIVAM) y a la integración peruana al SIPAM.

ARTICULO 2

Como primera fase, el Gobierno de la República Federativa del Brasil, a través del Ministerio de Defensa, brindará la asistencia necesaria a su similar del Perú, a fin de establecer inicialmente en la ciudad de Pucallpa, las facilidades técnicas que permitan a la Parte peruana intercambiar, en tiempo real, la

información de radar en la franja de frontera común, con la finalidad de vigilar y controlar el espacio aéreo en dicha zona, con énfasis en las actividades ilícitas.

ARTICULO 3

Las modalidades técnicas de la cooperación a la que se refiere el Artículo 2, serán establecidas directamente, a la mayor brevedad posible, entre representantes designados por los Ministerios de Defensa de las Partes.

ARTICULO 4

Es propósito del Gobierno del Perú complementar la primera fase descrita en el Artículo 2, mediante la adquisición progresiva de los medios tecnológicos y logísticos necesarios que permitan la utilización cada vez mayor de las informaciones relacionadas con el control y preservación del medio ambiente, vigilancia meteorológica y climatológica, salud de la población, levantamientos topográficos y uso del suelo, educación, vigilancia del espectro electromagnético y vigilancia territorial, entre otras áreas de interés, relativas al territorio peruano.

A estos fines, ambas Partes establecerán de común acuerdo mecanismos y modalidades de cooperación y asesoramiento, incluyendo capacitación de personal, diseño de programas informáticos (software), estudios conjuntos, visitas de trabajo, entre otros.

ARTICULO 5

El Gobierno del Perú establecerá un mecanismo multisectorial de gestión y seguimiento del presente Memorándum de Entendimiento y de los acuerdos bilaterales que se deriven del mismo, bajo la coordinación de los Ministerios Relaciones Exteriores y de Defensa. Este mecanismo constituirá la fase inicial para la conformación en el Perú de una red de usuarios integrada por todos los sectores de la actividad nacional.

ARTICULO 6

El objetivo final de la cooperación que las Partes desarrollen a partir del presente Memorándum de Entendimiento persigue el establecimiento de un centro de vigilancia de la Amazonía, ubicado en territorio peruano, con capacidad de intercambiar informaciones con el Sistema de Protección/Vigilancia de la Amazonía (SIPAM/SIVAM), y que atienda los requerimientos de información de la red de usuarios a la que se refiere el Artículo 5.

ARTICULO 7

Las Partes acuerdan observar el principio de confidencialidad, que garantice que las informaciones derivadas de la aplicación del presente Memorandum

de Entendimiento sean de uso exclusivo de las autoridades del Perú y del Brasil.

Las Partes se comprometen a mantener la misma clasificación de seguridad de las informaciones intercambiadas, establecida por la Parte que las originan.

ARTICULO 8

El presente Memorándum de Entendimiento podrá ser modificado en cualquier momento, por acuerdo entre las Partes.

ARTICULO 9

Cualquier controversia relativa a la interpretación y/o a la implementación del presente Memorándum de Entendimiento será resuelto por las Partes por la vía diplomática.

ARTICULO 10

El presente Memorándum de Entendimiento tendrá una vigencia de cinco años renovables de manera automática por iguales periodos.

ARTICULO 11

Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Memorándum de Entendimiento en cualquier momento, mediante notificación escrita a través de la vía diplomática. La denuncia surtirá efecto ciento ochenta (180) días después de haberse efectuado dicha notificación.

ARTICULO 12

El presente Memorándum de Entendimiento entrará en vigor en la fecha de la última notificación en que las Partes se comuniquen por vía diplomática que han cumplido con los procedimientos establecidos en sus respectivos ordenamientos legales internos.

Suscrito en la Ciudad de Lima, a los 25 días del mes de agosto de 2003, en dos ejemplares originales en idiomas castellano y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

ALLAN WAGNER TIZON **Ministro de Relações Exteriores da República do Perú**	**CELSO AMORIM** **Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil**
AURELIO LORET DE MOLA BOHME	**JOSE VIEGAS FILHO** **Ministro de Estado da Defesa da**

Ministro de Defesa da República do Peru	República Federativa do Brasil

Fonte: Ministério das Relações do Peru, 2003. Disponível em http://www.rree.gob.pe/portal/enlaces.nsf/0/db1e3965b63554d005256d8d0074abf1?OpenDocument extraído em 31/03/2012.

ANEXO G

DILMA ROUSSEFF - DISCURSO PRESIDENCIAL DURANTE A RECEPÇÃO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS BARACK OBAMA – 19-03-2011

"Excelentíssimo senhor Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América, senhoras e senhores integrantes das delegações dos Estados Unidos da América e do Brasil, senhoras e senhores jornalistas, senhoras e senhores, Senhor presidente Obama, A sua visita ao meu País me enche de alegria, desperta os melhores sentimentos de nosso povo e honra a histórica relação entre o Brasil e os Estados Unidos. Carrega também um forte valor simbólico.

Os povos de nossos países ergueram as duas maiores democracias das Américas. Ousaram também levar aos seus mais altos postos um afrodescendente e uma mulher, demonstrando que o alicerce da democracia permite o rompimento das maiores barreiras para a construção de sociedades mais generosas e harmônicas.

Aqui, senhor presidente Obama, sucedo a um homem do povo, meu querido companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, com quem tive a honra de trabalhar. Seu legado mais nobre, presidente, foi trazer à cena política e social milhões de homens e mulheres que viviam à margem dos mais elementares direitos de cidadania. Dos nove chefes de Estado norte-americanos que visitaram oficialmente o Brasil, o senhor é aquele que encontra o nosso País em um momento mais vibrante.

A combinação de uma política econômica séria com fundamentos sólidos e uma estratégia consistente de inclusão fez do nosso país um dos mais dinâmicos mercados do mundo. Fortalecemos o conteúdo renovável da nossa matriz energética e avançamos em políticas ambientais protetoras de nossas importantes reservas florestais e de nossa rica biodiversidade.

Todo esse esforço, presidente Obama, criou milhões de empregos e dinamizou regiões inteiras antes marginalizadas do processo econômico. Permitiu ao Brasil superar, com êxito, a mais profunda crise econômica da história recente, mantendo, até os dias atuais, níveis recordes de geração de postos de trabalho.

Mas são ainda enormes os nossos desafios. Meu governo, neste momento, se concentra nas tarefas necessárias para aperfeiçoar nosso processo de crescimento e garantir um longo período de prosperidade para o nosso povo.

Meu compromisso essencial é com a construção de uma sociedade de renda média, assegurando oportunidades educacionais e profissionais para os trabalhadores e para a nossa imensa juventude, garantindo também um ambiente institucional que impulsione o empreendedorismo e favoreça o investimento produtivo.

O meu governo trabalhará com dedicação para superar as deficiências de infraestrutura, e não pouparemos esforços para consolidar nossa energia limpa, ativo fundamental do Brasil. Enfim, daremos os passos necessários para alcançar nosso lugar entre as nações com desenvolvimento pleno, forte democracia e ampla justiça social.

É aqui, senhor presidente Obama, que enxergo as melhores oportunidades para o avanço das relações entre nossos países. Acompanho com atenção e a melhor expectativa seus enormes esforços para recuperar a vitalidade da economia americana. Temos assim, como o mundo todo, uma única certeza: a de que o povo americano, sob a sua liderança, saberá encontrar os melhores caminhos para o futuro dessa grande nação.

A gentileza da sua visita, logo no início do meu governo, e o longo histórico de amizade entre nossos povos me permitem avançar sobre dois temas que considero centrais nas futuras parcerias que fizermos: a educação e a inovação. Aproximar e avançar em nossas experiências educacionais, ampliando nosso intercâmbio e construindo progresso em todas as áreas do conhecimento é uma questão chave para o futuro dos nossos países.

Na pesquisa e inovação, os Estados Unidos alcançaram as mais extraordinárias conquistas nas últimas décadas, favorecendo a produtividade em diferentes setores econômicos. O Brasil, senhor presidente Obama, está na fronteira tecnológica em algumas importantes áreas, como a genética, a biotecnologia, as fontes renováveis de energia e a exploração do petróleo em águas profundas.

Combinar as nossas mais avançadas capacidades no campo da pesquisa e da inovação certamente trará os melhores frutos para as nossas sociedades. Tomo como exemplo o pré-sal, a mais recente fronteira alcançada pela tecnologia brasileira. Acreditamos que os enormes desafios de cada etapa da exploração dessas riquezas poderão reunir uma inédita conjunção do conhecimento acumulado pelos nossos melhores centros de pesquisa. Mas, senhor Presidente, se queremos construir uma relação de maior profundidade é preciso também, com a mesma franqueza, tratar de nossas contradições.

Preocupam-me em especial os efeitos agudos decorrentes dos desequilíbrios econômicos gerados pela crise recente. Compreendemos o contexto do esforço empreendido por seu governo para a retomada da economia americana, algo tão importante para o mundo. Porém, todos sabem que medidas de grande vulto provocam mudanças importantes nas relações

entre as moedas de todo o mundo. Este processo desgasta as boas práticas econômicas e empurra países para ações protecionistas e defensivas de toda natureza.

Somos um país que se esforça por sair de anos de baixo desenvolvimento, por isso buscamos relações comerciais mais justas e equilibradas. Para nós é fundamental que sejam rompidas as barreiras que se erguem contra nossos produtos - etanol, carne bovina, algodão, suco de laranja, aço, por exemplo. Para nós é fundamental que se alarguem as parcerias tecnológicas e educacionais, portadoras de futuro.

Preocupa-me igualmente a lentidão das reformas nas instituições multilaterais que ainda refletem um mundo antigo. Trabalhamos incansavelmente pela reforma na governança do Banco Mundial e do FMI.

Isso foi feito pelos Estados Unidos e pelo Brasil, em conjunto com outros países. E saudamos o início das mudanças empreendidas nestas instituições, embora ainda que limitadas e tardias, quando olhada a crise econômica. Temos propugnado por uma reforma fundamental no desenho da governança global: a ampliação do Conselho de Segurança da ONU.

Aqui, senhor Presidente, não nos move o interesse menor da ocupação burocrática de espaços de representação. O que nos mobiliza é a certeza que um mundo mais multilateral produzirá benefícios para a paz e a harmonia entre os povos.

Mais ainda, senhor Presidente, nos interessa aprender com os nossos próprios erros. Foi preciso uma gravíssima crise econômica para mover o conservadorismo que bloqueava a reforma das instituições financeiras. No caso da reforma da ONU, temos a oportunidade de nos antecipar.

Este país, o Brasil, tem compromisso com a paz, com a democracia, com o consenso. Esse compromisso não é algo conjuntural, mas é integrante dos nossos valores: tolerância, diálogo, flexibilidade. É princípio inscrito na nossa Constituição, na nossa história, na própria natureza do povo brasileiro. Temos orgulho de viver em paz com os nossos dez vizinhos há mais de um século, agora.

Há uma semana, senhor presidente, entrou em vigor o Tratado Constitutivo da Unasul, que deverá reforçar ainda mais a unidade no nosso continente. O Brasil está empenhado na consolidação de um entorno de paz, segurança, democracia, cooperação e crescimento com justiça social. Neste ambiente é que devem frutificar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Senhor Presidente, quero dizer-lhe que vejo com muito otimismo nosso futuro comum. No passado, esse relacionamento esteve muitas vezes

encoberto por uma retórica vazia, que eludia o que estava verdadeiramente em jogo entre nós, entre Estados Unidos e Brasil.

Uma aliança entre os nossos dois países - sobretudo se ela se pretende estratégica - é uma construção. Uma construção comum, aliás, como o senhor mesmo disse no seu pronunciamento sobre o Estado da Nação. Mas ela tem de ser uma construção entre iguais, por mais distintos que sejam esses países em território, população, capacidade produtiva ou poderio militar.

Somos países de dimensões continentais, que trilham o caminho da democracia. Somos multiétnicos e em nossos territórios convivem distintas e ricas culturas. Cada um, à sua maneira, tem o que um poeta brasileiro chamou de "sentimento do mundo".

Sua presença no Brasil, senhor presidente, será de enorme valia nessa construção que queremos juntos realizar.

Fonte: Disponível em http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/declaracao-a-imprensa-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-conjunto-com-o-presidente-dos-estados-unidos-barack-obama Extraído em 31/03/2012.

ANEXO H

Significado das siglas para entendimento dos telegramas entre a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e Washington.

O significado das siglas

CIA — Agência Central de Informações.
CINCLANFLT — Comandante-em-chefe da esquadra do Atlântico.
CINCLANT — Comandante-em-chefe do Atlântico. Está baseado em Norfolk, na Virginia.
CINCSAC — Comandante-em-chefe do Comando Aéreo Estratégico.
CINCSO — Comando em chefe do Sul, baseado no Panamá. Reúne forças da Marinha, Exército e Aeronáutica e é comandado por um general de três estrelas. É o mesmo que USCINCSO.
CINCSTRIKE — Comando em chefe das Forças de Ataque. Baseado na Flórida e é comandado por um general de três estrelas.
CNO — Comandante de Operações Navais.
COMATS — Comando do Serviço Militar de Transporte Aéreo.
COMCARDIV 4 — Comando da 4.ª Divisão de Porta-Aviões.
COMDESDIV 162 — Comando da 162.ª Divisão de Destroyers.
COMDESDIV 262 — Comando da 262.ª Divisão de Destroyers.
COMNAVAIRLANT — Comandante da Aviação Naval do Atlântico.
COMSECONDFLT — Comandante da Segunda Esquadra.
COMSOLANT — Comandante do Atlântico Sul.
COMTAC — Comando Tático Aéreo.
COMUSAFSO — Comando Sul da Força Aérea.
COMUSSCJTF — Comando da Força Tarefa Conjunta do Comando Sul dos EUA.
CSA — Chefe do Estado-Maior do Exército.
CSAF — Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
CVA — Porta-aviões
C-135 — aviões de carga Hércules
EASTAF — Força Aérea do Leste
ETD — hora estimada da partida
FM — (from) de
GP-3 — Código burocrático designativo do tempo necessário para a liberação do documento.
IAW — de acordo com
I&L — Instalações e logistica
ISA — Assuntos de Segurança Internacional
JCS — Estado-Maior Conjunto

29

JP-4 — combustível de jato
JTF — Força-Tarefa Conjunta
KANKAKEE — um arsenal
MATS — Serviço Militar de Transporte Aéreo
MSG — mensagem
NOTAL — demonstra que nem todas as pessoas que receberam as comunicações anteriores receberam este telex; indica uma certa exclusividade na informação
NWI — Índias Ocidentais
OSD — Gabinete do Secretário de Defesa
PA — Relações Públicas
RUECAL, RUECKDA, RUECW e similares — prefixos designativos de estações de transmissão, siglas da burocracia das comunicações
TAC — Comando Aéreo Tático
USARSO — Forças do Exército Sul
USCINCMEAFSA — Comandante-em-Chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos no Oriente Médio, África e Sul da Ásia
USN — Marinha dos Estados Unidos
USSCJTF — Força Tarefa Conjunta das Forças Sul
USSOUTHCOM — Comando Sul dos EUA

A GRAFIA DO HORÁRIO

Todas as vezes em que aparecem números tais como 011234Z Abril, são significativos de dia, hora, fuso e mês. Os dois primeiros algarismos — 01, No caso — designam o dia, os quatro seguintes — 1234 — a hora e os minutos — 12h34m, no caso. A letra Z designa o fuso chamado Zulu, que é o da hora Rio. Há também o fuso E, da hora da Costa Leste americana. Em seguida, vem o mês.

011234Z Abril, portanto, quer dizer: Às 12h34m do dia 1.º de abril, hora do Rio.

30

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 29,30 e 31.

ANEXO I

Telegrama do Comando da Força Aérea estadunidense para suporte a Operação Brother Sam.

PRIORITY

BOOK | MULTI X | SINGLE | SYMBOL DA

OM:

GROUP - 4
Downgraded at 3 year intervals; declassified after 12 years

SPECIAL INSTRUCTIONS
Limited JCS
~~Regular JCS~~
Distribution
Plus
~~XEXT(XEC)~~
White House
State
SECDEF
OSD(ISA)
OSD(PA)
OSD(I&L)
CIA

LIMITED DISTRIBUTION

: CSAF
CSA
USCINCSO
CINCLANT
CINCSTRIKE
CINCSAC
NFO: CNO
COMSTS
COMATS
EASTAF

DECLASSIFIED
Authority E.O. 11652 SEC. 5(A) and (D)
By KR, NARS, Date 6-12-75

OP SECRET LIMDIS JCS 5594 From JCS. J-4 Joint taff sends. This is a BROTHER SAM message.

ubject: Ammunition for USCINCSO Contingency Plan 2-61

1. CSA will prepare and ship 110 S/T small arms/ammunition MARKED BROTHER SAM in support of USCINCSO PLAN 2-61 to arrive McGUIRE AFB NLT 011200 EST for nward movement as directed by JCS. Procedures of M-1090-62 apply.

DATE 31 | TIME
MONTH Mar | YEAR 64

SYMBOL J-4
F.S. DONNELL, Colonel, USA
PHONE 76552 | PAGE NR. 1 | NR. OF PAGES 2
SECURITY CLASSIFICATION TOP SECRET

RELEASER
SIGNATURE
TYPED (or stamped) NAME AND TITLE

DTG 010102Z Apr 64 38

DISTR. CJCS-2(1-2) DJS-3(3-5) SJCS-3(6-8) J3-2(9-10) J4-1(11) J5-1(12) J6-1(13) SACSA-4(14-17) DIA-1(18) NMCC-2(19-20) GEN O'MEARA-1(21 CSA-2(22-23) CSAF-2(24-25) CNO-2(26-27) CMC-2 (28-29) OSD-8(30-37) (WHITE HOUSE)-3(38-40) (CIA) RRA-1 (41) (STATE) FILE-2(42-43) two

-SECRET-

RIO 9.

RIO 10.

FLASH. UNDERSTAND MONTEVIDEO RADIO HAS JUST ANNOUNCED THE GOULART ARRIVED BY PLANE A FEW MINUTES AGO. NOTHING YET ABOUT BRIZOA.

CHEERS! END RIO 10.

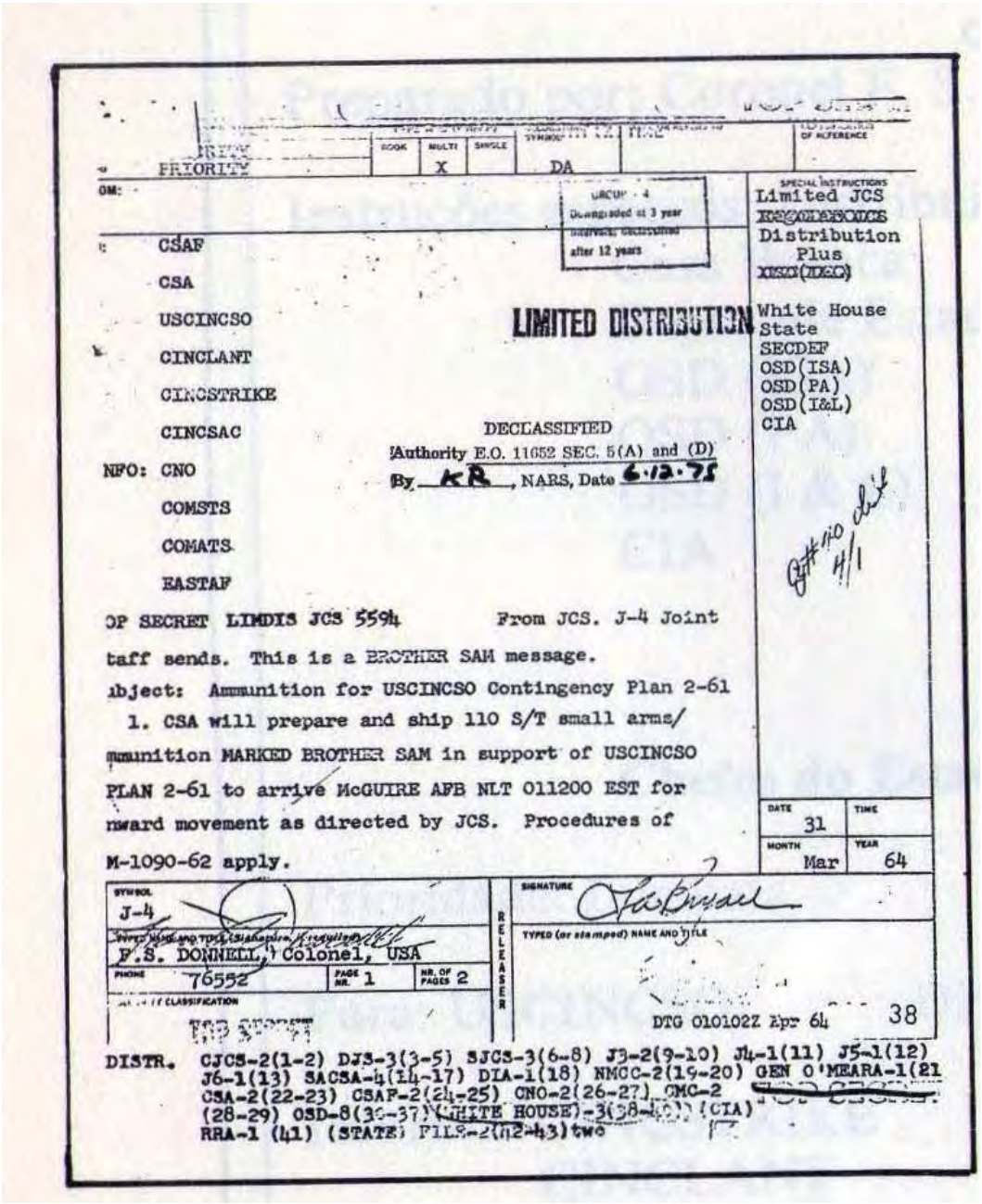
RIO 11.

WE HAVE NOTHING BEYOND OUR NINE AND TEN. PLEASE CONFIRM TERMINATIO AFTER RECEPIT MY 9 10 AND 11. THIS ENDS RIO 11.

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964, visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 42, 43.

ANEXO J

Documento que revela os passos dos Estados Unidos a serem tomados para dar suporte aos golpistas.



PRIORITY

BOOK | MULTI X | SINGLE | SYMBOL DA | TITLE | DATE OF REFERENCE

FROM:

GROUP - 4
Downgraded at 3 year
Declassified
after 12 years

SPECIAL INSTRUCTIONS
Limited JCS
~~[illegible]~~
Distribution
Plus
~~[illegible]~~

TO: CSAF
CSA
USCINCSO
CINCLANT
CINCSTRIKE
CINCSAC

LIMITED DISTRIBUTION

White House
State
SECDEF
OSD(ISA)
OSD(PA)
OSD(I&L)
CIA

DECLASSIFIED
Authority E.O. 11652 SEC. 5(A) and (D)
By KB, NARS, Date 6.12.75

INFO: CNO
COMSTS
COMATS
EASTAF

TOP SECRET LIMDIS JCS 5594 From JCS. J-4 Joint Staff sends. This is a BROTHER SAM message.

Subject: Ammunition for USCINCSO Contingency Plan 2-61

1. CSA will prepare and ship 110 S/T small arms/ammunition MARKED BROTHER SAM in support of USCINCSO PLAN 2-61 to arrive McGUIRE AFB NLT 011200 EST for onward movement as directed by JCS. Procedures of M-1090-62 apply.

DATE 31 | TIME
MONTH Mar | YEAR 64

SYMBOL J-4
F.S. DONNELL, Colonel, USA
PHONE 76552 | PAGE NR. 1 | NR. OF PAGES 2
CLASSIFICATION TOP SECRET

RELEASER
SIGNATURE
TYPED (or stamped) NAME AND TITLE

DTG 010102Z Apr 64 38

DISTR. CJCS-2(1-2) DJS-3(3-5) SJCS-3(6-8) J3-2(9-10) J4-1(11) J5-1(12) J6-1(13) SACSA-4(14-17) DIA-1(18) NMCC-2(19-20) GEN O'MEARA-1(21 CSA-2(22-23) CSAF-2(24-25) CNO-2(26-27) CMC-2 ~~[illegible]~~ (28-29) OSD-8(30-37) (WHITE HOUSE)-3(38-40) (CIA) RRA-1 (41) (STATE) FILE-2(42-43) two

CONTINUAÇÃO

THE JOINT CHIEFS OF STAFF TOP SECRET

2. CSAF will assure provision of airlift to meet above requirement and will assemble and position by 011200 EST six C-135 aircraft at McGUIRE AFB to accomplish movement to destination.

3. Regular service M&O appropriations will be charged. Separate record should be kept of the costs incurred so that the total incurred in this operation could subsequently be determined.

4. CSAF is designated the executive agency to develop detailed plans to provide airlift, fighter and tanker support for the movement of the above supplies to destination. The forces will consist of approximately 7 C-135's (6 for ammo airlift, 1 for support) 8 fighter, up to 8 tankers as required, necessary air rescue support, one talking bird aircraft and 1 airborne command post.

5. For CINCSTRIKE, CINCSO, CINCSAC and CINCLANT you will provide necessary forces and support to CSAF for the accomplishment of the above mission. Gp-4

4	PAGE NR 2	NR OF PAGES 2	SECURITY CLASSIFICATION TOP SECRET COPY

Lyndon Baines Johnson

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 42, 43.

ANEXO K

Telegrama que deixa o Comandante–Em-Chefe do Atlântico Sul informado sobre a situação brasileira.

THE JOINT CHIEFS OF STAFF

SECRET

PRECEDENCE

ACTION PRIORITY

INFO

TYPE MESSAGE: ROUTINE X

DA

FROM:

JCS

TO: CINCLANT

CINCSTRIKE

USCINCSO

DECLASSIFIED

Authority JCS 7-17-75

By IP, NARS, Date 7-25-75

MASTER FILE

SPECIAL INSTRUCTIONS

REGULAR JCS DISTRIBUTION

SECRET JCS 5570 From JCS, J-3, Joint Staff sends.

In order to expedite dissemination to interested agencies in the Washington area and eliminate need for electrical read-dressals, request you include State Department, CIA, White House, and OSD as addressees on important messages dealing with the situation in Brazil. GP-3

DATE 31 MONTH March YEAR 1964

WRITER: J-3

CAPT S.N. BANEY, USN

PHONE 59625

SHEET NO. 1 NO. OF PAGES 1

SECURITY CLASSIFICATION SECRET

SECRET

RELEASER: Paul W. Tibbets Jr.

PAUL W. TIBBETS, JR.
Brigadier General USAF
Deputy Director for NMCS
Operations Directorate
DTG: 311630Z MAR 64

DIST. CJCS-2 DJS-3 SJCS-3 J3-7 J5-1 SACSA-4 DIA-6
NMCC-3 NSA-2 CSA-2 CNO-2 CSAF-2 CMC-10 FILE-2
(48) ceh

SECRET

JCS 5570

CONTINUAÇÃO

THE JOINT CHIEFS OF STAFF

BOOK | MULTI X | SINGLE | ACCOUNTING SYMBOL DA | CLASSIFICATION OF REFERENCE

SPECIAL INSTRUCTIONS
EXCLUSIVE JCS DISTRIBUTION

FROM: JCS

TO: USCINCSO
CINCLANT
CINCSTRIKE

INFO: STATE
WHITE HOUSE
CIA
OSD
CSAF
CSA
CNO
CMC
NSA
COMATS

LIMITED DISTRIBUTION
JCS EXCLUSIVE

DECLASSIFIED
Authority E.O. 11652 SEC. 5(A) and (D)
By KR, NARS, Date 6.12.75

Cy #514 53
Dep
H/1

TOP SECRET LIMDIS JCS 5587 From JCS.

Military planning and actions with respect to the situation in Brazil must be treated with the highest security. However, in order to expedite dissemination to interested agencies in Washington area and eleminate

DATE | TIME
MONTH Apr | YEAR 1964

WRITER
SYMBOL J-3
TYPED NAME AND TITLE (Signature, if required) PAUL W. TIBBETS, JR. Brig Gen
PHONE 78322 | PAGE NR. 1 | NR. OF PAGES 2
SECURITY CLASSIFICATION ~~TOP SECRET~~

RELEASER
SIGNATURE
TYPED (or stamped) NAME AND TITLE PAUL W. TIBBETS JR.
DTG 3122172 Mar

DISTR. CJCS-2(1-2) DJS-3(3-5) SJCS-3(6-8) J3-2(9-10) J4-1(11) J5-1(12) J6-1(13) SACSA-I (14) DIA-1(15) NMCC-1(16) GEN O'MEARA-1(17) CSA-6(18-23) CSAF-6(24-29) CNO(30-35) (CMC)-6 (36-41) OSD-8(42-49) (WHITE HOUSE)-3(50-52) RRA-1(53) FILE-2 (54-55) two COPY 58

Lyndon Baines Johnson

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 42, 43.

ANEXO L

Telegrama do Almirantado estadunidense à espera de instruções do embaixador Gordon quanto ao suporte dos Estados Unidos previsto na Operação Brother Sam.

INCOMING MESSAGE

THE JOINT CHIEFS OF STAFF

43

~~TOP SECRET~~

PRECEDENCE (ACTION): PRIORITY

PRECEDENCE (INFO): PRIORITY

P 031724Z

DECLASSIFIED
Authority E.O. [illegible] (A) and (D)
By KR, NARS, Date 6-12-75

FM USCINCSO

TO RUEKD/JCS

INFO RUESAU/US EMBASSY RIO DE JANEIRO

T O P S E C R E T. LIMITED DISTRIBUTION. SC2329EOA.

THE FOLLOWING ARE USCINCSO'S RECOMMENDATIONS RELATIVE TO CHANGES OF ACTION OF BROTHER SAM AND CARRIER TASK FORCE.

1. 110 -TON PACKAGE OF ARMS AND AMMUNITION CONTINUE TO BE HELD AT MCGUIRE PENDING AMBASSADOR GORDON'S DETERMINATION OF WHETHER BRAZILIAN MILITARY FORCES OR STATE POLICE FORCES WILL REQUIRE EARLY U.S. SUPPORT.

2. TAC, SAC AND MATS IN SUPPORT OF BORTHER SAM BE RELEASED.

3. CARRIER TASK FORCE CONTINUE TOWARD SOUTH ATLANTIC UNTIL AMBASSADOR STATES THAT PORT CALLS OR OTHER U.S. DEMONSTRATION OF NAVAL POWER ARE DEFINITELY NOT WANTED.

4. ONLY THAT PART OF POL MOVEMENT WHICH AMBASSADOR CONSIDERS ESSENTIAL TO CURRENT SITUATION BE CONTINUED. GP-4

ST

ACT.....J3-2(1-2)
CJCS-2(3-4) DJS-3(5-7) SJCS-3(8-10) J4-1(11) J5-1(12) J6-1(13)
SACSA-1(14) DIA-1(15) NMCC-2(16-17) CSA-2(18-19) CSAF-2(20-21)
CNO-2(22-23) CMC-2(24-25) OSD-8(26-33) (WHITE HOUSE)-3(34-36)
RRA-1(37) FILE-1(38) (1-38)JRT (STATE) (DIRNSA) (CIA)

034

ADV COPY TO: J-4

DUTY OFFICER		PAGE OF PAGES		MESSAGE IDENTIFICATION CITE NO.	DTG
WU/DRJ	JCK	1	1	SC2329EOA	031724Z APR 64

Lyndon Baines Johnson Library

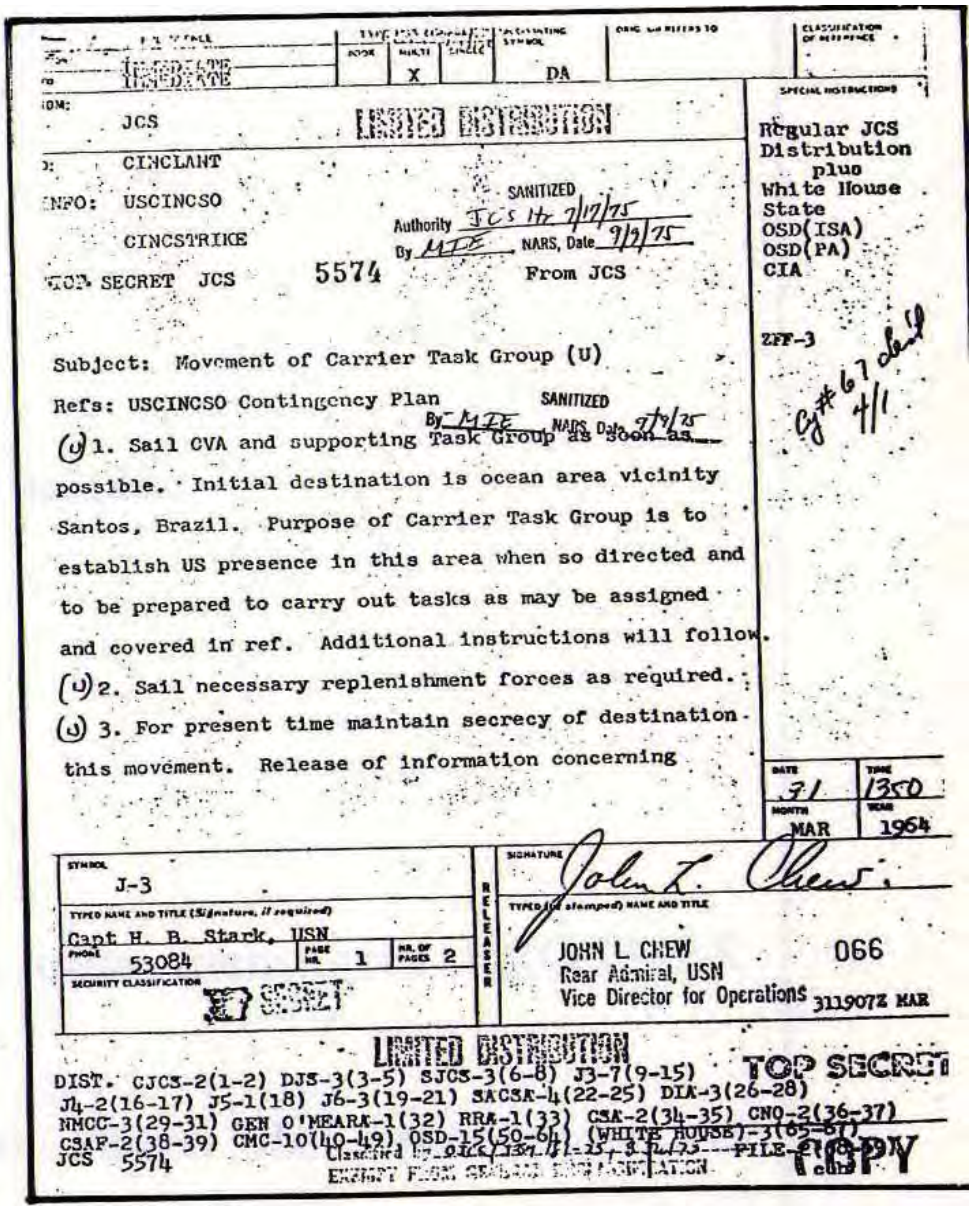
FORM NO. 251 DEC 63 58

REPRODUCTION PROHIBITED

~~TOP SECRET~~

ANEXO M

Telegrama do almirantado estadunidense informando o destino inicial dos navios com combustível. O destino era Santos/SP



TYPE OF MESSAGE: BOOK X NIGHT SINGLE
ORIGINATING SYMBOL: DA
ORIG. WILL REFER TO
CLASSIFICATION OF REFERENCE
PRECEDENCE: IMMEDIATE / DEFERRED
SPECIAL INSTRUCTIONS

FROM: JCS

LIMITED DISTRIBUTION

TO: CINCLANT
INFO: USCINCSO
CINCSTRIKE

SANITIZED
Authority JCS ltr 7/17/75
By MTE NARS, Date 9/2/75

TOP SECRET JCS 5574 From JCS

Regular JCS Distribution plus
White House
State
OSD(ISA)
OSD(PA)
CIA

ZFF-3

Cy #67 destd 4/1

Subject: Movement of Carrier Task Group (U)

Refs: USCINCSO Contingency Plan

SANITIZED
By MTE NARS, Date 9/2/75

(U) 1. Sail CVA and supporting Task Group as soon as possible. Initial destination is ocean area vicinity Santos, Brazil. Purpose of Carrier Task Group is to establish US presence in this area when so directed and to be prepared to carry out tasks as may be assigned and covered in ref. Additional instructions will follow.

(U) 2. Sail necessary replenishment forces as required.

(U) 3. For present time maintain secrecy of destination this movement. Release of information concerning

DATE 31 TIME 1350
MONTH MAR YEAR 1964

SYMBOL J-3
TYPED NAME AND TITLE (Signature, if required) Capt H. B. Stark, USN
PHONE 53084 PAGE NO. 1 NO. OF PAGES 2
SECURITY CLASSIFICATION TOP SECRET

RELEASER

SIGNATURE John L. Chew
TYPED (or stamped) NAME AND TITLE
JOHN L. CHEW 066
Rear Admiral, USN
Vice Director for Operations 311907Z MAR

LIMITED DISTRIBUTION TOP SECRET

DIST. CJCS-2(1-2) DJS-3(3-5) SJCS-3(6-8) J3-7(9-15)
J4-2(16-17) J5-1(18) J6-3(19-21) SACSA-4(22-25) DIA-3(26-28)
NMCC-3(29-31) GEN O'MEARA-1(32) RRA-1(33) CSA-2(34-35) CNO-2(36-37)
CSAF-2(38-39) CMC-10(40-49) OSD-15(50-64) (WHITE HOUSE)-3(65-67)
JCS 5574 Classified by OJCS/JSA 1/1-75, 3/24/75 PILE-21(68-99)
EXCERPT FROM GENERAL DECLASSIFICATION

COPY

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 42, 43.

ANEXO N

Telegrama falando sobre o perfil dos militares brasileiros do embaixador Lincoln Gordon para o Secretário de Estado para América Latina Mann.

INCOMING TELEGRAM *Department of State*

54
Action

~~CONFIDENTIAL~~

002900

SS ESA031
SUA005
Info PP RUEHCR
DE RUESUA 84 04/2330Z
P 042322Z ZEA
FM AMEMBASSY RIODEJANEIRO
TO SECSTATE WASHDC
STATE GRNC
BT

1964 MAR 4 PM 7 56

DECLASSIFIED
Authority E.O. 11652 SEC. 5(A) and (D)
By KR, NARS, Date 3-24-75

29

C O N F I D E N T I A L SEONE OFTRE PRIORITY 1855 MARCH 4 8 PM

LIMDIS

FOR MANN FROM AMBASSADOR

DEPCIRCTEL 1530

TRADITIONALLY BRAZILIAN MILITARY (ALL THREE SERVICES, BUT ARMY IS ESPECIALLY IMPORTANT) HAVE BEEN A STABILIZING AND MODERATING FACTOR IN BRAZILIAN POLITICAL SCENE. THEY ARE AN ESSENTIAL FACTOR NOW IN STRATEGY FOR RESTRAINING LEFT-WING EXCESSES OF GOULART GOVERNMENT AND MAINTAINING PROSPECTS FOR FAIR ELECTION 1965 AND INSTALLATION SUCCESSOR 1966. UNLIKE MANY SPANISH-AMERICAN OFFICER CORPS, THEY ARE NOT AN ARISTOCRATIC CASTE SEPARATE FROM GENERAL PUBLIC. BASIC ORIENTATION OF GREAT MAJORITY IS MODERATELY NATIONALIST BUT NOT ANTI-US, ANTI-COMMUNIST BUT NOT FASCIST, AND PRO-DEMOCRATIC CONSTITUTIONALIST. THE MILITARY NOT ONLY HAVE THE CAPABILITY OF SUPPRESSING POSSIBLE INTERNAL DISORDERS BUT ALSO SERVE AS MODERATORS ON BRAZILIAN POLITICAL AFFAIRS DIRECTED AT KEEPING THEM WITHIN CONSTITUTIONAL AND LEGAL LIMITS. BESIDES THEIR POLITICAL WEIGHT MILITARY ARE IMPORTANT SOURCE OF TRAINED ADMINISTRATORS FOR GOVERNMENT CIVIL ENTERPRISES.

DURING POSTWAR PERIOD US HAS BENEFITTED FROM PRO-AMERICAN ORIENTATION OF OFFICER CORPS BRAZILIAN ARMED FORCES, TO LARGE EXTENT RESULT OF ACTIVE WARTIME ALLIANCE. THIS ASSET NOW BEING DILUTED BY RETIREMENT SENIOR OFFICERS AND IT MOST IMPORTANT WE ESTABLISH AND MAINTAIN CLOSE EFFECTIVE RELATIONSHIPS WITH THE YOUNGER MILITARY GROUP. IT IS ALSO ESSENTIAL WE COUNTERACT THE VISIBLE GROWTH OF ANTI-US FEELING IN SUBSTANTIAL NON-COMMUNIST MILITARY CIRCLES BASED ON BELIEF THAT US IGNORES THE IMPORTANCE OF BRAZILIAN MILITARY, FEELS THAT BRAZIL HAS NO CONTRIBUTION TO MAKE TO HEMISPHERIC DEFENSE, AND WILL LIMIT

REPRODUCTION FROM THIS COPY IS

CONFIDENTIAL

-2- 1855, March 4, 8 PM, Section I of III, from Rio de Janeiro.

MILITARY ASSISTANCE EXCLUSIVELY TO UNITS WITH POLICE OR CIVIC ACTION ROLE.

BRAZILIAN ARMED FORCES ARE INDEED STRONGLY CONSCIOUS THEIR INTERNAL SECURITY ROLE AND THEIR ACTIVITIES IN CONSTRUCTIVE NATION BUILDING, INCLUDING ROAD CONSTRUCTION, FRONTIER POST MAINTENANCE, COMMUNICATIONS IN REMOTE INTERIOR, TRAINING OF CONSCRIPTS IN LITERACY AND USEFUL TRADES, ETC. AT SAME TIME, AS BEARERS OF PROUD TRADITION IN LARGEST LA NATION, THEY RESENT IDEA, ESPECIALLY WHEN PROPAGATED BY AMERICANS, THAT ONLY DANGER THEY MUST PREPARE AGAINST COMES FROM THEIR OWN PEOPLE. BRAZILIAN MILITARY FEEL THAT COUNTRY IS ON THRESHOLD OF BEING A SIGNIFICANT WORLD POWER AND CONSIDERING ITS SIZE AND POPULATION RESENT BEING ASSIGNED A STRICTLY POLICE ROLE AND EQUATED WITH SMALL LATIN AMERICAN NATIONS. THIS IS FUNDAMENTAL ELEMENT IN PSYCHOLOGY OF BRAZILIAN MILITARY NATIONALISM, WHICH WE MUST RECOGNIZE AS A FACT AND CAN TURN TO OUR ADVANTAGE IF WE TAKE ACTION TO MAINTAIN GOODWILL DEVELOPED DURING WAR AND THROUGH POST-WAR MAP RELATIONS.

BY GENERAL LA OR WORLDWIDE STANDARDS, BRAZILIAN MILITARY EXPENDITURES ARE NOT EXCESSIVE, RUNNING WELL UNDER 70 PERCENT FEDERAL BUDGET AND ABOUT 2 1/2 PERCENT OF GNP.

FOLLOWING RESPONSES ARE NOT IN ORDER OF SPECIFIC QUESTIONS LISTED REFTEL BUT ARE NUMBERED TO CORRESPOND TO THOSE QUESTIONS.

1. OUR MAP IS A HIGHLY IMPORTANT FACTOR INFLUENCING MILITARY TO BE PRO-U.S. AND PRO-WESTERN AND ITS IMPORTANCE IN THIS RESPECT IS GROWING. ON BOTH TRAINING AND HARDWARE SIDES, MAP IS A MAJOR VEHICLE FOR ESTABLISHING CLOSE RELATIONS WITH PERSONNEL OF ARMED FORCES.

3. AND 9. PRESENTLY PLANNED MAP IS INADEQUATE FOR REASONS DESCRIBED ABOVE. MAINTENANCE OF PRO-US ORIENTATION BRAZILIAN MILITARY REQUIRES HARDWARE AVAILABILITY CONSONANT BOTH WITH EFFECTIVE DISCHARGE CRITICAL INTERNAL SECURITY ROLE AND WITH SENSE OF DIGNITY OF ARMED FORCES OF LARGE NATION. DURING YEARS OF NORONHA AGREEMENT, AID LEVEL AROUND 25 MILLION PER YEAR DID THIS WELL. WITH PRESENT PROGRAMS LEVELS OF UNDER 10 MILLION, MAINTENANCE REQUIREMENTS LEAVE LITTLE OR NO MAP FUNDS FOR FORCE IMPROVEMENT. OBSOLETE AND OBSOLESCENT MATERIAL IS GREATEST PRESENT WEAKNESS BRAZILIAN ARMED FORCES. I AM

CONFIDENTIAL

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 86, 87 e 88.

ANEXO O

Telegrama que discrimina a quantidade de combustível para o carregamento dos petroleiros a serem utilizados na operação Brother Sam.

Para: USCINCSCO

Inform.: SECDEF
CSA
CNO
CSAF
CINCLANT
MSTS
DSA
DFSC

Secreto

Do Estado-Maior. Esta é uma mensagem BROTHER SAM.

1. É o seguinte o relatório sobre o carregamento dos petroleiros para o projeto BROTHER SAM:

a. Carga CA-50 USNS **Santa Inez** calado 28 pés. Carregados 40 milhões barris de gasolina comum, 33 milhões barris de óleo Diesel, 16 milhões barris de gasolina de aviação 115/145, 20 milhões barris de querosene. Partida de Aruba 020706Z, ETA proximidades do Rio entre 10/11 abril.

b. Carga CA-51 USNS **Chepachet** calado 28 pés. Chegou a Aruba 021730Z para carregar 35 milhões de barris de JP-4, 40 milhões de gasolina comum, 33 milhões de gasolina de aviação 115/145, ETD 4 de abril ETA vizinhança do Rio entre 14/15 abril.

c. Carga CA-52 SS **Hampton Roads** calado 24 pés, ETA Aruba 4 de abril para carregar 130 milhões/150 milhões de barris de JP-4. EDT 6 de abril, ETA proximidades do Rio entre 14/15 de abril.

d. Carga CA-53 SS **Nash Bulk**, calado 28 pés, ETA Trindad 5 de abril para carregar 70 milhões de barris de JP-4, 56 milhões de gasolina comum, 39 milhões de gasolina de aviação 115/145, ETD 7 de abril, ETA proximidades do Rio entre 15/16 de abril.

2. Solicita-se a USCINCSO coordenar com a equipe do país para:

a. Confirmar carregamento proposto de **Hampton Roads** e **Nash Bulk.**

b. Designar portos de destino e instalações receptoras. GP-4.

Abril de 1964

48

Fonte: CORRÊA, Marcos Sá. 1964 visto e comentado pela Casa Branca, LP&M, Porto Alegre, 1977. Pp. 48.

ANEXO P

Decreto n°4.200/2002 - Conforme definido no Art. 3º do decreto de criação do CENSIPAM, compete à instituição:

I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;

II - fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;

V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM;

VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover à ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

VIII - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao CONSIPAM;

IX - encaminhar as recomendações do CONSIPAM aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

X - articular-se com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal e entidades não-governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do CONSIPAM, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XI - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XII - implementar e operacionalizar as diretrizes do CONSIPAM relacionadas com o SIPAM; e

XIII - coordenar as ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM, definidos pelo CONSIPAM.

XIV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.283, de 2004)

XV - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições. (Incluído pelo Decreto nº 5.283, de 2004)

Por intermédio do processo de planejamento estratégico da instituição, foram definidas as seguintes declarações estratégicas:

Missão: "Integrar informações e gerar conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia Legal Brasileira, visando à proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na região."

Visão: " Ser, até 2010, uma instituição estruturada do ponto de vista organizacional, com capacidade de integrar informações e gerar conhecimentos sobre a Amazônia Legal em áreas sensíveis e estratégicas para subsidiar as ações de Governo."

Disponível no site do Sistema de Proteção da Amazônia: http://www.sipam.gov.br/content/view/13/43/ Extraído em 08/05/2012